

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

JOÃO CARLOS LEONELLO

**O ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO NA DINÂMICA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

FRANCA

2010

JOÃO CARLOS LEONELLO

**O ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO NA DINÂMICA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

**Orientação: Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza
Lehfeld**

FRANCA

2010

Leonello, João Carlos

O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária / João Carlos Leonello. – Franca: [s.n.], 2010

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social.

Orientadora: Neide Aparecida de Souza Lehfeld

1. Economia solidária – Cooperativas. 2. Associativismo.
3. Economia – Aspectos sociais. I. Título.

CDD – 334.0981

JOÃO CARLOS LEONELLO

**O ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO NA DINÂMICA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld

1º Examinador (a): _____

2º Examinador (a): _____

3º Examinador (a): _____

4º Examinador (a): _____

Franca, _____ de _____ de 2010.

Dedico à

Valdinete, minha esposa e companheira de todos os dias. Sem seu apoio, carinho e
atenção nada seria possível.

Guilherme Augusto e Arthur Henrique, meus filhos queridos e amados, razão desta
busca.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld que, com conhecimento, esmero, ética e profissionalismo, soube tão bem conduzir meu aprendizado na elaboração deste trabalho, edificando e lapidando meu conhecimento.

Aos meus amados Valdinete, Guilherme Augusto e Arthur Henrique que aceitaram minhas viagens constantes para a realização deste doutoramento, meus eternos amores.

Aos professores da Pós-Graduação em Serviço Social, agradeço as inegáveis contribuições durante este aprendizado, em especial: Prof. Dr. Pe. Mário José Filho; Profa. Dra. Claudia Maria Daher Cosac e Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

Aos colegas professores do Departamento de Ciências Econômicas da Fecilcam – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, que assumiram os encargos das minhas disciplinas em sala de aula durante meu afastamento.

Agradeço, finalmente, a Deus pela abundante generosidade.

“É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca”.
(Dom Hélder Câmara).

"Saber finalizar uma fase da vida requer tanta sabedoria quanto para iniciar" ·
(Pe. Fábio de Melo).

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

RESUMO

O presente estudo apresenta as idéias que conduziram a pesquisa realizada no entre os anos 2007 e 2010, no município de Corumbataí do Sul, no Paraná, junto aos associados da Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul – APROCOR. O intuito de discutir políticas públicas, oportunidades e limites voltados ao fortalecimento do associativismo nesse município, por meio de um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local, só foi possível pela identificação da APROCOR como espaço associativo de desenvolvimento da economia solidária e como alternativa viável de desenvolvimento social. A identificação de medidas e características desse sistema de economia solidária pode contribuir para que o meio rural se torne um processo de desenvolvimento local e social, além de identificar a construção de vínculos sociais para formação de identidade coletiva (construção da cidadania; organização e participação social). Com base nestes objetivos, levantaram-se os dados que deram subsídios à investigação, por meio de pesquisa bibliográfica, observação direta e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas efetuadas com associados (produtores), diretores (gestores) da APROCOR, comunidade e dirigentes públicos indicaram que encontrar alternativas de desenvolvimento e torná-las instrumentos viáveis são medidas importantes que poderão representar vantagens competitivas para o desenvolvimento social local e regional.

Palavras-chave: associativismo. economia solidária. desenvolvimento social.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

ABSTRACT

This study presents the ideas that led to the research accomplished between the years 2007 and 2010 in the municipality of Corumbataí do Sul in Parana, along to the members of Rural Producers Association of Corumbataí do Sul - APROCOR. The purpose of discussing public policy, opportunities and limits turned to the strengthening of the associations in this municipality, by mean of a set of initiatives to confront the differences and to promote the local development, it was only possible by the recognition of APROCOR as associative space of development in solidarity economy and as an alternative viable social development; by identifying the measures and characteristics of this solidary economy system contributing, in order to the rural areas become a process of local and social development. Identify the construction of social bonds for the formation of collective identity (citizenship construction, organization and social participation). Based on these goals, rose up the data that contributed to the research, by means of bibliographic research, direct observation and semi-structured interviews. The interviews conducted with members (Producers), directors (managers) of APROCOR, community and public leaders indicated that finding alternative of development and make them instruments viable are important measures that could represent a competitive advantage for local, social development and regional.

Keywords: associations. solidary economy. social development.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

RESUMEN

El presente trabajo presenta ideas que llevaron a la pesquisa realizada entre los años 2007 y 2010, en el municipio de Corumbataí do Sul, en Paraná, junto a los asociados de la Asociación de los Productores Rurales de Corumbataí do Sul – APROCOR. El intuito de discutir políticas públicas, oportunidades e límites hacia el fortalecimiento del asociativismo en el municipio, por medio de un conjunto de iniciativas para enfrentar las diferencias y para promover el desarrollo local, solo fue posible con el reconocimiento de la APROCOR como espacio asociativo de desarrollo de la economía solidaria y como alternativa viable del desarrollo social. La identificación de medidas y características de este sistema de economía solidaria puede contribuir para que el medio rural se torne un proceso de desarrollo local y social, además identificar la construcción de lazos sociales para la formación de la identidad colectiva (construcción de la ciudadanía, organización y participación social). Con base en estos objetivos, se levantaron datos que darán subsidios a la investigación, por encuestas efectuadas con asociados (productores), directores (gestores) de la APROCOR, comunidad y dirigentes públicos indicaron que encontrar alternativas de desarrollo y hacer-las instrumentos viables son medidas importantes que podrán representar ventajas competitivas para el desarrollo social local y regional.

Palabras-clave: asociativismo. economía solidaria. desarrollo social.

LISTA DE SIGLAS

AMACOR	Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul
APROCOR	Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASAS	Centrais de Abastecimentos
COOPROCOR	Cooperativa dos Produtores de Corumbataí do Sul
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEP	Federação da Agricultura do estado do Paraná
FAT	Fundo de Amparo do Trabalhador
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERT-PR	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SP	São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
USF	Universidade Sem Fronteira
VAF	Valor Adicional Fiscal

LISTA DE ABREVIATURAS

Km	Quilômetros
Qtde	Quantidade
R\$	Reais
Ton.	Toneladas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de divisão territorial do Estado do Paraná, com destaque para Corumbataí do Sul.....	77
Figura 2 – Vias de acesso à Corumbataí do Sul	77
Figura 3 – Divisão territorial urbana e rural de Corumbataí do Sul-PR	78
Figura 4 – Mapa da Localização da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, destacando Corumbataí do Sul-PR.....	79
Figura 5 – Localização do município de Corumbataí do Sul-PR	83
Figura 6 - Estrutura Fundiária do município de Corumbataí do Sul-PR	84
Figura 7 – Vista parcial de uma propriedade de agricultura familiar no município de Corumbataí do Sul-PR.....	84
Figura 8 – Estrutura etária de Corumbataí do Sul	86
Figura 9 – Valor Adicional Fiscal – 2008	87
Figura 10 – Produção de café em Corumbataí do Sul-PR	89
Figura 11 – Produção de maracujá em Corumbataí do Sul-PR	90
Figura 12 – Mapa da pobreza do estado do Paraná	91
Figura 13 – Taxa de analfabetismo segundo as faixas etárias do município de Corumbataí do Sul.....	92
Figura 14 – Agricultura familiar e produção alimentos senso	96
Figura 15 – Sede da APROCOR – Concessão Poder Público Municipal.....	105
Figura 16 – Máquina de Beneficiamento de Café – Concessão Poder Público Municipal	105
Figura 17 – Estagiária/Bolsista do Programa USF em reunião de trabalho com produtores sobre plantio do maracujá e à campo prestando assistência técnica ao produtor para a cultura do café	106
Figura 18 – Sede da APROCOR – Cargas de Maracujá destinadas a CEAGESP/SP e Indústria Processadora.....	108
Figura 19 – Dia de entrega de maracujá pelos associados na sede a APROCOR – e processo de classificação solidária.....	109
Figura 20 – Receitas com Maracujá – R\$/Produtor/Ano – 2008	115

Figura 21 – Cidades da Meso Região Centro Ocidental e cidades atendidas pela APROCOR: Iretama, Fênix, Quinta do Sol, Peabiru, Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul..... 119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População das Mesorregiões	82
Quadro 2 – População do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2007.....	82
Quadro 3 – Valor Adicional Fiscal (VAF) – Por Segmento	87
Quadro 4 – População Ocupada segundo Atividades Econômicas 2000	89
Quadro 5 – Indicadores socioeconômicos do Paraná e Corumbataí do Sul	90
Quadro 6 – Número de estabelecimentos Agropecuários – Grupos de áreas	96
Quadro 7 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor - 2006	97
Quadro 8 – Área colhida, produção e valor da produção agrícola de alguns produtos selecionados – Base ano de 2008.....	97
Quadro 9 – Comercialização de maracujá pela APROCOR, 2001 a 2008.....	113
Quadro 10 – Diversificação e comercialização, 2009.....	113
Quadro 11 – Receitas com Maracujá por ano/produtor- 2008.....	114
Quadro 12 – Produção de maracujá por cidades da região, safra 2009	116
Quadro 13 – Comparativo da População – Microrregião de Campo Mourão-PR....	118
Quadro 14 – Valor Adicionado Fiscal – em R\$ 1,00.....	123
Quadro 15 – População Ocupada segundo Atividades Econômicas 2000	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	24
1.1 Objeto e Objetivos do Estudo	24
1.1.1 Objetivo Geral	24
1.1.2 Objetivos Específicos	24
1.2 Justificativa	25
1.3 Encaminhamento Metodológico	26
1.3.1 <i>Delineamento da Pesquisa</i>	26
1.3.1.1 <i>Universo da Pesquisa</i>	28
1.3.1.2 <i>Unidade de Análise</i>	29
1.3.1.3 <i>Sujeitos da Pesquisa</i>	29
1.3.1.4 <i>Coleta de Dados</i>	30
1.3.1.5 <i>Critérios para a Análise dos Dados Coletados</i>	35
CAPÍTULO 2 O ASSOCIATIVISMO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	40
2.1 O Associativismo como Construção de Vínculos Sociais e Identidade Coletiva: Alternativa de Desenvolvimento Local e Social	44
2.1.1 Como Construção de Vínculos Sociais e Identidade Coletiva.....	46
2.1.2 O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento Local e Social	54
2.1.3 Estratégias de Desenvolvimento Local no Contexto do Associativismo	59
CAPÍTULO 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO	64
3.1 Economia Solidária: uma Interpretação de sua Definição	64
3.1.1 Economia Social e Economia Popular: Conceitos.....	66
3.1.2 Economia Solidária: Tendências, Limites e Sustentabilidade Social.....	68
CAPÍTULO 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	75
4.1 Apresentação dos Resultados.....	75

4.2 O município	76
4.2.1 Aspectos Gerais	76
4.2.2 Informações Gerais do município de Corumbataí do Sul	80
4.2.3 Realidade Socioeconômica de Corumbataí do Sul	83
4.2.4 Dados Gerais Sobre o Setor Agropecuário de Corumbataí do Sul	93
4.3 A Associação	99
4.3.1 Apresentação Histórica da APROCOR	101
4.4 Atuação Associativa da APROCOR.....	111
4.4.1 Associativismo, Economia Solidária, Participação e Inclusão Social: a APROCOR enquanto Indutora desse Processo.....	121
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 128
 REFERÊNCIAS.....	 133
 APÊNDICES	
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE ATUAL DA APROCOR DE CORUMBATAÍ DO SUL-PR	142
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM PRODUTORES ASSOCIADOS DE CORUMBATAÍ DO SUL-PR	143
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM COMERCIANTES DE CORUMBATAÍ DO SUL-PR.....	144
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM POLÍTICOS DE CORUMBATAÍ DO SUL-PR....	145

INTRODUÇÃO

A busca de ações que vislumbrem concretizar interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento social através de práticas associativas, vem se perpetuando ao longo dos tempos. Por isso, a compreensão do processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e conceitos que retratam o tema.

A idéia de associar interesses comuns a partir de iniciativas de cooperação é bastante antiga, porém, somente a partir de 1990 é que as discussões ganharam consistência através da perspectiva do desenvolvimento local e social sob novas concepções e idéias, as quais emergiram da concepção de sustentabilidade. Ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e sustentável. Os fatores responsáveis por essa mudança de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional como no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais.

Presente nesse contexto, encontra-se o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, isto é, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, mormente traduzida em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social e, a esse respeito, Frantz (2002, p. 1) destaca

[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a co-operação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

A presente discussão se insere, neste trabalho, como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, a qual tem como denominador comum o fato de que o associativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões.

Porém, no universo do mundo do trabalho, o associativismo pode ser citado como uma ação social que vem sendo apresentada pelo reconhecimento de sua importância nas transformações que estão em curso na atualidade. Graças ao reconhecimento dessa necessidade e da proposição de que o trabalho associativo constitui uma das principais referências que determina, não apenas direitos e deveres diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas, principalmente, padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente discutido.

Nesse campo de ampla discussão sociológica, o nosso trabalho tem também papel fundamental na compreensão do associativismo, pois incorporou o ponto de vista, então predominante entre os intérpretes das sociedades modernas, de que a economia forma uma esfera central e socialmente diferenciada do conjunto da vida social (SORJ, 2000, p. 26).

Ganança (2006, p. 5) corroborando com essa proposição, destaca que o associativismo teve sua importância enfatizada por Alexis de Tocqueville (1998), ao declarar sua contribuição para o fortalecimento da democracia, visto que possibilita a agregação de interesses individuais, permitindo a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e o convívio democráticos.

[...] a sociedade democrática sempre será individualista para Tocqueville, mas para evitar a situação aqui descrita, ele elabora o conceito de interesse bem compreendido, que poderíamos chamar como egoísmo esclarecido. Ou seja, os indivíduos percebem que se todos se voltarem apenas para seus interesses privados, estarão piores do que se dispusessem de tempo para a coletividade. A dedicação de parte do tempo dos indivíduos ao coletivo e ao público é condição essencial para que a democracia liberal não degenerem em uma democracia despótica. [...] uma das maneiras de impedir que o regime democrático liberal se degenerem é a união dos indivíduos que individualmente são fracos para a realização de ações coletivas, por meio

do associativismo, ou, como Tocqueville denomina, da *arte da associação*. Na realidade, para ele um aspecto muito importante dos efeitos da participação associativa sobre os indivíduos é a criação de hábitos de colaboração e solidariedade (GANANÇA, 2006, p. 6-7).

Putnam (2002, p.103-104), inspirado principalmente pela teoria *tocquevilleana*, afirma:

[...] as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões. Tais efeitos, é bom que se diga, não pressupõem que o objetivo manifesto da associação seja político. Fazer parte de uma sociedade orfeônica ou de um clube de ornitófilos pode desenvolver a autodisciplina e o espírito de colaboração.

A esse respeito, Ganança (2006, p. 8) sublinha que uma das consequências dessa construção teórica consiste em destacar e sobrevalorizar os efeitos do associativismo sobre os indivíduos associados. As associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes. A própria estrutura associativa, formal, institucionalizada, com regras e estruturas de poder, contribuiria para essa finalidade.

Portanto, o fenômeno da ação coletiva institucionalizada por meio de associações civis pode ser interpretado a partir de diversas perspectivas teóricas. Contudo, o que interessa destacar é que na construção dessas perspectivas está embutida a idéia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, emancipados, verdadeiros donos de seus destinos. Por isso, a participação em associações e organizações civis, como o associativismo, é salutar para gerar solidariedade social, diminuir os custos políticos e econômicos da vida em sociedade.

Pode-se afirmar que esse tipo de participação associativa teve seu início no Brasil, desde 1940, quando o país ingressou na mais longa crise de desenvolvimento. Por conta disso, a partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o país registra sinais expressivos de regressão ocupacional após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho (POCHMANN, 2004).

Passados quase 25 anos de estagnação da renda *per capita*, acompanhados de elevada instabilidade nas atividades produtivas, os efeitos expressivos no interior do mercado nacional de trabalho podem ser notados. Observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, e o avanço do desemprego aberto, constatando a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista (POCHMANN, 2004, p. 23).

Reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progridem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não-organizado do trabalho há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista. O avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão de obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. De outro, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida (POCHMANN, 2004, p. 23).

Entre 1980 e 2000, por exemplo, verificou-se que de cada dez ocupações geradas, uma metade foi de responsabilidade do segmento não-organizado e a outra do organizado. Mesmo assim, o segmento organizado da ocupação gerou menor variação no total das ocupações, sendo, por isso, responsável pela queda na sua participação relativa no conjunto da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada. No segmento não-organizado, o setor terciário respondeu pela abertura de 81,8% do total dos postos de trabalho do meio urbano (POCHMANN, 2004, p. 26).

O enfoque da economia solidária no meio urbano brasileiro é objeto de instrumentos de políticas públicas por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2005), apoiando em particular as formas de autogestão dos meios de produção (SINGER; SOUZA, 2000; FRANÇA, 2006 apud SABOURIN, 2004). As práticas de economia solidária têm a ver com atividades que não se limitem apenas a empreendimentos cooperativos, tais como as experiências de manejo de recursos ou de bens comuns, os fundos rotativos solidários e as feiras agroecológicas de proximidade. Essa extensão do campo de aplicação da noção já polissêmica de economia solidária leva a considerar a diversidade das suas referências teóricas (SABOURIN, 2004).

Boaventura Santos (2002) destaca que não basta ser alternativa; esta economia precisa impor-se como paradigma formando redes de empreendimentos solidários, inclusive internacionais e globais, para que surja o necessário volume de pressão. Nesse contexto, o convite à reflexão proposto por Arroyo e Schuch (2006, p. 34) vem complementar a necessidade de conceber a economia popular e solidária sob nova perspectiva, pois para os autores, a organização popular merece “[...] políticas públicas adequadas, que a trate como parte da solução econômica que temos que construir para direcionar o desenvolvimento nacional no rumo da inclusão e da sustentabilidade.”

Nesse sentido, objetiva-se com este estudo discutir políticas públicas, oportunidades e limites voltados ao fortalecimento da economia solidária em Corumbataí do Sul-PR, como espaço de desenvolvimento do associativismo, bem como seus efeitos sociais no período de 2007 a 2010 junto aos associados da Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul (APROCOR). Outro propósito foi avaliar em que medidas e com quais características a economia solidária pode contribuir para que o meio rural de Corumbataí do Sul-PR alcance o desenvolvimento local e a sustentabilidade social.

Para tornar melhor a compreensão dos propósitos desta investigação e para facilitar a organização da mesma, delineamos a construção teórico-empírica da pesquisa, estruturando a tese em quatro capítulos.

No sentido de melhor introduzir ao leitor o nosso trabalho, incluímos, no capítulo primeiro, alguns elementos informativos sobre a metodologia de pesquisa com a indicação dos métodos e técnicas utilizados para o desenvolvimento do estudo. O primeiro capítulo objetivou traçar a construção da pesquisa a partir do nosso objeto e objetivos, detalhando o caminho metodológico, o cenário da pesquisa e a organização dos dados obtidos para a análise dos resultados.

No segundo capítulo, focalizamos questões do associativismo no contexto da economia solidária, apresentando-o como uma alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. Fizemos também uma leitura do associativismo enquanto movimento social e político de proteção social. Os caminhos trilhados nesse embate têm possibilitado pensar na emancipação social de setores da sociedade civil, que estão sendo explorados e excluídos pelo sistema capitalista moderno.

A manifestação real da busca de uma alternativa para enfrentar a crise instalada no meio rural, apostando na solidariedade como elemento propulsor da cidadania praticada pelo trabalho associado, que pode permitir a autogestão e a cooperação nas relações de trabalho e da produção, anuncia mudanças no desenvolvimento social do País.

No terceiro capítulo, apresentamos a economia solidária como espaço de desenvolvimento do associativismo. Iniciamos a reflexão da temática, procurando interpretar sua definição e a diferença entre economia social e economia popular. Também procuramos apresentar as tendências, os limites e a sustentabilidade social presentes no cenário socioeconômico da economia solidária.

O arcabouço teórico que se desenvolveu nos capítulos dois e três serviu de base de sustentação para as análises efetuadas no quarto capítulo.

No quarto capítulo, apresentamos os resultados dos dados coletados durante o desenvolvimento da pesquisa. Avaliamos o município de Corumbataí do Sul nos diversos aspectos econômicos, políticos e sociais. Procuramos fazer uma ligação entre o teórico e a pesquisa de campo, inserindo alguns depoimentos obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa. Avaliamos a Associação dos Produtores

Rurais (APROCOR) por meio de depoimentos colhidos do presidente da Associação, de gestores, produtores rurais associados, comerciantes e pessoas ligadas ao meio político.

Por fim, tecemos alguns comentários sobre as conclusões da investigação. Não pretendendo encerrar esta pesquisa com uma conclusão definitiva, optamos por indicar algumas considerações finais, as quais retomam aspectos levantados e analisados, tanto teórico quanto empiricamente.

CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 Objeto e Objetivos do Estudo

Como objeto de estudo, determinamos o fortalecimento da economia solidária como espaço de desenvolvimento do associativismo. Para isso, elegemos a APROCOR como *lócus* dessa investigação, por entender que o cotidiano de espaços democráticos de participação social em uma região administrativa, que comporta diferentes estruturas populacionais, proporcionaria-nos uma riqueza de informações maiores.

Para tanto, desenvolvemos esta investigação, procurando elementos que configurassem explicitamente a temática da pesquisa e que viessem ao encontro dos objetivos geral e específicos propostos.

1.1.1 Objetivo Geral

Discutir políticas públicas, oportunidades e limites voltados ao fortalecimento da economia solidária em Corumbataí do Sul-PR, como espaço de desenvolvimento do associativismo, bem como seus efeitos sociais no período de 2007 a 2010 junto aos associados da APROCOR.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever a economia solidária como espaço de desenvolvimento do associativismo, procurando avaliar até que ponto esse sistema econômico é uma alternativa viável de desenvolvimento local e de sustentabilidade social.

- Identificar a construção de vínculos sociais (construção da cidadania, organização social e participação social) para formação de identidade coletiva.
- Apresentar a APROCOR como espaço de desenvolvimento da economia solidária pelo município de Corumbataí do Sul-PR.
- Avaliar em que medidas e com quais características a economia solidária contribui para que o meio rural de Corumbataí do Sul-PR alcance o desenvolvimento local e a sustentabilidade social.

1.2 Justificativa

A produção para o mercado pode dar-se através de diversas formas de organização social. Nos últimos séculos, a predominante tem sido a produção capitalista. Porém, olhando as empresas que atuam no âmbito da economia popular solidária como um conjunto agregado, é possível distinguir elementos característicos de sua atuação que, se articulados devidamente, podem torná-las economicamente mais eficazes, aumentando suas chances de sobrevivência ou mesmo de sucesso nos mercados capitalistas.

Sabe-se que o ambiente onde atuam essas empresas é bastante complexo, assim como suas chances de sobrevivência são sujeitas a condicionantes bastante diversos. A idéia é justamente procurar alternativas que criem as bases dos fatores que tornar-se-ão elementos de competitividade dinâmica a longo prazo. Para isso, exige-se um programa de investimentos estratégicos consubstanciado por políticas públicas de cunho socializante para se criar a cultura (econômica, política e social) de sustentação efetiva da rede solidária no tempo. A idéia é que se possa com isso preencher substancialmente as carências sociais com mecanismos democratizados de acumulação (TAUILE, 2002).

Segundo Ortiz Roca (2001 apud TAUILE, 2002, p. 109), atualmente, a preocupação com o meio rural, especificamente em relação à economia solidária na forma de associativismo, tem despertado a atenção não somente pelo benefício econômico

que estas iniciativas geram, mas, sobretudo, pelo benefício social¹. Fato este que justifica a futura pesquisa, especificamente, em Corumbataí do Sul, município paranaense onde a organização solidária está se iniciando. E, se o associativismo é uma forma de organização do meio rural, capaz de transformar um determinado local e uma determinada região por estabelecer o desenvolvimento econômico através de negócios que possam crescer de forma viável, então, a forma como o meio rural vem se organizando em Corumbataí do Sul é comprovação de que o associativismo necessita de políticas que viabilizem e concretizem este sistema de produção.

Portanto, investigar essa ação estratégica que já vem gerando trabalho e renda em Corumbataí do Sul, é um estudo relevante, pois numa sociedade em que os empregos tradicionais estão cada vez mais escassos, os indivíduos buscam encontrar e desenvolver novas oportunidades para se manterem ativamente econômicos. Essa relevância também se evidencia pelo fato de que gerará desdobramentos para outras ações na medida em que identificar ações favoráveis e desfavoráveis ao fortalecimento das práticas associacionistas.

1.3 Encaminhamento Metodológico

1.3.1 Delineamento da Pesquisa

Em áreas de investigação relativamente novas e, conseqüentemente, pouco exploradas, o pesquisador necessita explorar melhor as categorias para proceder seus estudos acerca do fenômeno, utilizando-se de várias técnicas de pesquisas.

¹ O que designamos por benefício social em relação à economia solidária como espaço de desenvolvimento do associativismo, representado pelos novos movimentos sociais econômicos, em que os atores estratégicos do novo mercado, - aqueles que constroem “[...] um novo olhar de ação política visando a reapropriação do mercado a partir de valores próprios” (PORTILHO, 2009, p. 199) -, pode ser entendido pelas práticas de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegiam a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia e o acesso igualitário à informação e ao conhecimento. O benefício social se dá pela inclusão, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e de acesso à renda da sociedade em empreendimentos econômicos.

A investigação em questão caracteriza-se como exploratória e qualitativa, pois como salientam Cooper e Schindler (2003), o estudo exploratório conduz o pesquisador a desenvolver conceitos mais claros, estabelecendo prioridades. O qualitativo segundo Bruyne (1977) possibilita o uso de várias técnicas de coleta, tratamento e análise de dados.

Enquanto estudo empírico, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva interpretativa, pois busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 2002). Isto é, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la, procurando avaliar as informações obtidas por meio de diversos instrumentos.

Segundo Lehfeld (2007a, p. 51), “[...] a pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao seu foco”, e nela haverá sujeitos, num dado contexto situacional e histórico, vivenciando um fenômeno sociopolítico. Para autora, essa abordagem orienta a ação, permite maior compreensão sobre a realidade social, auxilia na definição e seleção de diretrizes de atuação, medindo os impactos e os resultados.

Sendo assim, optou-se pelo estudo qualitativo, principalmente pela necessidade de profundidade do objeto da pesquisa, uma vez que se procura discutir políticas públicas, oportunidades e limites voltados ao fortalecimento da economia solidária em Corumbataí do Sul-PR, como espaço de desenvolvimento do associativismo, bem como seus efeitos sociais no período de 2007 a 2010 junto aos associados da APROCOR.

Para tanto, buscou-se, num primeiro momento, apresentar o município onde está localizada a APROCOR para, em seguida, apresentá-la como espaço de desenvolvimento do associativismo, procurando avaliar até que ponto esse sistema econômico pode ser uma alternativa viável de desenvolvimento local e sustentabilidade social. Também verificar em que medidas e com quais características contribui para que o meio rural de Corumbataí do Sul-PR alcance o desenvolvimento social, procurando identificar a construção de vínculos sociais para formação de identidade coletiva.

Para Godoy (1995), as características básicas da pesquisa qualitativa são: (1) o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é um instrumento chave; (2) ela é descritiva; (3) o significado que as pessoas dão às coisas e às suas vidas é a preocupação essencial do investigador; e (4) os pesquisadores qualitativos utilizam o método indutivo na análise de seus dados. Por isso, a generalização deriva de observações particulares de casos da realidade concreta.

De acordo com Bauer e Gaskell (2007), a pesquisa qualitativa apresenta ainda as seguintes características: foco na interpretação, ao invés de na quantificação; ênfase na subjetividade, ao invés de na objetividade; flexibilidade no processo de condução da pesquisa; e preocupação com o contexto. Essas características, entre outras, diferenciam a pesquisa qualitativa da quantitativa e permitem verificar a importância do método qualitativo para a condução deste trabalho.

Considerando que os dados foram coletados ao longo de um período determinado, o estudo trata-se de um corte transversal com perspectiva longitudinal (TRIVIÑOS, 2006). Reportando-nos novamente a Cooper e Schindler (2003), os estudos transversais diferenciam-se dos longitudinais, pois não são realizados em períodos maiores e não são contínuos ou repetidos através do tempo. Embora a pesquisa longitudinal seja importante, as restrições de orçamento e tempo impõem a necessidade de análise transversal.

Segundo Lehfeld (2004), essa abordagem orienta a ação, permite maior compreensão sobre a realidade social, auxilia na definição e seleção de diretrizes de atuação, medindo os impactos e os resultados.

1.3.1.1 Universo da Pesquisa

Barros e Lehfeld (2000, p. 86) colocam que “[...] o universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características,

definidas para um estudo” e determinam que “[...] a amostra é um subconjunto representativo do conjunto da população.”

Na presente pesquisa, o *locus* de nossa análise aconteceu no município de Corumbataí do Sul, Paraná-Brasil, através de uma amostra intencional tendo como contexto o funcionamento da APROCOR.

1.3.1.2 Unidade de Análise

A unidade de análise foi a Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul (APROCOR). A definição da unidade de análise está relacionada à maneira como as questões da pesquisa são definidas, haja vista que “[...] especificar corretamente as questões primárias da pesquisa traria como consequência a seleção da unidade apropriada de análise”, de acordo com Yin (2001, p. 44).

A literatura existente também pode se tornar uma referência-guia para se definir a unidade de análise, pois a comparação entre as descobertas da pesquisa e as descobertas já existentes na literatura somente será possível se cada estudo de caso ou unidade de análise for semelhante àqueles previamente estudados por outras pessoas ou, então, divergirem de forma clara e operacionalmente definida (YIN, 2001).

1.3.1.3 Sujeitos da Pesquisa

Alguns critérios foram observados para que a seleção dos sujeitos fosse possível. Para a composição da amostra intencional não probabilística, procurou-se selecioná-los levando-se em conta: a) a forma de interação na Associação (tempo de envolvimento, tipos de atividades, papel desempenhado: gestor, comerciante, produtor, associado); b) implicações e efeitos sobre seus negócios (novos produtos,

diversificação da produção, expansão de mercado, diversificação de clientela, inserção em programas de formação/capacitação, entre outros).

Como sujeitos desta pesquisa, foram definidos: o atual presidente da Associação e demais gestores. Além desses, fizeram parte da pesquisa, seis produtores rurais associados à APROCOR, três comerciantes e três pessoas ligadas ao meio político, totalizando treze entrevistas, realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Cooper e Schindler (2003, p. 169), os sujeitos que contribuíram para a realização desta pesquisa foram selecionados por meio de uma amostra intencional por julgamento, na qual “[...] o pesquisador seleciona membros da amostra para atender a alguns critérios”, como o de possuírem conhecimento sobre o assunto e potencial de fornecer informações relevantes para atender aos objetivos da pesquisa.

1.3.1.4 Coleta de Dados

A utilização de diferentes procedimentos para a realização da coleta de dados, além de possibilitar uma compreensão do problema de pesquisa em maior profundidade, oferece diferentes visões e perspectivas do fenômeno em estudo. As informações necessárias à consecução dos objetivos desta pesquisa foram obtidas a partir de dados primários e secundários.

Os **dados primários** são aqueles coletados pelo pesquisador. Para essa tarefa, foram utilizadas a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental. Para Yin (2001, p. 120), “[...] a necessidade de utilizar várias fontes de evidências ultrapassa em muito a necessidade que se tem em outras estratégias de pesquisa, como em experimentos, levantamentos ou pesquisas históricas.” Nesse sentido, Godoy (1995, p. 27) afirma que “[...] os dados devem ser coletados no local onde eventos e fenômenos que estão sendo estudados naturalmente acontecem, incluindo entrevistas, observações, análise de documentos e, se necessário, medidas estatísticas.”

A utilização de diversas fontes de dados permite, segundo Yin (2001, p. 121), “[...] o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, um processo de triangulação.” Dessa forma, uma descoberta ou conclusão em um estudo de caso é muito mais convincente e acurada se derivada de várias fontes distintas de dados, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa.

Sobre a especificidade das entrevistas, Minayo (2004, p. 121) afirma que “[...] quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas, de representação de determinado grupo social, ou quando se trata de compreender relações, o questionário se revela insuficiente.” Para Bauer e Gaskell (2007), a entrevista é uma técnica flexível, pode ser aplicada em quase todos os lugares e é capaz de produzir dados de grande profundidade. Ainda segundo o mesmo autor, trata-se de um procedimento qualitativo amplamente usado em pesquisas organizacionais.

Ao falar do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, Minayo (2004, p. 107) salienta que “[...] a entrevista – tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico – é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo.”

As entrevistas podem ser individuais ou grupais. Enquanto as entrevistas individuais estão focadas no entrevistador e no entrevistado (visto como um ator individual), as grupais são realizadas buscando-se uma visão coletiva dos vários atores sociais (MINAYO, 2004).

Quanto ao tipo, as entrevistas podem ser (RICHARDSON, 1999; JOSÉ FILHO; DALBERIO, 2006) estruturada (ou padronizada) e não-estruturada (ou despadronizada). Na entrevista estruturada, o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. De outra forma, na entrevista não-estruturada, o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. Entretanto, entrevistas

semiestruturadas têm atraído interesse, sendo amplamente utilizadas. O interesse está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada.

Para a realização desta pesquisa, os dados primários foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e pesquisa documental. A escolha desses procedimentos se deu em função de que eles estão ligados ao objetivo geral deste trabalho.

Diante disso, a coleta de dados primários desta pesquisa foi realizada mediante a aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas, ou seja, com a utilização de um roteiro de entrevista. Segundo José Filho e Dalberio (2006), o formulário, ou seja, o instrumento pelo qual o entrevistado faz as perguntas vai assumindo configurações que favorecem o contato do pesquisador com a realidade do entrevistado de forma mais direta. Na medida em que o roteiro de entrevista estiver em consonância com os objetivos da pesquisa e busca informações precisas para responder às questões essenciais da investigação, passa a ser instrumento de pesquisa válido.

As entrevistas foram realizadas através de formulário de entrevistas semiestruturado, aplicado a partir de perguntas abertas, em que o entrevistado teve total liberdade para responder de acordo com a sua compreensão. Barros e Lehfeld (2000, p. 90) colocam que “[...] o formulário é um instrumento mais usado para o levantamento de informações. Não está restrito a uma determinada quantidade de questões [...] e pode possuir perguntas fechadas ou abertas e ainda a combinação dos dois tipos.”

O formulário de entrevistas foi composto por algumas questões norteadoras e teve o objetivo de conseguir o maior número de informações ligadas ao objeto de estudo, o que poderia posteriormente indicar elementos que pudessem conduzir à construção das categorias empíricas.

O número de entrevistas foi definido pelo critério de saturação dos dados, ou seja, até que os discursos se repitam e não tragam elementos novos.

As entrevistas foram pré-agendadas junto aos entrevistados, sendo determinada hora, local e data para realização de acordo com a preferência e disponibilidade dos entrevistados. Destaca-se ainda que cada entrevista foi realizada na cidade dos entrevistados e nos locais indicados pelos sujeitos.

Para garantir a fidedignidade do discurso, acordou-se previamente com os entrevistados que as falas seriam gravadas para posterior transcrição. Na sequência, essas transcrições foram submetidas aos respectivos entrevistados com o objetivo de se tentar eliminar possíveis imperfeições nos seus discursos. Os nomes dos entrevistados foram preservados e a utilização dos dados e das informações coletadas se restringiu única e exclusivamente à realização deste trabalho.

As fontes secundárias foram preliminarmente investigadas para levantar informações que subsidiem a coleta de dados por meio de fontes primárias. As fontes secundárias compreenderam documentos interno e externos à Associação, tais como: relatórios, documentos administrativos e contábeis, publicações e outros elementos produzidos pelo meio e representados nesta forma. Buscou-se, também, coletar informações por meio de fontes bibliográficas adicionais, relatórios e documentos que demonstrassem a constituição da trajetória da Associação.

Os **dados secundários** são aqueles já disponíveis na literatura, como os publicados em livros, teses, dissertações, artigos, entre outros. Nesta investigação, os dados secundários se constituem de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A consulta a essas fontes permitiu adquirir conhecimento teórico sobre o assunto pesquisado e, paralelamente, analisar as generalizações já alcançadas por outros autores.

A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

O arcabouço teórico sobre o associativismo no contexto da economia solidária é a base que sustenta esta pesquisa. É ele que facilita ao pesquisador na construção de categorias analíticas para o seu estudo. Considera-se necessário conhecer o que já foi desenvolvido por outros pesquisadores em nível nacional e internacional, procurando contribuir para a compreensão da temática dessa investigação.

Sendo assim, partiu-se da compreensão de que o associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local e da sustentabilidade social só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e conceitos que retratam o tema.

A pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, uma vez que os documentos são considerados importantes fontes de dados e que merecem atenção especial.

Nos estudos que empregam uma metodologia qualitativa, os documentos podem levar o pesquisador a descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (GODOY, 1995; GIL, 1987).

Nas pesquisas de cunho qualitativo, tanto a delimitação quanto a formulação do problema possuem características próprias. Ambas exigem do pesquisador a imersão no contexto que será analisado. A análise do passado e do presente são cruciais para que haja uma maior isenção do investigador ao fenômeno social que pretende desvendar (BAUER; GASKELL, 2007; GODOY, 1995; GIL, 1987). A pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vista a uma interpretação nova ou complementar (GODOY, 1995).

1.3.1.5 Critérios para a Análise dos Dados Coletados

A análise dos dados foi feita após a transcrição das entrevistas gravadas, procurando-se identificar categorias explicativas do objeto de estudo. A codificação dos dados foi realizada inicialmente para identificar os aspectos em comum mencionados nas entrevistas.

Para uma análise de dados de alta qualidade (YIN, 2001, p. 154), independentemente da estratégia analítica escolhida, quatro princípios fundamentais devem ser considerados: (1) deixar claro que a análise se baseou em todas as evidências relevantes; (2) a análise deve abranger todas as principais interpretações concorrentes; (3) a análise deve se dedicar aos aspectos mais significativos do estudo de caso; e (4) o pesquisador deve utilizar seu conhecimento prévio de especialista para analisar o estudo de caso, ou seja, conhecer publicações anteriores e estar consciente das discussões e do debate atual sobre o tema da pesquisa.

Como na coleta de dados, nem todo método de interpretação é apropriado em cada caso. A decisão entre as alternativas metodológicas existentes deve ser embasada no próprio estudo, na sua questão e nos seus objetivos de pesquisa, assim como nos dados coletados (FLICK, 2004). Dessa forma, a técnica utilizada para a análise dos dados desta pesquisa qualitativa foi a análise de conteúdo.

Para Bardin (1977, p. 42), o termo “análise de conteúdo” pode ser definido como,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ressalta-se também que pertencem “[...] ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo”, seja ele passível ou não de quantificação (BARDIN, 1977,

p. 42). Cooper e Schindler (2003, p. 347) argumentam também que a análise de conteúdo “[...] protege contra a percepção seletiva do conteúdo, garante a aplicação rigorosa de critérios de confiabilidade e validade e é receptiva à informatização.”

De acordo com Bauer e Gaskell (2007), a análise de conteúdo apresenta algumas vantagens, geralmente associadas aos métodos qualitativos, como riqueza de detalhes, preservação de conteúdos importantes da informação e potencial para fundamentar o desenvolvimento de uma teoria. Nesta pesquisa, desenvolveu-se uma análise de conteúdo qualitativa com o objetivo de preservar os detalhes presentes nos discursos dos entrevistados.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo está organizada em três fases fundamentais: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a fase de organização do material. Ela “[...] corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p. 95). Nessa fase, normalmente, são realizadas três missões importantes: a escolha dos documentos que serão submetidos à análise; a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Na sequência, Bardin (1977, p. 101) diz que a exploração do material “[...] consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.” Finalmente, com o tratamento dos resultados brutos obtidos, consegue-se resultados significativos e válidos, que permitem proposição de inferências e realização de interpretações acerca dos objetivos previstos.

Várias técnicas podem ser utilizadas na análise de conteúdo, sendo: análise categorial, análise de avaliação, análise da enunciação, análise da expressão, análise das relações e análise do discurso (BAUER; GASKELL, 2007). Dentre essas, para a condução da análise de conteúdo desta pesquisa, utilizou-se a técnica de análise categorial.

Bardin (1977) explica que na segunda fase da análise de conteúdo (exploração do material), a organização da codificação compreende três escolhas no caso de uma análise categorial: a) o recorte: escolha das unidades; b) a enumeração: escolha das regras de contagem; c) a classificação e a agregação: escolha das categorias.

Escolha das unidades. A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização. Ela pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. A título ilustrativo, segundo essa autora, podem ser citados dentre as unidades de registro mais utilizadas: a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento, e o documento. Conforme Bardin (1977, p. 106) “[...] as respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo [...] podem ser, e são frequentemente, analisadas tendo o tema por base.” Assim, neste trabalho, a principal unidade de registro utilizada na análise categorial de conteúdo será o tema, isto é, a “[...] unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1977, p. 105).

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. Para Bardin (1977, p. 105),

[...] o tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades lingüísticas.

A unidade de contexto, nas palavras de Bauer e Gaskell (2007), serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. A unidade de contexto, por exemplo, pode ser o parágrafo para o tema. As dimensões das unidades de contexto são determinadas pelos critérios de custo, pertinência, tipo de material analisado, e quadro teórico de sustentação.

Regra de enumeração. A regra de enumeração nada mais é do que o modo de contagem da unidade de registro. Para Bardin (1977), é possível utilizar diversos tipos de enumerações: a presença (ou ausência), a frequência, ponderada, a intensidade, a direção, a ordem, e a co-ocorrência. De acordo com os critérios de pertinência, tipo de material analisado e quadro teórico já mencionados anteriormente, a análise de conteúdo deste trabalho se orientará, basicamente, pela presença ou ausência da unidade de registro – o tema.

Categorização. A análise categorial de conteúdo é uma operação de classificação de unidades (de registro e de contexto) constitutivos do texto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento analógico em categorias, com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977). As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico. Agrupamento esse, efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos.

A categorização, conforme Bardin (1977), pode empregar dois processos inversos: (1) fornece um sistema de categorias e, com base nele, reparte da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados; e (2) o sistema de categorias não é fornecido inicialmente. Ele vai se estruturando de acordo com a classificação analógica e progressiva dos elementos. O sistema de categorias, produzido pela análise qualitativa de conteúdo das entrevistas desta pesquisa, foi estruturado de acordo com esse último processo, com base no roteiro de entrevista utilizado.

Portanto, para que esta pesquisa conseguisse alcançar seus objetivos, optou-se por utilizar o método qualitativo, com a técnica de análise de conteúdo, tendo em vista que a “[...] análise qualitativa tem como objetivo situações complexas ou estritamente particulares” (RICHARDSON, 1999, p. 80), como é o caso deste estudo.

O método qualitativo de análise difere do quantitativo à medida em que não emprega instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. No método qualitativo, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias

homogêneas, mas traduzir o objeto em seu subjetivismo, por isso mostra-se mais consistente com a proposta do estudo.

Segundo Richardson (1999, p. 80), “[...] a abordagem qualitativa procura descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos pela organização e entender particularidades do seu comportamento.”

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, o método de análise de conteúdo permitiu “[...] compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características mais importantes [...] e extrair os momentos mais importantes” (RICHARDSON, 1999, p. 224).

Resumidamente, o tratamento de todos os dados coletados foi realizado por meio de procedimentos qualitativos com base em entrevistas, análise documental e análise de conteúdo.

CAPÍTULO 2 O ASSOCIATIVISMO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A discussão acerca da temática Associativismo situa-se no contexto da economia solidária, apresentando-se como uma alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, na medida em que vem expressando o desejo das pessoas de satisfazer seus anseios coletivos, criando e recriando perspectivas de relações sociais participativas.

O associativismo caracteriza-se pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de associação, de convivência, de troca e atua localmente, procurando estabelecer uma relação com a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade com mais dignidade e para fortalecer as identidades.

O conceito de associativismo concebido por Scherer-Warren (2001, p.42) nos remete a uma melhor compreensão sobre essa proposição, pois o registra como:

[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.

Caracterizado pelas reivindicações civis, pelas práticas localizadas e temporais, o associativismo é um canal de participação na esfera pública, que envolve as dimensões políticas e socioeconômicas para alcance da melhoria da qualidade de vida e da defesa da cidadania.

As necessidades, os desejos e os interesses comuns em direção ao melhor impulsionam os sujeitos a agirem de forma coletiva, implementando ações que visam à concretização desses interesses comuns (FRANTZ, 2002).

É nesse sentido que a prática associativa acontece, pois

[...] a expressão associativismo designa por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembléia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação,

enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 82).

De acordo com essa definição, podemos conceber a associação como uma organização social de pessoas com um objetivo definido. Devemos colocar que ninguém é obrigado a estar associado a nenhuma associação, sendo esta de livre participação.

Uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses de forma democrática. Ela existe porque os associados possuem um objetivo comum e trabalham em grupo para a realização desse objetivo.

No meio rural, o associativismo pode ser entendido, segundo Ricciardi e Lemos (2000), como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas, sim, uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos.

Especificamente em relação às associações de pequenos produtores, observamos que o uso de práticas solidárias, isto é, o agrupamento de produtores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver os seus problemas, quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, viabilizando a sustentação de suas propriedades, superando entraves produtivos e logísticos, de forma coletiva, representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar uma realidade, ou mesmo, proporcionar aos diferentes atores sociais, meios para se adaptarem a essa realidade.

Surgindo de várias formas, as associações de produtores possuem como princípios básicos do associativismo no meio rural, a confiança e a participação. A confiança se faz necessária para manter a união entre os produtores associados, e a participação

é o que vai garantir se os benefícios da organização da associação serão válidos ou não.

Para que o associativismo seja viabilizado, Maria de Lourdes Souza (1995) assinala que é necessário observar três princípios fundamentais: 1) a definição apurada e sistemática de interesses comuns; 2) o respeito às limitações e possibilidades de cada um; 3) o aprofundamento e avaliação constante da prática participativa, já que associar-se significa estar junto e criar uma nova realidade e não simplesmente para buscar benefícios de projetos governamentais.

Reforçando essa tese, salientamos que os produtores² participantes das associações reconhecem que ficou mais fácil conduzir a produção após a organização comunitária. O ambiente participativo criado pela organização espontânea de cidadãos e cidadãs é salutar para promover o interesse comum e gerar benefícios coletivos, pois, uma vez gerados pelo grupo, podem ser usufruídos por todos os sócios, independentemente de sua contribuição para gerar tal benefício.

No contexto da economia solidária, o associativismo está sendo apontado nos planos econômico, social e político como resposta aos efeitos da globalização econômica que obriga os países a reduzirem seus custos e “saírem” do assistencialismo, porque cada região necessita de flexibilidade para arranjar seus fatores e tornar-se competitiva (CASAROTO FILHO, 2001), diante da nova ordem mundial consolidada nos anos 1990.

Essa nova ordem exige uma maior articulação das organizações dos trabalhadores na área rural, em defesa dos seus interesses coletivos. Por sua vez, a questão agrária ganha uma nova dimensão: ressurgem com vigor a luta pela terra e, ao mesmo tempo, a luta contra exclusão social e pela cidadania, com o apoio das associações de pequenos produtores rurais. Sob o impacto de uma nova situação que se

² Estes, entendidos como os que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, que utilizem mão de obra familiar, utilizando empregados eventualmente, com 80% da renda familiar extraída da atividade agropecuária e que resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

configura no campo, em busca de desenvolvimento rural, com a organização dos pequenos produtores e através dela procurou-se, como imperativo máximo, a geração de emprego e renda, buscando ainda, garantir aos que estão no meio rural condições semelhantes aquelas que outros segmentos produtivos têm no meio urbano, redirecionando políticas e serviços públicos às reais necessidades dos agricultores familiares.

As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais mostram-se como novas formas de agregação social, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Prevalece no nosso entendimento de que se trata de organizações voluntárias, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade.

Nessas associações, percebemos que o associativismo se apresenta como responsável pelo desenvolvimento local e social, e como construtor de vínculos sociais e identidade coletiva diante da crise do mundo do trabalho, que também é a crise social, uma crise dos vínculos sociais.

A ausência e a falta de reconhecimento do trabalho ocasionam a vulnerabilidade social, comprometendo a permanência dos elos sociais, porque o trabalho continua sendo a centralidade das relações em sociedade, assegurando a forma de sociabilidade humana, a identidade pessoal e a coletiva, o reconhecimento pelo outro e a possibilidade de integração social (CARVALHO, S.M.S., 2009).

Ainda sob a ótica da autora, a luta pelo “direito ao trabalho” e “direito do trabalho” significa a luta por cidadania, manifestada no trabalho associado, ancorada por um projeto político socialista autogestionário. Essa estratégia de gestão do social, empreendida pelos trabalhadores(as) em processo de desfiliação e precarização do trabalho, sintetiza o significado da economia solidária, com o aporte de um projeto emancipatório de sociedade, que impulsiona mudanças nas relações sociais.

O sentido da ação social desses sujeitos históricos, na concepção de Sônia Carvalho (2009), foi compreendido pelos princípios da economia solidária e pela perspectiva da manutenção do vínculo social, permitindo estabelecer a confiança e constituir alianças, que são atributos importantes para se permitir trabalhar juntos e consolidar a democracia. Esse pensamento contribui para desvelar as estratégias de fazer imergir a cidadania, religando as instâncias do social por meio da formação de vínculos sociais, que combinam ao mesmo tempo obrigação e liberdade, interesse e altruísmo.

2.1 O Associativismo como Construção de Vínculos Sociais e Identidade Coletiva: Alternativa de Desenvolvimento Local e Social

Ao longo do tempo, especificamente nas últimas décadas do século XX, a vida dos indivíduos e grupos vem apresentando perdas que vão significando um acréscimo progressivo de dificuldades, manifestando claramente a fragilização ou afrouxamento dos vínculos sociais de grupos que acumulam desvantagens nas diferentes esferas da vida coletiva – o trabalho, a família, a vizinhança, a escola – ameaçando-os com a perda de seu lugar na sociedade (INOJOSA; JUNQUEIRA, 2008, p. 174).

Essa perda de lugar na sociedade pode ser sentida pela expulsão do mundo do trabalho, observada pelo desemprego e pela participação da população economicamente ativa na economia informal.

A expulsão do mundo do trabalho gera perda de autonomia, da possibilidade de autoprovimento de condições básicas de vida e promove o rompimento de outros laços da rede social de cada pessoa – família, amigos, relações comunitárias –, ampliando as vulnerabilidades e o isolamento de cada indivíduo e do grupo social. “A exclusão é inicialmente uma ausência durável de emprego, mas é igualmente uma perda de relações” (DEMO, 1998, p. 111).

E o grande desafio para a sociedade e para o governo vai além de reconhecer a importância de reduzir as desigualdades sociais e elevar a cidadania, pois é necessário modelar políticas sociais/públicas transformadoras e fomentadoras de autonomia.

Porém, o que verificamos é que as tentativas de transformação vêm esbarrando em questões operacionais, contribuindo para a manutenção do modelo tradicionalista, aquele que é carregado de assistencialismo.

O desafio é realizar, na prática, a construção de uma sociedade mais igualitária, autônoma e inclusiva. Essa construção, na perspectiva da solidariedade crítica, implica a responsabilidade individual e coletiva pelo destino comum, bem como uma dimensão ética a qual considere que todo o indivíduo tem direitos próprios e, portanto, não pode ser usado ou manipulado por outros (INOJOSA; JUNQUEIRA, 2008).

Na tentativa de compreender melhor o papel da política social, devemos levar em conta que seu principal objetivo é a redução das desigualdades por meio da intervenção dos movimentos e grupos sociais e do Estado para promover e garantir direitos de cidadania (VILESSANTE, 1999).

Há de se considerar também que em meados do século XX, vários paradigmas que sustentavam o mundo da produção e do trabalho foram alterados, transformados pela globalização (INOJOSA; JUNQUEIRA, 2008), e que as desigualdades sociais aprofundam-se, limitando o acesso das pessoas, como nos fala Demo (1998): a ampliação da participação e da redistribuição de bens e de poder por meio de três eixos: o *eixo socioeconômico*, via de regra centrado no binômio ocupação/renda, permite que não se isole a política social do contexto econômico e produtivo; o *eixo assistencial*, que não deve ser confundido com assistencialismo, mas como espaço fundamental da política social, se concebida a assistência como devida por direitos de cidadania e, por fim, o *eixo político*, que deve estar voltado para o fenômeno da participação, visando a auto-promoção dos grupos em que “[...] a sociedade organizada define o papel e o espaço do Estado e não o contrário.”

Essas colocações fornecem algumas explicações às alternativas econômicas e nos leva a refletir sobre a atuação dos novos movimentos sociais, econômicos, especificamente, os que se formam sob o prisma do associativismo, levando em conta a construção de vínculos sociais e de identidade coletiva.

2.1.1 Como Construção de Vínculos Sociais e Identidade Coletiva

A nossa compreensão da construção de vínculos sociais e de identidade coletiva só é possível por meio de um breve resgate do conceito do termo “exclusão social”, pois, no Brasil, os estudos desenvolvidos definem a exclusão social como não-realização de direitos de cidadania e como ruptura de vínculos entre indivíduo e sociedade, além de uma reação a esta última conceituação, reafirmando a contradição da relação entre inclusão e exclusão como parte de um modo contraditório de dominação de classe.

A primeira concepção de exclusão social que tomamos nessa discussão nos remete ao conceito de cidadania – tal como retirado de T.H. Marshall – como ideal normativo ao qual se contrapõe a exclusão (INOJOSA; JUNQUEIRA, 2008). Para Marshall (1967), a cidadania corresponde a um status concedido a membros de uma comunidade, significando a participação integral na mesma, com igualdade de direitos e obrigações. Quando se é cidadão, pode-se gozar das prerrogativas que garantam a participação dos membros da comunidade, por meio de direitos, naquilo que é criado socialmente, material ou não.

Assim, a cidadania compõe-se de um conjunto de direitos que Marshall (1967) divide analiticamente em três partes ou elementos: 1) civil, composto de direitos necessários à liberdade individual (liberdade de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade, à justiça etc.); 2) político, compreendido como direito de participação no exercício do poder político, seja pelo investimento de autoridade política, seja como eleitor; 3) social, referindo-se à participação dos padrões de bem-estar de dada sociedade.

Numa visão crítica da bibliografia européia, Silver (1994) identificou três significados atribuídos ao conceito de exclusão social, cada qual correspondendo a um paradigma, isto é, a “[...] uma constelação de crenças, valores, técnicas e outros elementos compartilhados pelos integrantes de uma determinada comunidade” (SILVER, 1994, p. 613). O primeiro paradigma apresentado é o da solidariedade, associado à ideologia política do republicanismo francês. A exclusão social corresponde a um déficit de integração. Ela acontece pela quebra do vínculo entre indivíduo e sociedade (seja em termos práticos, pelo rompimento do laço com o mercado de trabalho, com o mercado de consumo, com as instituições que mediam a relação entre Estado e cidadão etc., seja pela ruptura da efetiva normatividade das orientações culturais e morais coletivas).

O segundo paradigma é o da especialização, apoiado na ideologia liberal. Nesse caso, a exclusão social é vista como uma forma de discriminação. As condições para sua existência são criadas por um contexto de diferenciação social, divisão econômica do trabalho e separação da vida social em distintas esferas (econômica, cultural, política etc.) que idealmente deveriam ter regras próprias a cada uma e, ao mesmo tempo, abertura para intercâmbio. Quando alguma barreira opõe-se à livre circulação entre as esferas ou uma regra imprópria e externa a uma esfera impõe-se a ela, cria-se a exclusão como restrição à liberdade de participar de certos intercâmbios sociais (por exemplo, no mercado de trabalho ou em alguma modalidade de consumo).

O terceiro paradigma identificado por Silver (1994) é o do monopólio, participante da ideologia da social-democracia. Nele, a exclusão social é uma forma de dominação, que se apresenta como não-realização de direitos de cidadania. Ela advém da formação de monopólios de grupo sobre certos benefícios (relativos ao consumo, moradia, saúde etc.), uma vez que os recursos econômicos e de acesso ao poder político são escassos e as classes e grupos sociais os disputam, tentando detê-los em detrimento de grupos concorrentes.

Como podemos inferir, a forma como a exclusão social é concebida nos permite lançar um olhar sobre os “excluídos” de modo geral, ou seja, sobre grupos de pessoas com as mesmas condições. Os excluídos são membros da classe

trabalhadora, ainda que desempregados. Os conceitos – cidadania e exclusão social – são reconhecidos como relativos, na medida em que cada sociedade tem seus próprios patamares de padrão de vida.

Ao observarmos as reflexões efetuadas por Lehfeld (2007b) sobre a questão da pobreza no Brasil, podemos incluir, aqui, que cada perspectiva teórica sobre pobreza constrói-se em torno do conceito de exclusão social.

Segundo a autora,

A pobreza atual se dá em diversos níveis, é um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural por causa da banalização. Os pobres são excluídos. A pobreza é produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Essa exclusão atual obedece a uma racionalidade sem razão e os excluídos são frutos dessa racionalidade (LEHFELD, 2007b, p. 23).

O sentimento de exclusão é impregnado de um estigma social marcadamente forte separando ricos de pobres. O pobre enfrenta a falta de acesso aos direitos sociais (educação, trabalho decente, saúde, moradia, lazer e bem-estar), os quais ficaram restritos aos estratos médios e superiores da hierarquia social.

A exclusão configura-se como um fenômeno multidimensional, como um fenômeno social ou como um conjunto de fenômenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Em outras palavras, coexistem fenômenos sociais diferenciados, como o desemprego, a marginalidade, a pobreza, entre outros.

A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza, impedindo o acesso a bens e serviços socialmente relevantes, rompendo os laços entre o indivíduo e a sociedade, pois propicia uma quebra na unidade social. Remete-nos para a crise estrutural que abala os fundamentos das sociedades dos nossos dias. Logo, a pobreza é uma das dimensões, talvez, a mais visível, da exclusão social.

Ultrapassando a noção de desigualdade, podemos dizer que a noção de exclusão é entendida, modernamente, colocando-se no centro das discussões, elementos como

perda de identidade e status social, dificuldade de socialização e ausência de autonomia, entre outros.

Observamos, então, que o tratamento dado acerca das concepções de pobreza, inicialmente, nos remete a uma constituição histórica cuja explicação é produto de variadas matrizes do pensamento social.

Conforme aponta Almeida (2000), o amplo interesse sobre essa categoria fomenta inúmeros estudos e pesquisas institucionais em todo o mundo e, em especial na América Latina. Tal estudo ocorre em face do fenômeno da evolução socioeconômica e política dos países dessa região ter se revestido de peculiaridades que levaram e mantiveram significativa parcela da população à margem do processo de desenvolvimento.

Em especial, no Brasil, essa situação se colocou potencializada com os efeitos diretos e negativos da estagnação econômica sobre as condições de vida, o que dificultou uma ação estatal voltada para a resolução dos entraves estruturais decorrentes da enorme dívida social acumulada. Esse cenário remete à questão de que a pobreza não é meramente uma categoria quantificável em sua totalidade, ou compreendida mediante uma mera relação causa-efeito. Ela é mais abrangente e constitui-se em um fenômeno permeado de uma diversidade de situações que se situam sob o termo levando, assim, a interrogações sobre seu próprio conteúdo, dificultando o seu delineamento.

Para Demo (1998), o processo de exclusão entendido como fragilização de vínculos sociais e de ruptura de alguns deles, que podem desencadear outros cortes, parece retratado em indivíduos com déficits de integração e/ou vulneráveis a problemas diversos como perda do trabalho, de proteção social, de criminalidade, entre outros.

Sua origem social tem dimensão macro (a reestruturação produtiva, a financeirização da economia, a crise do Estado-providência entre outros), uma vez que não se trata de indivíduos isolados, mas de pessoas com uma forma de inserção específica, subordinada e marginal. O “excluído” existe, sob essa abordagem, como alguém que é carente materialmente e dominado politicamente,

mas não como supérfluo. Sua participação na sociedade é real e constante, ainda quando se faz no sentido de perpetuar a desigualdade (DEMO, 1998).

Por sua vez, a necessidade das construções da identidade coletiva, propiciada pelas mudanças culturais oriundas do associativismo, foi sentida ao percebermos que valores como cooperação, solidariedade e cidadania encontram-se circunscritos no município de Corumbataí do Sul-PR, explicitando a concepção de exclusão social como crise de solidariedade. Assim, tomamos como pressuposto a importância dos laços sociais – dados pelo trabalho, pelas formas de sociabilidade primária, pela participação em instituições, pelo consumo entre outros – para a integração de cada indivíduo na sociedade e desta em seu conjunto.

Alternativas de geração de renda como uma forma de recuperar empreendimentos falidos, também devem ser entendidas como um movimento social que, através de suas ações políticas e sociais, possibilitem transformações tanto materiais quanto culturais a uma sociedade.

A esse respeito, percebemos que, independentemente da dimensão da economia solidária, atualmente, para dar conta, de maneira genérica, das possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas, o associativismo, a participação social dá-se em diferentes planos sociais e com graus de intensidades diferentes.

Picolotto (2008) corrobora destacando que, no campo material, as ações de movimentos de economia solidária têm propiciado a organização de trabalhadores em estabelecimentos associados, criação de postos de trabalho, geração de renda, recuperação de empreendimentos falidos, entre outros. No campo cultural, as transformações produzidas referem-se principalmente ao cultivo de relações cooperativas, de solidariedade, de ajuda mútua, de reciprocidade; o fortalecimento das possibilidades de empreendimentos cooperativos e autogestionados terem sucesso (fortalecimento de experiências históricas); o desenvolvimento de habilidades sociais para o trabalho associado; consciência acerca do trabalho e da posse coletiva ser uma possibilidade; e, processos de construção de cidadania. Em resumo, as mudanças propiciadas no campo da cultura referem-se basicamente ao

terreno dos valores e, neste caso, os valores trabalhados são basicamente: cooperação, solidariedade, igualitarismo e cidadania.

Na dimensão econômica, a economia solidária tem como princípios, a solidariedade, a propriedade coletiva e a autogestão. As atividades solidárias se pautam em práticas participativas que buscam uma justa distribuição dos produtos produzidos e das riquezas geradas e a melhora das condições de vida de todos os participantes. Na dimensão sociopolítica, a economia solidária pode ser entendida como um movimento social que, além de ser uma alternativa de se organizar a vida social, assume o objetivo de contestar o modo capitalista de organização da produção e apresentar-se como uma alternativa a este. Nesse sentido, se na dimensão sociocultural o objetivo é a retomada de valores como reciprocidade, solidariedade, igualitarismo e cooperação; na dimensão política, o objetivo é se posicionar diante dos processos de tal forma, que o lócus da produção material e simbólica possa ser contestado e re-significado (PICOLOTTO, 2008).

Para Scherer-Warren (1998), uma rica vida associativista pode, por sua vez, criar as possibilidades de desenvolvimento de uma esfera pública com essa natureza democrática, na medida em que suas ações se guiarem por princípios éticos e políticos adequados a este fim. As pessoas vivenciam, sincrônica e diacronicamente, no decorrer de suas vidas, diversas experiências de participação e de associação. A cada conjuntura, em cada contexto, diferentes fatores, tanto de ordem objetiva como subjetiva, determinam o grau de intensidade da participação das pessoas em cada um dos diversos planos sociais da sua existência.

Em meio à grande diversidade e complexidade das formas de associativismo vivenciadas pelos diversos setores sociais e econômicos, os diferentes grupos sociais constroem e vivenciam suas próprias formas combinatórias de associativismo econômico. Os processos de participação e de organização são consensuais e estabelecem-se por decisões plenárias. São processos permanentes e simultâneos de conquistas pessoais, grupais ou de toda uma coletividade. Nesse movimento pessoal e social, a adaptabilidade, diversidade, equidade e incerteza são companheiras de jornada (CARVALHO, H.M., 1994, p. 26-7).

Portanto, a importância da conscientização coletiva é mais uma das vantagens que uma organização associativa pode oferecer, pois como observado na literatura discutida, o processo de reestruturação produtiva no Brasil tem produzido mudanças na sociedade contemporânea, em decorrência das transformações ocorridas nos processos e relações de trabalho.

Segundo Nascimento (2007), a reestruturação produtiva trouxe a redução da demanda por mão de obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação e intensificou a exploração sobre a força de trabalho, ampliando as manifestações da questão social.

Para atender às demandas não supridas pelo sistema capitalista, desenvolvem-se pelo mundo inteiro, experiências que procuram dar lugar a outras formas de produção e organização do trabalho.

Os empreendimentos de economia solidária desenvolvem-se nesse contexto de transformações, como formas alternativas de geração de trabalho e renda protagonizados pelos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, possibilitando a garantia da subsistência e sobrevivência das classes populares que, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social, já que juntamente com as necessidades básicas de sobrevivência, os valores da solidariedade, da ajuda mútua e da cooperação estão presentes e fazem parte das relações sociais entre estes indivíduos, norteando suas ações (NASCIMENTO, 2007).

Porém, segundo Lisboa (1998, p.59):

A solução para o desemprego não seria o emprego, mas o trabalho em suas diversas formas. Aponta-se para a necessidade de romper o elo entre emprego e renda, aqui entendida como direito de acesso de cada pessoa ao fluxo de riquezas que se está produzindo. Não é mais possível fazer depender a renda do cidadão da quantidade de trabalho de que a economia necessita.

Nesse sentido, percebemos que empreendimentos econômicos, pautados nos princípios da solidariedade e da cooperação, ganham força e passam a ser

interpretadas pelos governos, sociedade e demais envolvidos nessas experiências, como respostas efetivas e necessárias às demandas societárias.

A inserção em empreendimentos voltados à geração de trabalho e renda pelo associativismo produz o aumento das rendas dos indivíduos participantes e de suas famílias, fazendo com que os cidadãos saiam do estágio de exclusão e vulnerabilidade social. Portanto, podem ser compreendidos como experiências coletivas que podem valorizar tanto os sujeitos como o trabalho desenvolvido pelos mesmos.

A exclusão social, entendida na nossa concepção como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade, e até ruptura dos vínculos em **dimensões da existência humana**³ em sociedade, encontram-se interligadas, de modo que a ruptura dos laços em uma delas aumenta a probabilidade de que o mesmo ocorra em outras.

Segundo Lehfeld (2007b), exclusão é um termo utilizado para se referir a todo tipo de mazela e é usado de forma pouco parcimoniosa, com sentidos sobrepostos, referindo-se a fenômenos como pobreza, desigualdade, isolamento, preconceito, privação e vulnerabilidade, entre outros.

Nesse sentido, a exclusão tanto é o processo pelo qual os vínculos sociais se fragilizam, como também a condição a que se chega pela ruptura dos mesmos (ESCOREL, 1999).

Podemos, então, sintetizar nossa modesta discussão a respeito da construção de vínculos sociais e identidade coletiva, atribuindo à economia solidária o desafio de

³ Como, econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais, e da vida humana, acarretando o enfraquecimento dos laços nessas dimensões, dizem respeito, respectivamente: ao trabalho precário e instável, bem como ao desemprego, tornando as pessoas, no limite, economicamente desnecessárias; à fragilização das relações familiares, de vizinhança e comunitárias, resultando em isolamento e solidão; à impossibilidade de exercer o poder de ação e representação políticas; à discriminação e à estigmatização, até o limite em que os demais membros da sociedade não reconheçam a humanidade das pessoas que passam por esse processo; à restrição à busca da sobrevivência, deixando de exercer as atividades humanas da criação pela transformação da natureza e da interação política.

promover seus princípios e valores na formação social brasileira como manifestação, experimentação e utopia de estabelecer as condições reais e concretas do devir democrático. Isso porque a economia solidária representa a confiança do vínculo social como uma possibilidade de compreender e agir sobre um modelo de sociedade permeado de interesses e desinteresses ao combate à exclusão social.

O associativismo, vinculado à economia solidária, é uma alternativa concreta para enfrentar a sociedade capitalista, que se apresenta como um movimento social, com possibilidades de transformação social.

Na realidade, adotamos o associativismo como um projeto de construção de uma sociedade, no sentido de assegurar a solidariedade como parte da transição e da efetivação do que somos e do que efetivamente desejamos ser. Desejamos ser uma sociedade com necessidades baseadas nos elos da confiança e do reconhecimento, como cidadãos e cidadãs que buscam a inserção social por meio de movimentações econômicas, voltadas à sobrevivência, mas que, para garanti-la, se aposta no trabalho coletivo, autogestionário e solidário que leva à manutenção do vínculo social.

Com efeito, o associativismo, ou seja, as formas associativas, pela natureza democrática na condução das atividades, configuram um ideal societário voltado ao bem comum.

2.1.2 O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento Local e Social

O associativismo é uma categoria analítica que, ao longo dos tempos, tem recrutado vários trabalhos em diferentes perspectivas e seguem até hoje nas discussões contemporâneas, entre outros aspectos, desejando entender o surgimento de novos atores sociais e sua participação nas tomadas de decisão no âmbito local onde desenvolvem. Esses atores podem ser considerados emergentes dos processos de desigualdades capitalistas e das contradições sociais, passando a utilizar como formas de organizações civis, o associativismo.

No Brasil, a idéia de uma participação incipiente das práticas associacionistas não apenas da organização cooperativa, mas também de outras formas associativas, ligadas ao crescimento econômico das últimas décadas, refletem-se em níveis de participação diferenciados segundo o status socioeconômico da população. As dificuldades associativas da nossa sociedade e, em particular, dos segmentos sociais mais excluídos do atual modelo econômico, representa, de fato, uma fragilidade a ser superada para viabilizar o projeto de economia solidária para o país (FERREIRA, 1999).

Para compreender esse fenômeno, Ferreira (1999) sublinha que se faz necessário aprofundar nas raízes dos processos que estão por trás dessa tendência dissociativa que afetam justamente as camadas mais carentes da sociedade, para as quais o associativismo poderia fazer a diferença.

Na concepção de Frantz (2002, p. 25),

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas.

Frantz (2002) considera que se desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local, é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

“A via do associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento” (FRANTZ, 2002, p. 1).

Conforme salienta Arruda (apud FRANTZ, 2002, p. 29),

[...] a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos,

capacidades e competências coletivas [...]. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento.

Na concepção de Hebert Souza (1993), é fundamental colocar o desenvolvimento humano no centro de qualquer tipo de desenvolvimento e particularmente do chamado desenvolvimento econômico. Não existe o econômico sem o social. O social é fundante, determinante; o econômico é derivado, resultado, subordinado.

Reconhecer a agência humana como propulsora do desenvolvimento abre espaço à cultura, à educação, aos valores. Como decorrência, recoloca o problema do desenvolvimento nos espaços locais, nas proximidades humanas, nas relações entre as pessoas, nos espaços do associativismo e das práticas cooperativas (FRANTZ, 2002, p.30).

Diante da importância de se destacar o papel da pessoa enquanto sujeito legítimo da transformação e da validação social de normas e valores, é oportuno destacar o que diz Arruda (apud FRANTZ, 2002, p. 33),

[...] repensar, portanto, o mercado como uma relação social, entre seres humanos, apenas mediada por dinheiros e produtos; repensar a empresa e as instituições como comunidades humanas; deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser; identificar e cultivar a capacidade de cada pessoa e comunidade de ser sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento, estes são alguns dos grandes desafios ligados ao renascimento da humanidade no milênio que se avizinha.

“O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente” (CANTERLE, 2004, p. 5). “O processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes” (FRANTZ, 2002, p. 33).

De acordo com estudos de Rodrigues, 1998 (apud CANTERLE, 2004), as organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações, nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Portanto, como sublinha Canterle (2004, p. 8),

[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais.

Assim sendo, o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. E a cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. Dessa forma, cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos atores, produzindo um todo harmônico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a identidade do associativismo e a dimensão humana (CANTERLE, 2004, p. 5-6).

Segundo Lévy (apud FRANTZ, 2002, p. 17),

[...] nada é mais precioso que o humano. Ele é a fonte das outras riquezas, critério e portador vivo de todo o valor. [...] é preciso ser economista do humano, [...]. É necessário igualmente forjar instrumentos – conceitos, métodos, técnicas – que tornem sensível, mensurável, organizável, em suma, praticável o progresso em direção a uma economia do humano. Os instrumentos de construção da economia do humano deverão ser forjados pela via do associativismo, pela organização cooperativa, mais que pela competição. A economia do humano pode ser entendida como uma das expressões mais próximas do desenvolvimento local.

Na concepção de Canterle (2004, p. 6), o brasileiro representa a evolução no sentido de criar possibilidades para o surgimento de novas organizações associativas, tanto no meio rural como urbano. Entretanto, este fato se dá de forma dispersa, mesmo ratificando o resultado das ações de um conjunto de pessoas articuladas com vistas a superar dificuldades; cria uma espécie de capital social sem que elas percebam, porém, que já se constitui em benefício pelas relações estabelecidas.

Essas relações articuladas pelos novos atores do mercado já se constituem em benefício, pois “[...] a existência humana, tanto em sua forma individual como grupal, está submetida a um processo de profundas e constantes transformações em todos

os seus sentidos” (FRANTZ, 2001, p. 254). Os efeitos dessas relações ainda não podem ser bem avaliados, no entanto, o que se percebe é que no mundo do trabalho, as organizações sociais vêm sendo profundamente atingida pelas transformações e mudanças em curso em todos os espaços de nossas vidas, levando-nos a introduzir ou criar e recriar novos processos produtivos, novas organizações de trabalho, alterando o perfil profissional dos trabalhadores e, conseqüentemente, implicando em levar o trabalhador a uma mudança de mentalidade por meio de um processo de (re)educação que o faz produzir na dimensão do trabalho coletivo.

Nesse novo espaço de organização do trabalho, na nossa compreensão, surge o associativismo, um movimento que aparece como meio de garantir a inserção de trabalhadores excluídos da estrutura social, procurando resgatar por meio do trabalho, a cidadania. Nas palavras de Lima (2002, p. 38) “[...] a incorporação dos excluídos aos direitos básicos de cidadania” é possibilitada pelo associativismo.

Nos espaços dos empreendimentos econômicos solidários, como por exemplo, no caso da APROCOR, a importância do associativismo no desenvolvimento, seja ele social ou local, evidencia que, primeiramente, o desenvolvimento deve atingir o ser humano. O indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento; ele é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida, primeira condição, para se atingir o desenvolvimento social e, conseqüentemente, o local, visto que o desenvolvimento local só pode ocorrer mediante a emergência da sustentabilidade social do ser humano no local em que está inserido.

A APROCOR é um espaço associativo solidário que vem oferecendo aos produtores rurais de Corumbataí do Sul apoio necessário que os ajuda a superar obstáculos e concentrar esforços no sentido de desenvolver seu mercado de atuação. O apoio dado aos produtores se estende aos demais setores da economia, pois a Associação é o complemento necessário para que o comércio local se desenvolva, impedindo, com isso, o êxodo rural.

Em síntese, a APROCOR pode ser compreendida como uma instituição concreta de combate à exclusão social tendo em vista que promove a busca de melhoria de vida da população rural.

Podemos afirmar que, nessa perspectiva, o associativismo vem sendo concebido como um instrumento de desenvolvimento local, porque mediante políticas integradas promove, fortalece e divulga a economia solidária como meio de geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

2.1.3 Estratégias de Desenvolvimento Local no Contexto do Associativismo

Sabe-se desde há muito que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O desenvolvimento local é marcado pela cultura do contexto em que se situa. Assim, pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

Segundo Buarque (2002), desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições

dadas pelo contexto. Como diz Haveri (apud BUARQUE, 2002) “[...] as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões.”

Quando se fala em desenvolvimento local, refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas.

Segundo Zapata (2001), o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios. Compreende-se território como um ator inteligente, que pode provocar transformações e não apenas um suporte dos recursos e atividades econômicas. O desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (ZAPATA, 2001; CAMPOS, 2003).

Nas discussões de Zapata (2001), pode-se inferir que a estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local através da cooperação, da construção de parcerias e da pactuação de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade.

Zapata (2001), sublinha que é importante lembrar que nos encontramos em uma etapa de transição tecnológica e de reestruturação econômica e social, na qual as variáveis-chaves são a incorporação de inovações estratégicas no tecido produtivo, assim como a qualificação do capital humano, junto à adaptação institucional, que requerem novas formas de gestão no conjunto das organizações, sejam empresas privadas ou entidades públicas. Todos esses componentes decisivos devem ser contemplados numa política ajustada aos diferentes contextos territoriais. As fórmulas agregadas e centralistas não são as mais apropriadas, por serem ineficientes e ineficazes no contexto do novo paradigma da gestão flexível.

A visão do desenvolvimento econômico local, segundo Zapata (2001), supõe um planejamento integral e menos simplificador sobre o funcionamento das economias. Essa visão conduz a uma estratégia que deve acompanhar os esforços do ajuste macroeconômico e externo, com atuações orientadas para obter a introdução de inovações tecnológicas, de gestão e sócio-institucionais no conjunto dos diferentes sistemas/arranjos produtivos locais e do tecido empresarial existente.

A promoção do desenvolvimento econômico local no Brasil precisa do fortalecimento institucional para a cooperação público-privados e comunitária, como condição necessária para a criação de ambientes inovadores territoriais. Como se sabe, a privatização, a abertura de mercados e a desregulação das economias conduzem a crescente concentração de capital na esfera privada, diante do qual é preciso reforçar a capacidade dos diferentes sistemas e arranjos produtivos locais. Isto, para equalizar as condições de competitividade empresarial e regional, para atender aos objetivos de coesão social tão importante no Brasil assolado pela fratura do tecido social e pela violência que afeta a todas as camadas sociais (ZAPATA, 2001).

O enfrentamento da pobreza, segundo Franco (2002), como insuficiência de desenvolvimento, exige nova concepção encontrada nas propostas de desenvolvimento local, visto que, nos dias de hoje, a estratégia que tem se firmado no combate à pobreza é aquela que procura induzir, de forma integrada, o desenvolvimento local, conhecido como Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Fica evidente nessas reflexões o surgimento de novo paradigma capaz de produzir agenda social renovada, atualizada com os rumos da humanidade, que invista simultaneamente em todos os fatores de desenvolvimento sustentável local, regional e nacional.

Logo, ao traçar um panorama ainda limitado sobre desenvolvimento local no contexto do associativismo, podemos inferir que de acordo com a experiência dos produtores rurais de Corumbataí do Sul, a transformação da realidade local é vivenciada por meio da participação na associação, pois, concentrando taxa expressiva de desemprego, o município procurou promover a geração de trabalho e renda, em bases associativistas. O depoimento de um dos entrevistados confirma a importância das associações: “[...] em municípios pequenos, as associações são importantes, principalmente porque promove a inclusão dos produtores rurais no mundo do trabalho” (Olavo Luciano, produtor e Presidente da APROCOR).

Na realidade, podemos afirmar que no contexto do associativismo, a economia solidária reside como “[...] um movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral”, tal como destacou Pochmann (2004, p. 23). São pessoas representantes de múltiplas ideologias, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida para um enorme excedente de mão de obra, especialmente proveniente do campo.

Sendo assim, torna-se inegável reconhecer o espaço de oportunidades da economia solidária no Brasil, já que a presença dessa forma de organização, sobretudo na dinâmica rural, é prova de que o associativismo ajudou a encontrar uma forma de ocupação e geração de renda, no âmbito dos segmentos não organizados do trabalho, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento local e para a construção de vínculos sociais e identidade coletiva.

As experiências da economia solidária, segundo Sonia Carvalho (2009), têm valorizado a manutenção dos vínculos sociais e reconhecido a sua relevância para a gestão das políticas públicas de integração social e de condução da política de

desenvolvimento sustentável e solidário do país. Como fenômeno social, busca afirmar a solidariedade democrática, como o cerne das relações sociais emancipatórias. Traduz a nova relação entre a economia e a sociedade, cuja reflexão sociológica pode permitir a compreensão das potencialidades, perspectivas e desafios da economia solidária no Brasil, na construção de outro mundo possível.

CAPÍTULO 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO

3.1 Economia Solidária: uma Interpretação de sua Definição

A economia solidária propõe uma nova concepção de economia, visto que engloba diferentes formas de organização coletiva nas quais se destacam as cooperativas e as empresas autogeridas. Inserida numa discussão social que tem mais de 150 anos, procura reconciliar a economia com o social, transferindo para a sociedade a responsabilidade de promoção de sua própria inclusão social, através de estímulos à criação, à manutenção e à ampliação de oportunidades de trabalho e de acesso à renda por meio de empreendimentos econômicos.

Nestes termos, economia solidária é conhecida por reunir vários tipos de empreendimentos econômicos (cooperativas, associações, grupos), resultantes da associação voluntária de pessoas. Esses empreendimentos são organizados em gestão coletiva, propriedade comum dos meios de produção e relações de trabalho normatizadas pelos princípios: autogestão, participação, desenvolvimento humano, cooperativismo e associativismo. Neles, os trabalhadores(as) de forma autônoma produzem e administram o próprio negócio coletivamente.

Conforme destacam Singer e Souza (2000), a autogestão se refere aos trabalhadores associados que são os efetivos gestores do processo produtivo e das relações de trabalho. A participação acontece quando os trabalhadores associados fazem parte do processo decisório no âmbito dos empreendimentos solidários; e o desenvolvimento humano quando é entendido como valores diferenciais que caracterizam a organização do processo produtivo e as relações entre os participantes dos empreendimentos solidários. Assim, o cooperativismo e o associativismo figuram como modelo organizativo e estrutura jurídica adequados aos interesses dos trabalhadores nesses empreendimentos.

Nesse campo de discussão social e econômica, conceituar economia solidária é uma questão fundamental na compreensão do associativismo, pois sob o ponto de vista dos intérpretes das sociedades modernas, a economia forma uma esfera central e socialmente diferenciada do conjunto da vida social (SORJ, 2000, p.26).

Ortiz Roca (2001 apud TAUILE, p. 109) defende que a economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem, seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

Na concepção de Arroyo e Schuch (2006, p. 63, grifo do autor),

Economia popular e solidária é aquela que acrescenta o desafio de, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos como entre empreendimentos para obter saltos de ser compreendidas como *empreendimentos coletivos*.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ao relatar sobre os princípios da economia solidária, em seu documento, informa que nas suas diversas formas como vem sendo intitulada: economia solidária, economia social, socioeconômica, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, entre outras,

[...] propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípio éticos, solidários e sustentáveis (ARROYO; SCHUCH, 2006, p.83).

De acordo com o documento aprovado na III Plenária Nacional da Economia Solidária, realizada em junho de 2003, são princípios gerais da economia solidária:

A valorização social do trabalho humano;
A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;

O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;
Os valores da cooperação e da solidariedade;
O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana, não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;
A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular;
A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios;
A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial;
Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema;
A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003).

Portanto, sob diversos títulos, a economia solidária é um projeto emancipatório fundamentado na cultura da cooperação, da solidariedade e da partilha, para produzir riqueza, levando em conta valores como o social e o cultural de uma atividade econômica.

Nesse sentido, cabe demarcar também conceitualmente as noções de economia social e economia popular para, posteriormente compreender o associativismo como uma das formas de expressão ou de organização à luz da economia solidária. Podem existir outros processos, contudo vamos, neste estudo, delimitarmos ao associativismo.

3.1.1 Economia Social e Economia Popular: Conceitos

Sob o ponto de vista jurídico, França Filho (2002) explicita o conceito de economia social como forma de designar o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as

fundações e algumas formas de associação de grande porte, cuja base se assenta sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, corroborando a afirmação de ideais de cidadania.

Articulada pelas dimensões social, política e econômica, a economia solidária propondo uma nova relação entre economia e sociedade segundo França Filho e Dzimira (1999), vem se apresentando em sua dimensão social como forma de reinvenção das relações, fazendo com que as pessoas trabalhem juntas, regidas sob a lógica do apoio mútuo. Em sua dimensão política, expressa pela autogestão, permite que as pessoas sejam motivadas a praticar a iniciativa e a participação cidadã, tornando-se protagonistas nas decisões organizacionais e de seu próprio futuro. Em sua dimensão econômica, baseia-se nos três planos de produção e distribuição de riqueza: a economia de mercado, a economia não-mercantil e a economia não monetária. Coexistindo, neste formato econômico, na maior parte dos casos, assumem a forma associativa, buscando atender demandas locais específicas, combinando iniciativa e solidariedade (BUNCHAFT, 2004).

Em relação ao conceito de economia popular, Bunchaft (2004) destaca que o conceito apresentado por França Filho (2002) é usado para definir a produção e o desenvolvimento de atividades econômicas comunitárias, o que envolve articulação entre demandas e saberes (competências) locais de uma comunidade que se associa para realizar projetos coletivos. O grupo social local e suas práticas de reciprocidade são tomados como referência para elaborar atividades econômicas.

Nas palavras de Bunchaft (2004), a economia popular designa práticas sociais e econômicas desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização da sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais quanto imateriais.

De acordo com Icaza e Tiriba (2003), o conceito de economia popular se respalda em três princípios básicos: favorece a formação humana por meio da socialização do saber e da cultura, ultrapassando a obtenção de ganhos materiais e se baseando em relações sociais de reciprocidade; nega o uso da força de trabalho como uma mercadoria, ou seja, a ausência de vínculo empregatício é resultante de uma

racionalidade interna que pressupõe a negação da relação empregador empregado; tem um enfoque centrado nas classes populares e nos movimentos sociais, possibilitando uma nova ótica de pensar os processos de transformação social, que deixam de emanar somente do Estado.

Como podemos observar, a visão de economia assinalada por França Filho (2002) e complementada por Icaza e Tiriba (2003) se amplia ao demarcar três polos distintos de modos de produção e de consumo de riqueza: a economia social, a economia solidária e a economia popular.

3.1.2 Economia Solidária: Tendências, Limites e Sustentabilidade Social

As principais tendências presentes no mercado de trabalho brasileiro no que diz respeito à dinâmica do trabalho podem ser descritas levando-se em conta dois pressupostos: primeiro, a tendência de estruturação do mercado de trabalho, pois durante o processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1940-1980) houve a expansão tanto do emprego assalariado, principalmente com registro, como das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalistas); segundo, a tendência de desestruturação do mercado de trabalho associada à expansão do desassalariamento, desemprego e ocupações nos segmentos não-organizados (POCHMANN, 2004).

Segundo o autor, os quase 25 anos de crise no desenvolvimento capitalista resultam do abandono da industrialização nacional e da adoção de políticas neoliberais voltadas à reinserção subordinada e passiva do Brasil na economia mundial.

O agravamento do quadro econômico e social identifica o aparecimento de novos espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista. A combinação entre força de trabalho sobrando às necessidades do capital de novo tipo (escolarizada e com formação profissional, não imigrante rural e com cultura de trabalho) e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem

possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária (POCHMANN, 2004).

Complementando essa compreensão, destacam-se os estudos de Sabourin (2004) e Milton Santos (2002), os quais evidenciam que a fase inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades de desenvolvimento. Com isso, seus **limites** de expansão passam a ser menos expressivos, constituindo-se como um modo de produção alternativo no Brasil. Os exemplos e casos mobilizados confirmam pluralidade das formas econômicas, solidárias ou não, no âmbito da agricultura familiar brasileira. As prestações ou relações econômicas solidárias (ajuda mútua, trabalho compartilhado, manejo coletivo de recursos comuns cooperação) correspondem a práticas econômicas gratuitas fundadas no princípio de reciprocidade. São necessárias ao processo de produção, às vezes até indispensáveis nas condições difíceis ou precárias dos agricultores dos assentamentos de reforma agrária ou das comunidades rurais pobres, mas são também essenciais para manter a coesão da organização social em torno da produção de valores humanos ou éticos comuns.

Assim, independentemente da teoria ou da definição mobilizada, a economia solidária deve enfrentar as contradições inerentes às diferenças entre o desenvolvimento econômico fundado no intercâmbio e o desenvolvimento baseado na reciprocidade. Segundo Sabourin (2004), na proposta de economia solidária existe contradição entre reciprocidade e intercâmbio mercantil que precisa ser reconhecida, o que não é levado em conta e conduz a dificuldades variadas de articulação que requerem dinâmicas próprias a cada uma das formas de economia proposta em situação de hibridação.

Na realidade, já existem certas interfaces de sistema funcionando no meio rural brasileiro, relacionadas aos agricultores e aos instrumentos públicos. Num caso, os agricultores ou os atores rurais regulam essa articulação mediante a preservação ou a atualização das suas estruturas coletivas de reciprocidade. Eles mantêm ou constroem dispositivos institucionais de apoio à produção, à margem do intercâmbio e segundo regras de reciprocidade, mesmo se for para afrontar o mercado com

melhores condições. No outro caso, o “Estado, aquele que garante essa interface, fornecendo aos atores rurais acesso a mercados públicos ou institucionais (mercados de reciprocidade ou de redistribuição) protegidos do sistema de concorrência capitalista.” O caso da qualificação e certificação dos produtos pode ser assegurado por coletivos da sociedade civil, com ou sem apoio público (SABOURIN, 2004, p. 17).

As políticas públicas de economia solidária e de apoio à agricultura familiar, aquelas mais bem sucedidas e pertinentes, são precisamente as que apóiam, mediante reconhecimento público, jurídico, institucional, e mesmo apoio técnico, pedagógico ou financeiro, os dispositivos coletivos e institucionais dos atores rurais. Esse fato tem permitido manter ou desenvolver também as estruturas de reciprocidade associadas a esses fundamentos, assegurando ao lado da produção material, os valores de uso, também os valores humanos e éticos que elas geram (SABOURIN, 2004).

Nessa linha de argumentação, Brose (2002) preconiza que o desenvolvimento é uma questão de qualidade de vida, não sendo definido pela riqueza material apenas, mesmo que esta fosse melhor distribuída, pois:

[...] inerente ao conceito de desenvolvimento humano está a idéia de que o desenvolvimento significa, antes de mais nada, um processo de expansão das possibilidades de escolha para o indivíduo. [...] cada pessoa tem um conjunto cada vez maior de possibilidades e liberdades sobre como estruturar sua vida, sem, porém desconsiderar a liberdade de escolha das gerações futuras, considerando assim, a dimensão da sustentabilidade (BROSE, 2002, p. 30-31).

Para Franco (2002), sustentabilidade não diz respeito apenas à preservação ou à conservação de recursos naturais limitados e não renováveis e sim

[...] a um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades auto-criativas. [...] a durabilidade é uma consequência da sustentabilidade, mas não se confunde com ela. Se um sistema é sustentável, então ele é durável, mas porque é capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de auto-criar as condições para sua continuidade (FRANCO, 2002, p. 148).

Assim, relacionando a dimensão de sustentabilidade ao conceito de desenvolvimento, o autor afirma que

[...] o desenvolvimento sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades que buscam atingir um padrão de organização em rede dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (FRANCO, 2002, p.153).

A sustentabilidade social da economia solidária avaliada pelos indicadores sociais (grau de escolaridade, expectativa de vida da população, entre outros) é a economia que mais se aproxima da construção da qualidade de vida da população, uma vez que a solução social encontra-se “[...] diretamente ligada à segurança alimentar da população, ao usufruto de direitos básicos com inserção econômica do cidadão, a viver com dignidade, à melhoria da qualidade de vida” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 71).

Primando pela inserção econômica do cidadão, “[...] diversos movimentos sociais têm alterado seu foco, suas demandas e suas estratégias, buscando formas inovadoras de ação política, com destaque para o uso de mecanismos econômicos para cumprir objetivos sociais” (PORTILHO, 2009, p. 204).

Nesse contexto de grandes transformações (econômicas, políticas e sociais), os empreendimentos econômicos vêm sendo apresentados em alguns casos pela economia solidária, como uma experiência instrutiva que surte efeitos positivos entre decisões econômicas e sociais. As econômicas afetam os seres humanos; as sociais retratam sobre os rumos da sociedade (GAIGER, 2008).

Os efeitos positivos (sociais e econômicos) presentes em empreendimentos constituídos sob a forma de organização de pequenos agricultores em associações, quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, entre outras, podem ser verificados como uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou mesmo proporcionar aos diferentes atores sociais (ALENCAR, 1997) a viabilização e a sustentação das pequenas unidades de produção e para superar os entraves produtivos e logísticos e, ao mesmo tempo, fixar o homem no campo, além de facilitar a assistência técnica (MUENCHEN, 1996).

Em muitos casos, o associativismo é a fonte para os produtores conseguirem a capitalização e condições mínimas de sobrevivência com assistência técnica disponível, governamental e não-governamental. Por meio do grupo associativo pode-se melhorar o relacionamento dos agricultores com o mercado e com a sociedade local, ao passo que, simultaneamente, facilita o processo produtivo (FONSECA,1998). Após formarem um grupo associativo, passam a se relacionar melhor com o mercado, obtendo maior poder de barganha junto aos fornecedores de insumos (MIRANDA, 1998).

Reforçando a tese sobre o associativismo, podemos salientar que os produtores associados da APROCOR reconhecem que fica mais fácil conduzir a produção após a organização coletiva/comunitária, além da aquisição de novos bens e insumos, que são agregados ao processo de produção imediata ou de suporte a este, em decorrência do desenvolvimento do próprio trabalho no âmbito da organização socioeconômica e política da comunidade. Os relatos obtidos na pesquisa pela entrevista efetuada com os associados evidenciam esse reconhecimento:

[...] hoje, na Associação você tem tudo que precisa [...]. Contar com a Associação é bem melhor [...] você tem opção de vender, de comercializar o seu produto.

Tudo o que você precisa em relação à propriedade você tem: nota, papel, informação. A associação faz tudo por você.

Sendo associado, você tem agrônomo, tem veterinário, insumos [...]. Aqui você tem mais vantagem.

Constamos nestes relatos que a APROCOR representa, para Corumbataí do Sul, um instrumento utilizado pela sociedade local para aumentar sua capacidade de negociação, ou seja, para concretizar demandas sociais que possibilitem buscar respostas e soluções para as precárias condições de vida da população rural, tendo em vista aproximá-la da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local, uma vez que os benefícios gerados coletivamente pela associação contribuem para esse fim⁴.

⁴ Em capítulo próprio, na apresentação dos resultados da pesquisa será possível a compreender a importância da Associação para os produtores rurais de Corumbataí do Sul e para a sociedade de modo geral.

Na nossa concepção, a queda generalizada e estrutural do emprego e das ocupações econômicas, tanto na área urbana quanto na área rural, e a redução dos investimentos nas políticas sociais, vinham ampliando a concentração de renda e a exclusão social no município.

As alternativas apresentadas pelo governo federal como, flexibilização do emprego, redução de encargos sociais, criação de cooperativas de trabalho, política de assentamentos, políticas compensatórias, por exemplo, comunidade solidária, que têm objetivos articulados mais aos interesses econômicos de poucos grupos que privilegiam a elevação da competitividade comercial à garantia dos direitos básicos dos trabalhadores, não foram suficientes para amenizar o êxodo rural verificado em Corumbataí do Sul, que se deu basicamente pela falta de perspectivas de ocupações em outras áreas provocando, assim, uma grande ruralização da miséria.

O abandono a que o setor rural, em especial os agricultores familiares de Corumbataí do Sul, estiveram expostos nos últimos anos, sendo considerados sem importância econômica e social pela maioria dos governos municipais, é um exemplo claro deste caminho escolhido por inúmeras administrações. O setor agrícola entrou em crise, levando os pequenos produtores a uma situação de profundas incertezas.

A agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento local de Corumbataí do Sul. Basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenha respostas rápidas nos outros setores econômicos. Por isso, desenvolver um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura sustentável e, principalmente, nos agricultores familiares, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano.

Nessa perspectiva, ainda nos cabe ressaltar que as leituras e concepções sobre a pobreza e sobre o pobre, em específico, possuem uma profunda ligação com o

desenho das políticas sociais de enfrentamento de tal problema. Uma das maiores contribuições sobre essa referida relação é apresentada por Guy Bajoit (2006).

Bajoit (2006) alega que definir o pobre apenas em termos de renda seria como uma tautologia, isso porque as definições sobre a pobreza representam uma importante revelação no sentido em que trazem à luz seus efeitos e causas e, conseqüentemente, o auxílio para elaboração de políticas sociais mais eficazes de combate à pobreza. Dessa forma, defende uma definição mais complexa e mais útil.

Relaciona quatro leituras sociológicas as quais ele denomina como “rostos da pobreza”: 1) o pobre como **marginal** – mal socializado ou socializado numa subcultura diferente daquela da maioria das pessoas. Ele não tem sucesso porque é estigmatizado; 2) o pobre como **explorado** – explorado pela classe dominante, alienado, pauperizado; 3) o pobre como **dependente** – não tem autonomia e não tem sucesso. Falta capital social suficiente; 4) pobre como **desafiliado** – isolado, atomizado, desestimulado e não participa em formas de solidariedade organizada.

Bajoit (2006) identifica o atual momento de lutas sociais à correspondência com a concepção do pobre como desfilado, e a constatação da necessidade de solidariedade e do coletivo para alcançarem o sucesso.

Acreditamos que o estudo realizado em Corumbataí do Sul também é reflexo de lutas sociais travadas pela sociedade em prol de melhores condições de vida. Traz, na verdade, uma respeitável contribuição na redução ou pelo menos minimização da pobreza instalada no município. Portanto, esperamos atentar para a necessidade de formular leituras mais complexas e mais ajustadas à realidade da pobreza para que, dessa forma, as políticas sociais que vierem a ser concebidas tenham maior capacidade de enfrentar e combater o problema.

CAPÍTULO 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação dos Resultados

Em face do crescente interesse pela economia solidária como objeto de estudo, julgamos necessário esclarecer que essas formas econômicas associativas significam, do ponto de vista de construções sociais, alternativas de vínculos sociais e identidade coletiva, formas de organização baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando esta como estratégia política de desenvolvimento.

Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas de governo e de Estado (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade.

A economia solidária demanda instrumentos apropriados em segmentos como assessoria e assistência técnica para a constituição, incubação e consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de cadeias produtivas solidárias e para estratégias de desenvolvimento local e territorial.

Sendo assim, o espaço institucional da política de fomento à economia solidária é uma construção e devem-se levar em conta as realidades distintas de cada município, Estado e União. Nessa construção, é importante que se busque sempre o lugar que melhor permite avançar na concretização dos objetivos da política e na criação de uma identidade e da visibilidade desse setor.

Na busca dessa identidade, nos debruçamos no levantamento das informações, visando ao conhecimento do município de Corumbataí do Sul em seus diversos aspectos, possibilitando uma melhor análise e compreensão da realidade deste.

É importante ressaltar, que as informações aqui apresentadas devem ser submetidas a uma constante avaliação e atualização, sobretudo sob o prisma de novas prioridades para Corumbataí do Sul, uma vez que a premissa básica desta investigação foi avaliar a real participação da APROCOR como espaço de desenvolvimento da economia solidária. Assim, procuramos identificar até que ponto o associativismo é uma alternativa viável de desenvolvimento local e sustentabilidade social e em que medidas e com quais características este sistema de economia solidária pode contribuir para que o meio rural de Corumbataí do Sul alcance o desenvolvimento social.

4.2 O município

4.2.1 Aspectos Gerais

O município de Corumbataí do Sul está geograficamente situado a uma latitude sul de 24°05'49, com longitude à oeste 52°06'55. Sua altitude média é de 550 a 650 metros acima do nível do mar. Localiza-se na Mesorregião Centro Ocidental do Estado do Paraná, tendo Campo Mourão como município pólo da Microrregião, distante 447,82 km de Curitiba, a capital do Estado. A figura 1 apresenta a localização do município de Corumbataí do Sul, no Estado do Paraná.

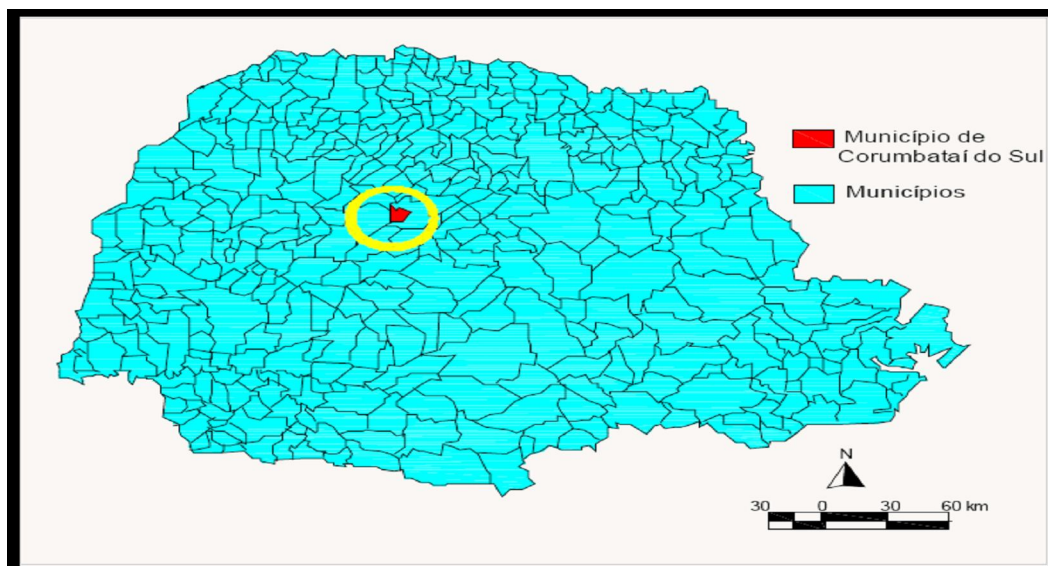


Figura 1 – Mapa de divisão territorial do Estado do Paraná, com destaque para Corumbataí do Sul

Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2010.

O principal acesso para o município de Corumbataí do Sul é pela PR 549. Essa rodovia possui relevos mais acidentados, “morros” e vasta vegetação. Por ela escoam toda a produção de Corumbataí do Sul e Região, e são viabilizados os deslocamentos de seus habitantes.

As principais rotas de acesso ao município estão representadas na figura 2.



Figura 2 – Vias de acesso à Corumbataí do Sul

Fonte: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE, 2002.

A área total do município, segundo IBGE (2010) é de 164.442 km², representando 0,08% do Estado e 0,03% da Região. A parte inserida nos limites do perímetro urbano totaliza aproximadamente 67.201 km², o que corresponde a aproximadamente 40,87% do total do território municipal que é 164.442 km², e área rural é de 97.241km², que representa 59,14% da área total. A figura 3 ilustra a divisão territorial urbana e rural de Corumbataí do Sul. Área do perímetro urbano em km² 1,3641 e da rural 98,6359 km².



Figura 3 – Divisão territorial urbana e rural de Corumbataí do Sul-PR
Fonte: IBGE, 1989.

Inserido na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, é formada pela união de 25 municípios agrupados em duas Microrregiões. Microrregião Campo Mourão, com quatorze municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. E a Microrregião Goioerê com onze municípios: Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre de Oeste e Ubiratã (Figura 4).



Figura 4 – Mapa da Localização da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, destacando Corumbataí do Sul-PR

Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2004.

A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense é uma das dez Mesorregiões do Estado do Paraná. Está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.191.893,6 hectares, correspondendo cerca de 6,0% do território Estadual. Faz fronteira ao norte com a Mesorregião Noroeste, a oeste com a Mesorregião Oeste, ao sul com as Mesorregiões Oeste e Centro-Sul e a leste com as Mesorregiões Centro-Sul e Norte Central. Possui como principal divisa geográfica os rios Ivaí (a leste) e Piquiri (a oeste). (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2004).

4.2.2 Informações Gerais do município de Corumbataí do Sul

Até as três primeiras décadas do século passado, a região onde hoje se encontra o município de Corumbataí do Sul era praticamente desconhecida do rastro do elemento civilizado, tendo os primórdios de sua colonização ocorridos em meados do século passado.

As primeiras incursões populacionais ao território abrangido pela Mesorregião Centro Ocidental remontam ainda ao período colonial, mediante a presença de exploradores espanhóis e de bandeirantes, e se intensificam em função dos efeitos da Guerra do Paraguai, no século XIX. Entretanto, a ocupação efetiva da região retrocede ao início do século XX e ganha impulso a partir dos anos 1940, em especial, nos anos 1950 e 1960, no contexto da expansão da fronteira agrícola paranaense, com o advento das colônias de povoamento implantadas tanto pelas companhias privadas quanto pelo poder público estadual.

O tipo de ocupação fronteira que predominou nessa região foi similar ao do norte do Estado. Por meio do loteamento das terras para venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores, que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para comercialização.

No entanto, diferentemente do que ocorreu no norte, o café não se instalou na área do Centro Ocidental com a mesma força, dividindo com outras culturas (milho, arroz, feijão, hortelã, algodão), com a suinocultura e com a exploração madeireira, a pauta de produção.

Para os historiadores, o traço mais característico do povoamento dessa área decorre do encontro de dois fluxos populacionais de procedências distintas, que a tornaram uma região de transição, com a forte presença de elementos da formação socioeconômica-cultural típica das áreas de origem. O primeiro fluxo derivou-se das frentes colonizadoras do café do norte do Estado, formados principalmente por paulistas, mineiros e nordestinos. O segundo, oriundo das áreas oeste e sudoeste do Paraná eram integrados

por gaúchos e catarinenses, descendentes de colonos europeus (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2004).

Nesse contexto, a Mesorregião Centro Ocidental alcançou o início da década de 1970 concentrando cerca de 530 mil habitantes, representando uma área razoavelmente populosa do interior do Estado, principal traço histórico do processo de ocupação desta região. Mesmo não tendo protagonizado a expansão da rica economia cafeeira das décadas precedentes, como o fez a Mesorregião Norte Central, o Centro Ocidental integrou-se rapidamente ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna que se instaurou no Paraná, especialmente a partir dos anos 1970, marcado pela introdução maciça no campo, de avançadas tecnologias de cultivo, de substituição da cultura cafeeira pela produção de commodities (binômio soja/trigo) e ampliação das áreas de pastagens, e de alterações radicais nas relações de trabalho, todos estes elementos altamente poupadores de mão-de-obra.

Desse modo, entre 1970 e 1980, a Mesorregião foi uma das que evidenciaram as mais altas taxas de decréscimo populacional, tanto em termos rurais quanto no que se refere ao conjunto da população.

Nos períodos seguintes, conforme demonstrado no Quadro 01, esse processo permaneceu dos mais elevados do Estado, inclusive, no último decênio, período em que o Centro Ocidental destacou-se como a Mesorregião de maior taxa de evasão populacional (-14,51%), de sorte a se tornar a região de menor peso populacional dentre as Mesorregiões paranaenses, participando com apenas 3,22% do total da população do estado do Paraná.

Mesorregião	Ano 1991		Ano 2007		(% Variação 1991/2007)
	População	(%)	População	(%)	
Centro Ocidental Paranaense	387.451	4,58%	331.220	3,22%	-14,51
Norte Central Paranaense	1.638.677	19,39%	1.954.862	19,00%	19,30
Norte Pioneiro Paranaense	555.339	6,57%	540.296	5,25%	-2,71
Centro-Oriental Paranaense	547.559	6,48%	674.124	6,55%	23,11
Oeste Paranaense	1.016.481	12,03%	1.245.391	12,11%	22,52
Sudoeste Paranaense	478.126	5,66%	476.540	4,63%	-0,33
Centro-Sul Paranaense	501.428	5,93%	543.564	5,28%	8,40
Sudeste Paranaense	348.617	4,13%	396.081	3,85%	13,61
Metropolitana de Curitiba	2.319.526	27,45%	3.469.820	33,73%	49,59
Noroeste Paranaense	655.509	7,76%	652.605	6,34%	-0,44
Total	8.450.704	100,00%	10.286.510	100,00%	21,72

Quadro 1 – População das Mesorregiões

Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007. Dados trabalhados pelo autor, 2010.

Sem dúvida, o componente migratório, nesse cenário demográfico, vem tendo um peso substantivo. No bojo das transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos bastante elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, dos mais expressivos do Estado. Chama a atenção o fato de que mesmo suas áreas urbanas começam a experimentar saldos e taxas líquidas de migração negativa, reforçando o caráter impulsor do Centro Ocidental e o predomínio das perdas populacionais para fora da região. Os dados relacionados à movimentação populacional ocorrida no período 1991/2007 confirmam essa tendência. Embora a Mesorregião receba consideráveis fluxos imigratórios, particularmente vindos de outras áreas do Estado, suas perdas são bem mais volumosas, provocando um saldo negativo nas trocas populacionais.

Na mesma dinâmica da Mesorregião Centro Ocidental Corumbataí do Sul, no período 1991-2007, apresentou uma redução significativa em sua população, passando de 6.642 habitantes em 1991, para 4.262 em 2007; a taxa de urbanização passou de 26,53% em 1991 para 50,46% em 2007, conforme Quadro 02.

População por Situação de Domicílio, 1991 e 2007			
Discriminação/ano	1991	2000	2007
População total	6.642	4.946	4.262
Urbana	1.762	1.998	2.151
Rural	4.880	2.948	2.111
Taxa de urbanização	26,53%	40,40%	50,46%

Quadro 2 – População do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2007

Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007.

4.2.3 Realidade Socioeconômica de Corumbataí do Sul

Corumbataí do Sul localiza-se na mesorregião Centro Ocidental Paranaense, tendo Campo Mourão como cidade polo regional (figura 05). Ocupa uma área territorial de 169,528 Km². Com uma população de 4.262 habitantes, destes, mais de 40%, vivem em situação de extrema pobreza (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2009).

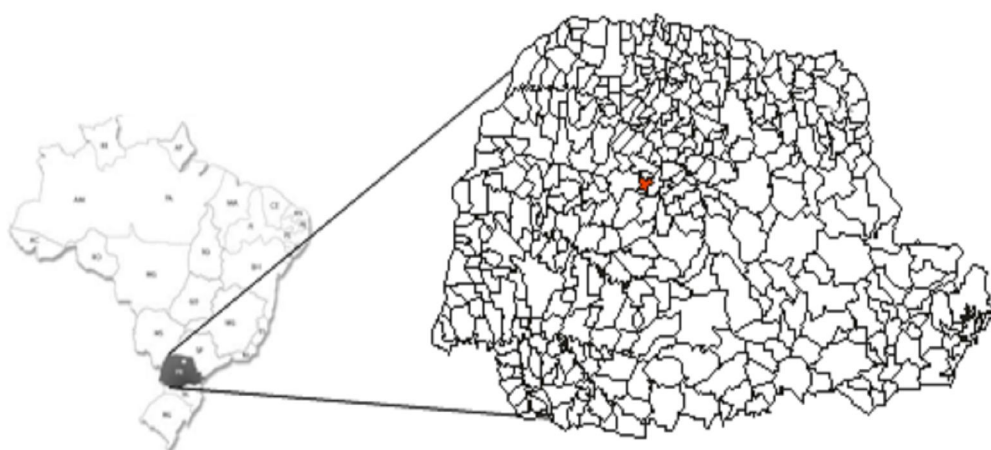


Figura 5 – Localização do município de Corumbataí do Sul-PR
Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2009.

O município é essencialmente agrícola, constituído de pequenas unidades de agricultura familiares (Figura 07), tendo como uma das principais atividades agrícolas a cafeicultura e a fruticultura. As razões do predomínio da cafeicultura são explicadas em parte aos condicionantes naturais, especialmente à topografia, caracterizada por relevo movimentado, bem como os antecedentes históricos de colonização, uma vez que teve influência da corrente de migração provinda do Norte do Paraná, que trazia como modelo de estrutura fundiária, a pequena propriedade, acompanhada da cultura cafeeira (Figuras 06 e 07).

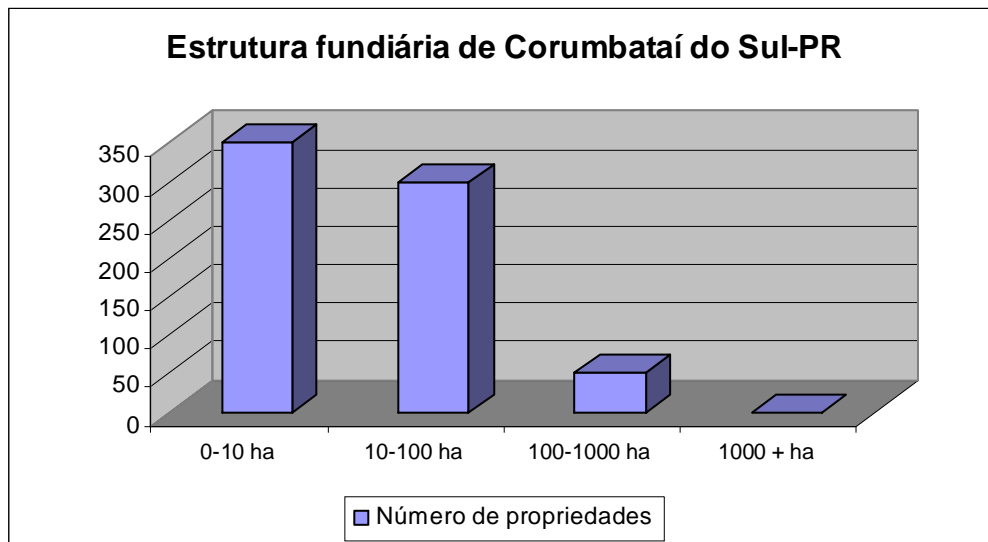


Figura 6 - Estrutura Fundiária do município de Corumbataí do Sul-PR
 Fonte: IBGE, 1996 – Organização: Leonello, 2007; Andrade, 2005.



Figura 7 – Vista parcial de uma propriedade de agricultura familiar no município de Corumbataí do Sul-PR
 Fonte: Leonello, 2007.

Na década de 1970, quando Corumbataí do Sul ainda era Distrito Administrativo de Barbosa Ferraz, contava com uma população de 10.933 habitantes, dos quais somente 609 estavam na zona urbana e o restante na zona rural. Estes se dedicavam ao cultivo do café, que era e continua a se constituir em uma das principais fontes de renda. No período abordado houve um decréscimo de

população de 6.731 habitantes. A taxa de urbanização em 2007 era de 50,46% (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2008).

De acordo com Moro (1991), na década de 1960, a cafeicultura era a principal atividade econômica paranaense. Contudo, com a superprodução de café nas safras de 1961/1962, com o equivalente a 58,32% de toda a produção brasileira, ocasionou o desequilíbrio das relações de oferta e de procura do café no mercado mundial, resultando na erradicação da cafeicultura e no incentivo do governo pelas culturas mecanizadas da soja e trigo, bem como das novas tecnologias no campo.

Progressivamente, o capital se expande no campo, sobretudo, a partir de 1970. E, em menos de uma década, ocorrem profundas mudanças no espaço rural. Segundo Andrade (2005), essas mudanças foram ocasionadas pela ação do Estado, visando à consolidação do capitalismo no campo. Esse, criou vários mecanismos para esse fim, dentre os quais o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), já que, para se modernizar, o agricultor necessitava de capital para aquisição de equipamentos, máquinas, fertilizantes, entre outros, necessários ao processo produtivo.

Para os agricultores de Corumbataí do Sul, esse financiamento era impossível, diante da crise do café. Encontravam-se descapitalizados, por questões econômicas, políticas e naturais, ou seja, a topografia não contribuía e não contribui, em sua maior parte, para o cultivo das culturas mecanizadas.

Diante da crise generalizada, ocasionada pelo desenvolvimento econômico e, sobretudo, das particularidades do município, a migração passou ser uma constante, sobretudo nos últimos 30 anos. Na década de 1970, havia aproximadamente 12 mil habitantes e em 2000 a população se resumia em pouco mais de 5 mil habitantes. Atualmente, a população se resume em 4.262 habitantes, dos quais 2.087 rural e 2.151 urbana.

Segundo Singer (2002, p. 72), essa migração no meio rural é produzida por dois tipos de fatores. Do aumento da população com disponibilidade de terras limitada física ou socialmente, em caso em comunidades de subsistência, a falta de recursos provoca o empobrecimento geral da população, na medida em que se multiplica. A

migração é inevitável. O outro fator se dá no contexto de uma reestruturação das relações de produção. Quando as áreas de subsistência são conectadas ao mercado, isto é, quando a produção se encaminha para o mercado, se especializa, restringe os cultivos para o mero consumo local, resultando na liberação de força de trabalho.

Considerando a estrutura etária do município, observamos que alguns segmentos da população, em especial, os idosos, vêm crescendo, fato que nos têm chamado atenção, sobretudo em relação à qualidade de vida dessas pessoas. Em contrapartida, a população economicamente ativa de 15 a 64 anos vem reduzindo.

Analisando a figura 08, observamos que a população de 0 a 15 (zero a quinze) anos também vem diminuindo significativamente. Isso vai refletir na taxa de crescimento geométrico do município. Enquanto a média de crescimento do Paraná é de 1,40%, a de Corumbataí do Sul é negativa de -3,25

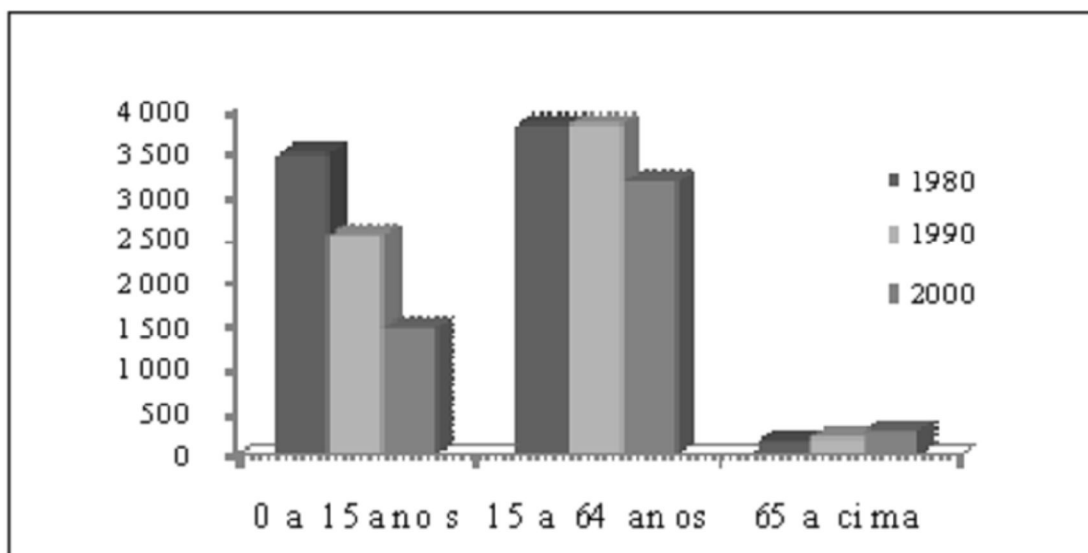


Figura 8 – Estrutura etária de Corumbataí do Sul
 Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007.

O crescimento geométrico negativo da população de Corumbataí do Sul e a migração estão intimamente relacionados aos fatores socioeconômicos⁵, uma vez que a base econômica é a produção agrícola. Conforme o Quadro 03, no ano de 2008, mais de 76,37% da arrecadação do município veio da agricultura, seguido pelos setores do Comércio e Serviços (18,51%) e da Indústria (5,12%).

Discriminação	2007	(%)	2008	(%)
Produção Primária	8.646.827	79,35%	11.339.545	76,37%
Indústria	709.622	6,51%	760.108	5,12%
Comércio e Serviços	1.540.393	14,14%	2.748.696	18,51%
Total	10.896.842	100,00%	14.848.349	100,00%

Quadro 3 – Valor Adicional Fiscal (VAF) – Por Segmento

Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2010 –
Organização: Leonello, 2010.

A figura 9 demonstra graficamente a participação de cada setor produtivo do município de Corumbataí do Sul na composição do Valor Adicional Fiscal.

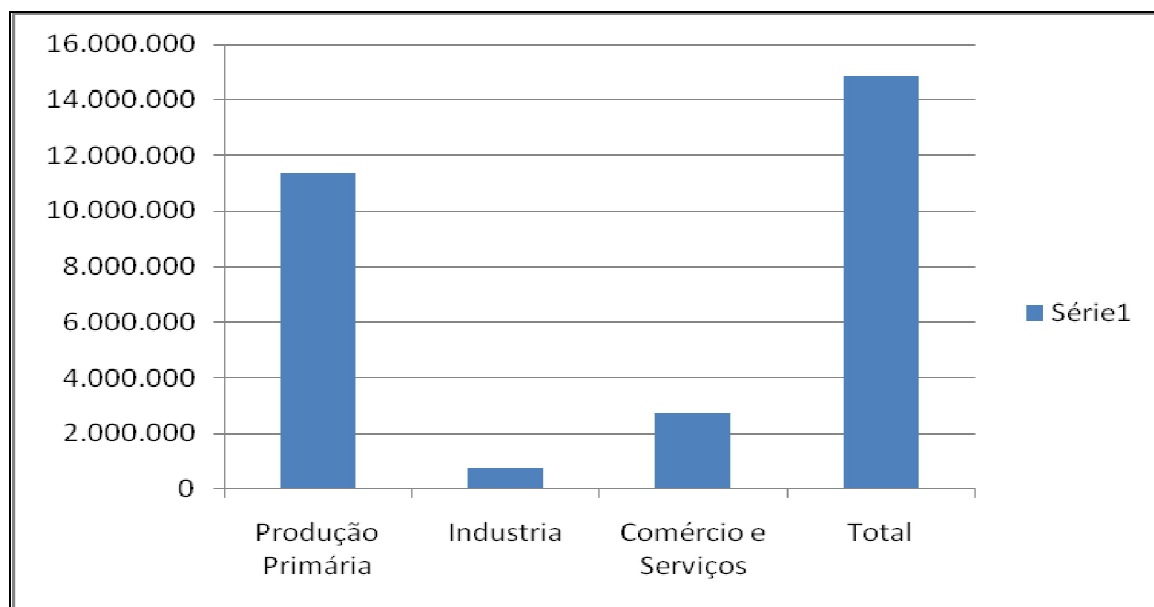


Figura 9 – Valor Adicional Fiscal – 2008

Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2010.

⁵ Os recursos de produção ou fatores de produção (terra, trabalho, capital, tecnologia e empresariedade) são constituídos pelas dádivas da natureza, pela população economicamente mobilizável, pelas diferentes categorias de capital e pela capacidade empresarial. Da melhor forma de emprego desses, de sua disponibilidade, de suas qualificações ou capacitações, das formas de sua mobilização e de sua interação resultam os padrões de atendimento das ilimitáveis necessidades individuais e sociais. Estas quando não atendidas resultam em indicadores socioeconômicos desfavoráveis, tais como, baixo IDH-M, analfabetismo, êxodo rural entre outros.

Neste mesmo quadro, observamos que o índice de arrecadação é extremamente baixo, sobretudo nos setores terciário⁶ e secundário⁷, que são os setores econômicos que, via de regra, mais empregam. A geração de empregos em Corumbataí do Sul é problemática, necessita de mais investimentos nos setores citados e mesmo na agricultura. Essas dificuldades vão resultar nas precárias condições de vida das famílias e na mobilidade para os grandes centros urbanos.

Em Corumbataí do Sul, o trabalho por conta própria, identificado com a agricultura familiar, é responsável por parcela significativa do emprego no meio rural (67,36%) conforme Quadro 4. Para além de justificar e legitimar ações e políticas que, pelo menos em parte, estão contribuindo para a manutenção desse quadro favorável, acredita-se que a diversificação das pequenas propriedades, aliadas ao trabalho associativista desenvolvido pelos produtores e seus parceiros, possa construir um caminho alternativo ao modelo de desenvolvimento local.

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	(%)
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal,	1.459	67,36
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	6	0,28
Indústria de transformação	40	1,85
Construção	55	2,54
Comércio, reparação de veículos automobilísticos	101	4,66
Alojamento e Alimentação	33	1,52
Transporte, Armazenagem e Comunicação	59	2,72
Intermediações	19	0,88
Administração	163	7,53
Educação	116	5,36
Saúde e serviços sociais	39	1,80

⁶ O setor terciário é o setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Como atividades econômicas deste setor econômico, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, etc. Este setor é marcante nos países de alto grau de desenvolvimento econômico. Quanto mais rica é uma região, maior é a presença de atividades do setor terciário. Com o processo de globalização, iniciado no século XX, o terciário foi o setor da economia que mais se desenvolveu no mundo.

⁷ O setor secundário é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc). Como há conhecimentos tecnológicos agregados aos produtos do setor secundário, o lucro obtido na comercialização é significativo. Países com bom grau de desenvolvimento possuem uma significativa base econômica concentrada no setor secundário. A exportação destes produtos também gerar riquezas para as indústrias destes países.

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	(%)
Outros serviços	12	0,55
Serviços domésticos	57	2,63
Atividades mal definidas	7	0,32
Total	2.166	100,00

Quadro 4 – População Ocupada⁸ segundo Atividades Econômicas 2000
 Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2000.

Atualmente, entre as principais atividades econômicas e agrícolas está a produção de café (Figura 10) e a fruticultura, especialmente, a produção do maracujá (Figura 11).



Figura 10 – Produção de café em Corumbataí do Sul-PR
 Fonte: Leonello, 2008.

⁸ Definição utilizada pelo DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE): São os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente ou de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho; não se incluem as pessoas que de forma bastante excepcional fizeram algum tipo de trabalho.



Figura 11 – Produção de maracujá em Corumbataí do Sul-PR
Fonte: Leonello, 2010.

A cultura do maracujá (figura 11) iniciou em 2000, com 22 produtores, numa área de 13 ha. Contudo, a produção teve maior impulso com a criação da APROCOR, apoiando a comercialização e diversificação de frutas, para maior rentabilidade.

O município possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 0,678, considerado um dos índices mais baixos do Estado do Paraná, classificado na unidade da federação em 378, no universo de 399 municípios do Estado (Quadro 5).

Indicadores socioeconômicos	Paraná	Corumbataí do Sul
Índice de Desenvolvimento Humano	0,787	0,678
Grau de Urbanização	81,40 %	40,40
Taxa de Crescimento geométrico	1,40	-3,25
Taxa de Pobreza	20,87	40,0%
Famílias em situação de pobreza	589.428	1.500
Taxa de Analfabetismo de 15 ou mais	9,5	23,3
Renda per capita	13.158	5.670

Quadro 5 – Indicadores socioeconômicos do Paraná e Corumbataí do Sul
Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007.

A taxa de pobreza em Corumbataí do Sul é extremamente alta, o dobro da média do estado do Paraná. Analisando o mapa da pobreza do Estado (figura 12), podemos observar que o mesmo está inserido na região de bolsão de pobreza.

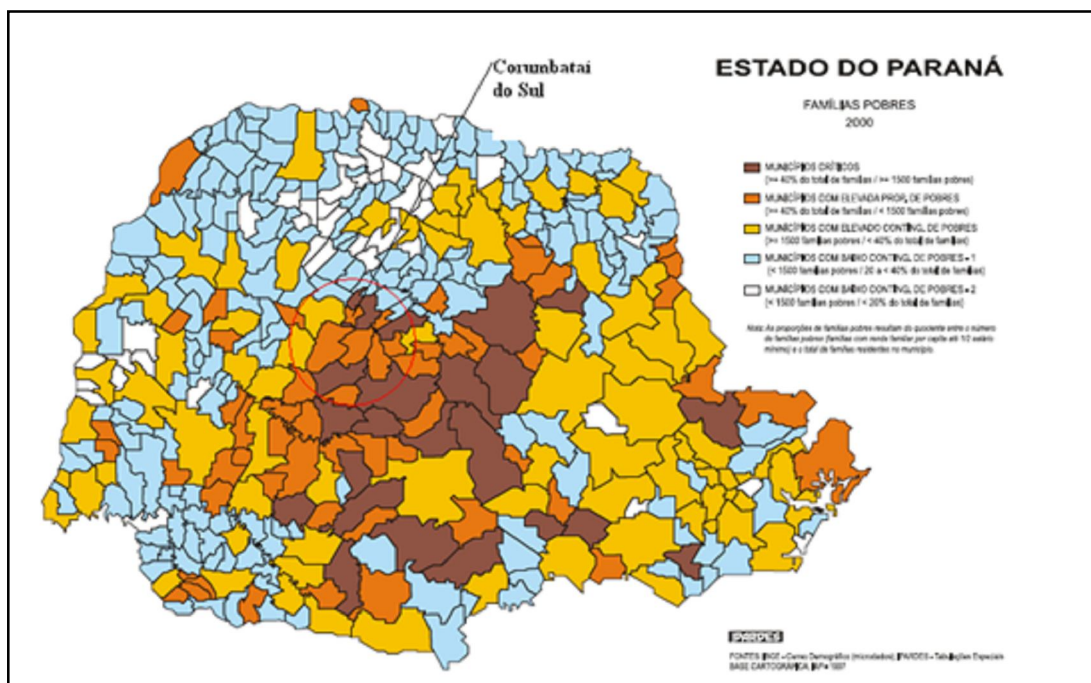


Figura 12 – Mapa da pobreza do estado do Paraná
 Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2000.

De acordo com as informações contidas na figura 12, os municípios de cor laranja possuem elevada proporção de pobreza, isto é, 40% das famílias vivem com renda familiar per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2000).

Existe em nosso País uma dívida social. Milhões de brasileiros ainda vivem em estado de penúria, privado do acesso a bens e serviços mais elementares para a existência humana. Nesse sentido, Furtado (2002, p.21), referindo-se ao Brasil, coloca a questão “Cabe a pergunta: houve desenvolvimento? Não: o Brasil não se desenvolveu: modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada.” Dessa forma, houve um crescimento significativo na economia, entretanto, este não foi acompanhado pelo desenvolvimento social, resultando em grande índice de pobreza.

Segundo Sandroni (1994), pobreza pode ser apreendida como estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens e consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação.

É, nesse contexto, que tomamos como parâmetros de análise o conceito de pobreza elaborado por Sandroni (1994), pois nos remete às condições de vida dos moradores de Corumbataí do Sul, onde seus moradores carecem de bens de consumo, alimentação adequada, moradia, saúde, educação, lazer, trabalho.

Outro indicador que nos tem chamado atenção é o elevado índice da taxa de analfabetismo. Analisando a taxa da população com 15 anos ou mais, observamos que é extremamente elevada, 23,3% se compararmos com a média do Paraná de 9,5%. Entretanto, os percentuais são maiores na população acima de 40 anos, especialmente na população idosa, conforme figura 13.

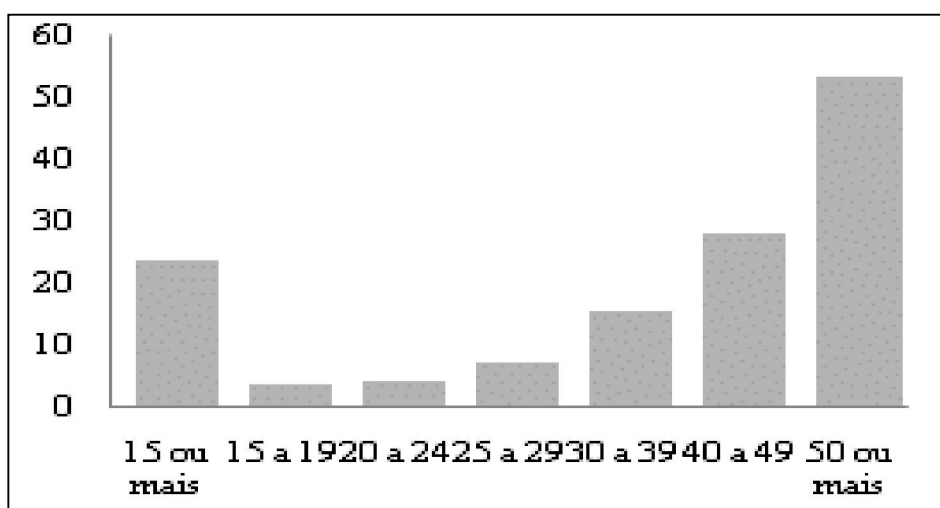


Figura 13 – Taxa de analfabetismo segundo as faixas etárias do município de Corumbataí do Sul

Fonte: IBGE, 2000.

Este breve relato da realidade socioeconômica do município de Corumbataí do Sul se fez necessário para entender toda problemática, especialmente relativa ao baixo Indicador Social e Humano. Essa realidade presente nesta comunidade é a razão pela qual este estudo foi proposto, visando avaliar a realidade social do município no contexto da economia solidária, especificamente, no associativismo.

4.2.4 Dados Gerais Sobre o Setor Agropecuário de Corumbataí do Sul

A importância do setor rural na economia brasileira e as interpretações que dele se fez e que continua fazendo ao longo de mais de meio século do pós-guerra, principalmente da agricultura familiar, é o centro de nossa análise neste tópico, como forma de melhor compreender os aspectos da agricultura familiar no contexto atual, pois nesta fase (1930-1980) o setor rural brasileiro foi interpretado de maneira subsidiária ao ciclo de industrialização e ainda hoje é interpretado com certa frequência como dependente desse processo, durante o longo ciclo industrial do país, com reflexos sobre a reforma agrária e a agricultura familiar.

Para Prado Júnior (1960 apud SILVA, 2007), o que se entende e deve entender por reforma agrária nas atuais circunstâncias do país é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que não é e está longe de ser o caso de boa parte do Brasil, incluindo neste aspecto o município de Corumbataí do Sul, quando estamos avaliando o associativismo como alternativa de desenvolvimento social no contexto da economia solidária, e como esta vem contribuindo para a elevação dos padrões de vida dos produtores daquele município.

Esse processo caracterizado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos de solos, sementes melhoradas, etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros), constitui-se com clareza um período de ouro do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo.

Por ser um processo que exigia investimento intensivo em capital, neste período conhecido como da modernização da agricultura, os produtores da chamada economia familiar acabaram ficando à mercê desse processo, pois o conteúdo ideológico da modernização da agricultura, segundo Almeida (2000, p.39), incorpora quatro elementos básicos:

[...] (1) a noção de crescimento (ou fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico político; (2) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, como conseguinte aumento da heteronomia; (3) a noção de especialização (ou o fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e a jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (4) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

A modernização da agricultura ocorreu conjuntamente com a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, já que as políticas de desenvolvimento rural foram contaminadas de desigualdades e privilégios.

Segundo Silva (1981), as políticas à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, visto que ao diminuir os preços dos alimentos básicos, produzidos em grande escala pelos produtores da agricultura familiar, desincentivando os investimentos na agricultura e, automaticamente, prejudicando o nível de vida dos agricultores.

Segundo Carneiro (2000, p. 131, grifo do autor), apesar das divergências para conceituar agricultura familiar, há um consenso: “[...] por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados.” Ele ainda apresenta as seguintes categorias dentro da classificação de agricultura familiar:

Família agrícola de caráter empresarial (ou chamado verdadeiro agricultor): a lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado, obedecendo à satisfação de índices de rentabilidade e de produtividade crescentes; caracteriza-se por uma conjunção de fatores econômicos, técnicos e uma situação patrimonial (e social) favorável à rentabilização da exploração.

Família Camponesa: a lógica da atividade agrícola não é dada, em termos de prioridade, pela busca de taxa de produtividade e de rentabilidade crescentes, mas pelo esforço de manter a família em determinadas condições sociais e culturais, isto é, a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola. A multiplicidade de estratégias individuais e familiares deriva de fracas condições de produção: recorre-se a vários meios para manter a unidade de produção e garantir a reprodução social estruturalmente ameaçada. Aqui esforço de preservação do patrimônio

confunde-se com o exercício da atividade agrícola, ainda que estas, em muitos casos, não seja mais suficiente para manter o grupo familiar.

Família agrícola “rurbana”: não se orienta prioritariamente pelos padrões produtivistas. Esse modelo de família rural repousa sobre um sistema de valores próprios (em elaboração) que orienta a produção agrícola, não em função do lucro e da produtividade crescentes, mas para a melhoria da qualidade de vida, sem deixar de considerar a realidade do mercado e a capacidade de retorno em termos de rendimento. São suas características diversificação da produção e das fontes de renda, prática de atividades não-agrícolas, capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural visando a reprodução biológica e social dos indivíduos.

Cabe observar que este critério de conceituação da agricultura familiar está mais diretamente ligado a critérios utilizados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) para designar o tipo de agricultor familiar que será beneficiado pelas verbas públicas

Segundo Gonçalves e Souza (2005), na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação:

[...] propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

e na definição da área máxima, a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

Castelões (2004, p. 4), resumidamente considera agricultura familiar:

As características básicas da agricultura familiar são: a direção da unidade produtiva é exercida pela família; a área do estabelecimento não ultrapassa quatro módulos fiscais⁹; a mão de obra familiar é superior à contratada e a propriedade dos meios de produção é da família. Os beneficiários são agricultores, pescadores artesanais, agricultores, extrativistas, indígenas e membros de comunidades remanescentes de quilombos.

⁹ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações no município, que, embora não predominantes, seja significativas em função da renda e da área utilizada; e conceito de agricultura familiar.

O Censo Agropecuário 2006 – IBGE mostra que a agricultura familiar é que alimenta a nação. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que são a maioria dos estabelecimentos, e apesar de ocuparem menor área, produzem a grande maioria dos alimentos, como identificado na Figura 14.

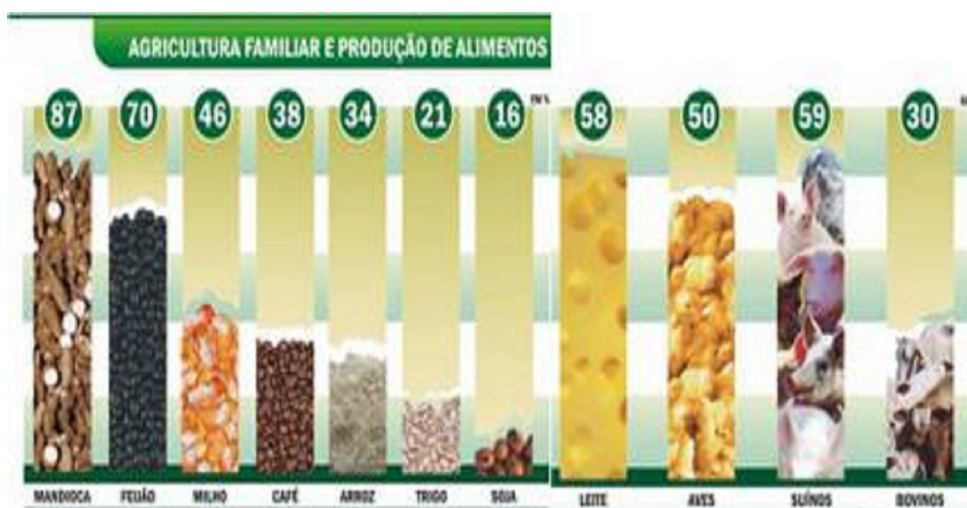


Figura 14 – Agricultura familiar e produção alimentos senso
Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006.

Aproximadamente 95% das unidades de produção de Corumbataí do Sul, conforme Quadro 06, são pequenas propriedades familiares de produção. Estas, além de produzir alimentos, geram trabalho e renda, e estão inseridas dentro da classificação de módulos fiscais estabelecidos para fins de política agrícola, ou seja, para fins de acesso a linhas de crédito do PRONAF.

Áreas em (ha)	Número de Estabelecimentos	(%)
00 - 10 ha	350	52,55%
10 - 100 ha	289	43,39%
100 - 1 000 ha	26	3,90%
+ de 1.000 ha	1	0,15%
Total	666	100,00%

Quadro 6 – Número de estabelecimentos Agropecuários – Grupos de áreas
Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006. Organização: Leonello, 2010.

Outro fator fundamental na condução da atividade na agricultura familiar é que estas devem ser realizadas utilizando-se da mão de obra familiar. No Quadro 07, identificamos o número total de estabelecimentos agropecuários quanto à condição de posse deste, e como no município de Corumbataí do Sul aproximadamente 50%

da população vive na área rural, podemos induzir que a maioria destes estabelecimentos é conduzida com mão-de-obra familiar.

Condição	Nº Estabelecimentos	(%)	Área (ha)
Arrendatário	46	8,78	842
Ocupante	15	2,86	1.064
Parceiro	53	10,11	694
Proprietário	410	78,24	13.236
Total	524	100,00	15836

Quadro 7 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor - 2006

Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006.

A cafeicultura ainda é a principal exploração econômica, contudo, no sistema de produção contempla outras atividades complementares intercaladas ou separadas. Destacam-se como milho, feijão, maracujá, laranja e pecuária mista, suplementando a renda e a subsistência das famílias. As tecnologias utilizadas pelos produtores do município consistem, principalmente, na mão-de-obra familiar e contratada.

Produto	Área Colhida (há)	Unidade	Qtde	Valor em R\$ 1.000	(%)
Arroz	60	Ton	96	58,00	0,32
Café	2.100	Ton	1.932	7.052,00	38,32
Feijão	250	Ton	270	691,00	3,75
Laranja	40	Ton	800	399,00	2,17
Maracujá	130	Ton	1.560	1.872,00	10,17
Milho	1.700	Ton	7.860	2.417,00	13,13
Soja	1.600	Ton	4.640	3.387,00	18,40
Trigo	200	Ton	500	217,00	1,18
Uva	1	Ton	7	13,00	0,07
Leite	-	Mil L	4.050	2.268,00	12,32
Casulo Bicho da Seda	-	Kg	5.157	29,00	0,16
Total				18.403,00	100,00

Quadro 8 – Área colhida, produção e valor da produção agrícola de alguns produtos selecionados – Base ano de 2008

Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2009.
Organização: Leonello, 2010.

Observamos que, desses produtos, três são os que demandam maior mão-de-obra familiar, como: café, maracujá e leite. A cultura do maracujá e a produção de leite vêm crescendo em Corumbataí do Sul. Elas também são responsáveis pela melhoria

da renda do pequeno produtor do município, e são frutos da diversificação de culturas, proposta pela APROCOR, como forma de amenizar a situação de pobreza em que se encontrava a maioria das famílias.

As reflexões apresentadas até o momento sobre o município de Corumbataí do Sul demonstram a significativa representação que o setor produtivo agropecuário tem na agricultura familiar como desencadeador e acumulador de grande significado tanto econômico quanto social. Isso se deve basicamente ao fato de, ao contrário da agricultura patronal, a agricultura familiar oportunizar ocupação para um expressivo contingente de mão-de-obra rural. A relação solidária que permeia o seio da família, sobretudo nas relações de trabalho, é conveniente ao êxito na subsistência e reprodução desse segmento produtivo.

Sob as diversas formas de cooperação, várias são as experiências de agricultura familiar bem sucedida: desde aquisição de insumos até a comercialização, passando pela realização em conjunto de algumas tarefas em seus sistemas de produção, sendo formas catalisadoras de vantagens comparativas, principalmente no campo social e ambiental e que as fazem distintas frente à agricultura patronal. Nesta, a gestão se guia pelos pressupostos da teoria econômica, que preza, entre outros aspectos, a economia de escala¹⁰ e a maximização do lucro em seu sentido puramente econômico.

Na busca de economia de escala e escala de produção, na agricultura familiar, faz-se necessário a união de esforços de produtores, na busca de objetivos comuns, com o único propósito de lutar pela melhoria das condições de vida do meio rural e, principalmente, pela satisfação pessoal dos produtores e seus familiares, sendo que uma das formas de sucesso nesse campo é o desenvolvimento de relações associativas, cuja análise iremos realizar no próximo capítulo, onde enfocaremos a Associação de Produtores de Corumbataí do Sul-PR (APROCOR) como divisora de águas no município, bem como as parcerias públicas e privadas necessárias à consolidação da mesma.

¹⁰ Economia de escala é aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, procurando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços.

4.3 A Associação

Este capítulo tem como objetivo compartilhar um olhar que inscreve o associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local.

Os fundamentos de uma sociedade solidária se inscrevem dentro de um movimento de ampliação da democracia e ganha novas nuances com formas alternativas de organizações sociais, passando a ser também revigoradas pela prática empresarial contemporânea num sentido reativo e defensivo da eficiência produtiva frente ao capitalismo de mercado, congregando interesses diversificados, aparecendo em todo o tempo agrupamentos específicos em forma de redes, arranjos produtivos locais e outros que ora concorrentes, ora parceiros, melhor permitem intervenção na sociedade e junto dos poderes, especialmente, de situações bastante complexas.

Para Colomonos (1995), em Ciências Sociais, rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores. Designa ainda os movimentos poucos institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos à reinterpretações (ACIOLI, 2007).

Cassiolato e Lastres (2003, p.27) definem arranjos produtivos locais como

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outras – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades), pesquisa e desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

É importante salientar que tanto as redes sociais quanto os arranjos produtivos locais se referem a quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço. Neste caso, não importa o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer a atividade primária, secundária ou terciária, variando desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até

grande aglomerações, como é o caso da APROCOR, congregando um grande número de produtores.

Estes tipos de relações compreendem também uma opção pela economia solidária, já que esta constrói a democratização dos ganhos de produção, orienta a redução da taxa de desemprego e projeta a possibilidade de autogestão. Nesse sentido, a APROCOR incorporou os princípios cooperativos e buscou uma saída democrática e participativa para a produção e prestação de serviços no modo de produção capitalista¹¹.

O associativismo é uma questão primária para o potencial de emancipação e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. Alencar (1997) afirma que o associativismo representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. Através dessa forma de representatividade, abre-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual. Incentivar a formação de associações tornando-se relevante à medida que a lógica da ação coletiva acaba prevalecendo sobre a ação individual, sem, contudo, excluí-la.

Temos aqui uma observação de um produtor/associado da APROCOR sobre associativismo:

[...] associativismo é você trabalhar em conjunto, da maneira como trabalhamos. São pequenas propriedades produzindo em conjunto um determinado produto para fazer volume. Essa união, essa cooperação, hoje, nos ajuda colocar nossos produtos na CEAGESP-SP o maior centro de abastecimento do país (Olavo Luciano, produtor e Presidente da APROCOR).

O depoimento apenas exemplifica a viabilização do associativismo, não somente como uma busca de estratégias de sobrevivência, mas como fortalecimento da economia solidária, interligando alternativas de transformação nos modos de

¹¹ Karl Marx utiliza o conceito de *modo de produção*, que associa forças produtivas, conjunto de fatores da produção, a relações produtivas, relações sociais desempenhadas pelos indivíduos e pelos grupos no processo de produção e seus meios de controle. (MARX, 1999, p. 15-18).

produção e reprodução social, em que valores de cooperação, solidariedade e justiça distributiva são concretamente praticados.

4.3.1 Apresentação Histórica da APROCOR

As experiências associativas têm como objetivo a inserção desses atores sociais no processo de desenvolvimento econômico e social, uma vez que a pequena produção é marginalizada e, por vezes, excluída dos programas de desenvolvimento. Assim, as associações surgem como alternativa e necessidade de inclusão dessa camada social que necessita de oportunidade e orientação diferenciada da grande produção.

Com a finalidade de reunir produtores de café, buscando discutir os problemas comuns, principalmente quanto à comercialização da produção, é que foi fundada em 1992 a Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul-PR (AMACOR) que, apesar de sua existência formal, esta permaneceu por cinco anos sem nenhuma movimentação, pois a dificuldade de unir os produtores para buscar soluções conjuntas aos problemas enfrentados por todos, era uma constante. Estes ainda não sentiam a necessidade do trabalho em grupo e até mesmo não conheciam práticas associativas que possibilitavam conhecer este tipo de trabalho, além do que, pela pouca escolaridade dos produtores, os aspectos administrativos e burocráticos de uma associação estavam longe de suas práticas diárias, que é produzir alimentos.

Uma associação precisa ter em sua estrutura, uma hierarquia, descrita em seus estatutos sociais, constando: Assembléia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal Divisões/Setores.

A Assembléia Geral é o órgão supremo. Decide via reuniões os objetivos da sociedade, tomando medidas convenientes para fazê-la funcionar, desenvolver-se e defender-se. A Assembléia Geral é presidida pelo diretor-presidente da associação, e pode ser convocada por ele ou por qualquer outro membro da diretoria motivado

por gravidade ou urgência; pelo conselho fiscal ou por um quinto dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação não atendida.

A convocação deve ser feita no mínimo de sete dias, através de edital enviado aos associados e fixado nos lugares públicos mais frequentados por estes. Numa primeira convocação, a Assembléia Geral precisa de dois terços da presença dos associados para *quorum*. Caso não aconteça, pode ser realizada em segunda e última convocação com qualquer número de associados, no mesmo dia e com intervalo mínimo de uma hora após a primeira. São dois tipos de assembléia: geral ordinária e extraordinária.

A diretoria administra a associação. É composta exclusivamente de associados com mandato estabelecido no estatuto social. Uma diretoria deve estabelecer normas; orientar e controlar atividades e serviços da associação; analisar e aprovar planos, orçamentos e/ou programas próprios de investimentos; deliberar sobre admissão, demissão e eliminação ou exclusão de associados; zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias; fazer cumprir deliberações tomadas pela assembléia geral; apresentar à assembléia geral ordinária relatórios e contas de sua gestão, junto do parecer do conselho fiscal.

O conselho fiscal deve ser composto por três membros efetivos associados, eleitos pela assembléia geral. O conselho fiscal é obrigado a reunir-se uma vez por mês e tem como função examinar com assiduidade escrituração e finanças da associação; verificar atos da diretoria em harmonia com legislação, estatuto e interesses dos associados; dar parecer por escrito sobre balanço, relatório e contas anuais apresentados pela diretoria.

Esses são os elementos estruturais básicos de poder numa associação. Outras funções e cargos podem ser constituídos segundo necessidade ou complexidade da associação. É a diretoria que convoca ou nomeia dentre os associados, responsáveis por novos setores ou departamentos. Na AMOCOR todas estas funções foram formalizadas no papel, mas nunca saiu disso, porque efetivamente os detentores desses cargos não abraçaram a causa.

Passados cinco anos da sua constituição e, diante de reduções drásticas na produção de café no período 1997-1999, em função de intempéries climáticas, como chuvas de granizo e fortes geadas, os produtores sentiram a necessidade de promover uma reestruturação no Estatuto Social da AMOCOR, passando a constituir, atualmente, a denominada APROCOR, com exceção de alguns poucos produtores membros da diretoria, que passaram a realizar algumas comercializações em nome da associação.

Pelos relatos de alguns produtores pesquisados, não observamos, neste período, nenhuma outra ação envolvendo os demais produtores do município, como já qualificados no capítulo anterior, na sua grande maioria, composto de mini e pequenos produtores e integrantes da agricultura familiar.

A cultura do café em Corumbataí do Sul, até então havia sido a atividade de maior importância no agregado econômico, mas com a crise internacional envolvendo a cultura do café, conjugados com os problemas de intempéries climáticas já citadas, a associação começa a desenvolver efetivamente sua função, agregando produtores na busca de soluções para o enfrentamento da redução drástica da renda com a atividade cafeeira, que levou à precarização das condições de trabalho no meio rural, e por consequência, agravando as condições de vida dos produtores, com reflexo para todos os setores, principalmente sobre o comércio, que depois da atividade agrícola é o setor que mais contribui para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

Num mundo globalizado, para fazer frente à concorrência cada dia mais acirrada, uma associação não pode abrir mão das parcerias que são, atualmente, imprescindíveis para assegurar competitividade mercadológica. No entanto, tão importante quanto o aspecto econômico, os aspectos administrativos e sociais também são colocados como valores numa sociedade que busca o desenvolvimento sustentável.

Entre as razões para a construção de parcerias ou associações, retiramos algumas do SEBRAE Ideal (2000):

O comportamento individualista nos negócios está superado e falido;
Necessidade de valorização do papel sócio-econômico para o empresário brasileiro;
Agregação humana e empresarial viabiliza a competitividade e sobrevivência no mundo globalizado;
Associações possuem mais força frente à comunidade, poder público, fornecedores e trabalhadores;
Vantagens de usufruir serviços oferecidos aos associados por custos menores;
Oportunidades e trocas de informações na política e nos negócios;
Maior facilidade em encontrar e identificar novas oportunidades;
Maior agilidade e colocação estratégica;
Mais facilidades para desenvolver e/ou aperfeiçoar funcionários;
Maior preparo para exigências e negociações, a exemplo de trabalhadores sindicalizados;
Ampliação de relacionamento social.

Assim, no ano de 1999, por meio de convênio firmado entre a Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR)¹² e a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT-PR) com a utilização de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul-PR, foram promovidos os cursos de Gestão Empresarial com o único objetivo de qualificar o produtor deixando-o mais apto dentro e fora da propriedade, esclarecendo o que é o associativismo, e como essa forma de organização contribuiria para melhorar a capacitação e os conhecimentos em tecnologia de produção, gerencial e de mercado e, assim, melhorar a renda familiar.

Através de convênio com o poder público municipal a associação obteve um barracão, (Figura 15) onde estão sendo desenvolvidas todas as atividades de recebimento e classificação de todos os produtos recebidos e comercializados pela associação. Na figura 16, demonstramos uma máquina de beneficiamento de café que é deslocada até a propriedade do associado para proceder ao beneficiamento de café e posterior formação de lotes para comercialização direta, da propriedade direta para o corretor de cereais, ou para as indústrias cafeeiras.

¹² Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), cujo negócio é a assistência técnica e extensão rural oficial em todo o Estado do Paraná.



Figura 15 – Sede da APROCOR – Concessão Poder Público Municipal



Figura 16 – Máquina de Beneficiamento de Café – Concessão Poder Público Municipal

Hoje, essas parcerias se ampliaram, passando a contar com o apoio da Fecilcam (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão-PR) através do Programa de Extensão Universitária designado de Universidade Sem Fronteira (USF), programa este desenvolvido em todo o Estado do Paraná pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que, por meio de editais, disponibilizam linhas para pesquisadores e recém-formados desenvolverem atividades extencionistas junto a comunidade. É a Universidade indo ao encontro

das necessidades da comunidade. Nesse sentido, a Professora Lygia Lumina Puppato, organizadora e mentora intelectual da proposta, falou:

O Programa Universidades Sem Fronteiras é hoje, em investimento financeiro e capital humano a maior ação de extensão universitária em curso no Brasil. Desde outubro de 2007, equipes multidisciplinares compostas por educadores, profissionais recém-formados e estudantes das universidades e faculdades públicas do Estado do Paraná, trabalham em centenas de projetos, presentes hoje, em mais de 200 municípios, inclusive em Corumbataí do Sul junto a APROCOR, levando assistência técnica e consultoria administrativa e financeira aos produtores daquela associação (Lygia Puppato, mentora do projeto).

[...] O Programa Universidade Sem Fronteira, que nós temos hoje, ajudou muito a APROCOR a constituir a Cooperativa. Várias vezes tentamos iniciar a formalização da cooperativa, mas não conseguimos realizar esse sonho. Porém, através do projeto Universidade Sem Fronteiras a gente conseguiu. As parcerias realizadas com a EMATER, a FAEP, o SEBRAE, Sindicatos e município, foram também importantes (Presidente da APROCOR).



Figura 1714 – Estagiária/Bolsista do Programa USF em reunião de trabalho com produtores sobre plantio do maracujá e à campo prestando assistência técnica ao produtor para a cultura do café

Outra parceria importante é a do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cujo objetivo principal está centrado na formação e promoção da família rural, tendo desenvolvido vários cursos junto aos produtores do município de Corumbataí do Sul, sendo que muitos destes produtores atuam junto a associação.

Dentre os vários cursos ministrados pelo SENAR aos produtores, destacamos: Empreendedor Rural, Gestão Rural, Bovino de Leite, Aplicação de Agrotóxicos, Mata Ciliar, além de cursos de promoção social destinadas às mulheres, na sua maioria, filhas e esposas de produtores, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da

qualidade de vida das famílias, além de proporcionar melhorias na geração de emprego e renda aos envolvidos com a propriedade.

A partir de então, novos caminhos foram abertos, como: visitas a outras associações e à Bolsa de Mercadorias de Londrina realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, passando o produtor a acompanhar de perto a comercialização de sua produção, além de adquirir conhecimentos específicos sobre a qualidade do café produzido localmente.

Toda a produção do café era vendida dentro de uma classificação chamada “medida quilo/renda”, pois os produtores não possuíam informações sobre o mercado do café, venda esta realizada a intermediários como a Cooperativa local e Cerealistas, atividade que passou a ser desenvolvida pela própria APROCOR, eliminando estes intermediários a partir de março de 1999, com a consolidação da associação, passando a comercializar café diretamente na Bolsa de Mercadorias de Londrina, e em outros canais de comercialização sem a interferência de intermediários, proporcionando um valor mais elevado por saca de café.

Diante da crise que a cultura do café estava passando, os líderes da associação, conjuntamente com os parceiros, Prefeitura Municipal e EMATER, identificaram que havia a necessidade eminente de se buscar alternativas de utilização das terras e geração de renda, explorando outras atividades. Essa busca culminou com a instalação da cultura do maracujá azedo (*Passiflora edulis f. flavicarpa*), no início do ano de 2001, a qual se adaptou muito bem à condição climática da região, pesando nesta decisão alguns fatores como:

- 1) Necessidade de diversificação da pequena propriedade com uma cultura que proporcionasse renda durante uma maior parte do ano, pois sendo o café uma cultura perene, não proporcionava esta possibilidade, principalmente porque sua colheita acontece uma única vez no ano e quando ocorre algum tipo de intempérie, às vezes, nem acontecia, ficando o produtor sem renda o ano todo, às vezes, durante até dois anos em função das geadas;

- 2) Baixo investimento inicial na implantação da atividade produtiva do maracujá, além de utilizar pouca área para essa finalidade;
- 3) Disponibilidade de mão-de-obra familiar: a atividade vem ao encontro a uma das necessidades da agricultura familiar, que é a utilização de mão-de-obra familiar;
- 4) Rápido retorno de investimento – inicia-se o plantio em Agosto/Setembro e em Dezembro do mesmo. Dependendo do desenvolvimento e das condições técnicas do plantio, já é possível iniciar a primeira colheita.



Figura 1815 – Sede da APROCOR – Cargas de Maracujá destinadas a CEAGESP/SP e Indústria Processadora
Fonte: Leonello, 2010.



Figura 19 – Dia de entrega de maracujá pelos associados na sede a APROCOR – e processo de classificação solidária
 Fonte: Leonello, 2010.

No início, os associados apresentaram dificuldades em adaptar-se à forma de trabalho associativa, que exige vivência em grupo, credibilidade na forma de organização e aceitação das decisões das Assembléias Gerais como soberanas. Essas dificuldades fizeram com que grande número de associados se desligasse e os agricultores, que antes apresentavam interesse em se associar, desistissem. O pequeno grupo de 14 associados que permaneceu filiado à associação, trabalhou arduamente no sentido de conscientizar e demonstrar aos demais agricultores as vantagens em se trabalhar no sistema associativo.

Os depoimentos dos pesquisados neste estudo evidenciam as dificuldades iniciais:

[...] rapais, foi meio complicado! Nós começamos com 15/16 pessoas, entregando maracujá [...]. Foi muito difícil, não tinha barracão. O barracão era alugado, no início [...] (Antonio Luciano, 39 anos – produtor/associado).

[...] participo da APROCOR desde quando ela iniciou o trabalho com a diversificação e com as vendas de café. No início a associação não tinha trator e nem implementos. A gente mexia com feijão, café e milho nesta época, e foi graças à APROCOR que conseguimos escoar nossa produção. Depois iniciamos a diversificação, e hoje, comercializamos até frutas. Enfim, tudo o que a gente produz na propriedade é comercializado (Olavo Luciano, 41 anos – produtor e Presidente da APROCOR).

Com o passar do tempo, os ganhos financeiros com a venda do maracujá começaram a incrementar a renda dos membros que permaneceram associados e os demais agricultores do município puderam identificar os pontos fortes da associação, tais como: o aprendizado do convívio em grupo, as vantagens da comercialização em grupo que em razão da maior quantidade, consegue melhor preço no mercado, a eliminação dos atravessadores, a compra de insumos em conjunto que em razão da quantidade maior consegue-se melhores descontos e facilidade em se encontrar soluções para os problemas comuns.

A parceria com a EMATER-PR foi importante para a consolidação da associação, bem como na efetivação da atividade produtiva do maracujá como produto essencial na diversificação da pequena propriedade, obtenção de escala de produção e logística para colocar o produto em mercados competitivos. Nesse sentido o técnico local da EMATER e o prefeito da cidade declararam:

[...] o trabalho nas Associações em geral tem a função de organizar uma classe, que até alguns anos atrás era pouco valorizada, e que de alguns anos para cá, com a lei da Agricultura Familiar passou a ser mais bem representado junto ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O pequeno produtor desorganizado fica fora do mercado, fora das condições de compras melhores, então o objetivo foi organizá-los e capacitá-los para o mercado para que eles consigam sobreviver nessa economia. Com a capacitação passaram a ter condições melhores de se organizar, e buscar outras alternativas de comercialização. A APROCOR propiciou assistência técnica e disseminou a idéia de que trabalhar em conjunto é melhor para o pequeno produtor permanecer na propriedade, e colocar a produção no mercado e buscar preços melhores (Rinaldo – Chefe Local do Escritório da EMATER).

[...] a importância do associativismo é muito grande para o município de Corumbataí do Sul, pelo fato da união das pessoas em grupo e participar de uma sociedade organizada como é o caso da APROCOR, que conta com parceiros como a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Tecnológica do Paraná através do Projeto Universidade Sem Fronteira e da EMATER – Escritório de Corumbataí do Sul que juntamente com o município, vem solidificar a Associação, que já tem feito ao longo dos últimos 15 anos esse trabalho de grupo. Desta forma, o associativismo é de muita importância para o município, e que está dando certo aqui esse grupo, liderado pelos diretores da APROCOR e que agora paralelamente fundaram a cooperativa, dando uma esperança muito grande que ela trará muitos frutos para o município (Osney Picanço – Prefeito da Cidade de Corumbataí do Sul).

Atualmente, a APROCOR atua na comercialização de diversos frutos, capacitação de produtores e trabalhadores na produção do maracujá, no incentivo ao associativismo e cooperativismo, e no apoio ao desenvolvimento rural da região.

Conta com 236 associados, dos quais 150 são atuantes junto à associação. Atua em parceria com entidades como: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Federação da Agricultura do estado do Paraná, (FAEP) e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), ministrando cursos para capacitação dos produtores.

Constatamos, na pesquisa de campo que, a atuação da APROCOR junto aos produtores associados é significativa e dotada de sentimentos de solidariedade e cooperação. Imbricados na mesma luta, gestores e produtores buscam trilhar caminhos capazes de superar a discriminação e a exclusão social. Podemos, inferir então, que a criação da APROCOR como empreendimento associativo e autogestionário está diretamente ligada à dinâmica de desenvolvimento local.

4.4 Atuação Associativa da APROCOR

O avanço tecnológico e a globalização são apontados como os principais eixos de mudanças na atualidade. Essas mudanças, que vêm ocorrendo em velocidade superior às demais épocas, exigem dos homens, comportamentos e habilidades eficazes no desempenho das suas funções na sociedade. Essa observação nos leva a inferir que os escolhidos para liderarem determinada associação necessitam estar atentos ao papel do líder. Um líder necessita possuir capacidade para tomar iniciativa em situações sociais, de planejar, de organizar a ação e de suscitar colaboração. Não é qualquer indivíduo que tem a capacidade de influenciar, compreendendo aceitação voluntária e contribuição para que o grupo alcance seus objetivos. Nesse sentido, um dos gestores entrevistado no estudo explica:

[...] é um pouco difícil, por exemplo, porque você sabe a gente é produtor rural, então a gente está prestando um serviço, mas outro caso hoje você vê as condições da agricultura, então pra quem tem que administrar uma pequena propriedade e viver dela, não é difícil você administrar uma Associação onde você tem volume, você tem a qualidade, você tem pessoas, parceiros, tem funcionários também onde você pode determinar/ordenar alguma coisa, você pode ditar algumas regras e você tem liberdade para fazer isso, dá para encaixar as coisas e está dando certo até hoje (Olavo Aparecido, 41 anos – produtor e Presidente da APROCOR)

Outro gestor que também entrevistamos a respeito de seu papel de líder e coordenador geral da administração disse:

[...] três mandatos, ou seja, há seis anos na presidência e participo da Diretoria desde 2002, também participei da fundação da Associação. Na época eu trabalhava com café, aí aconteceram alguns problemas climáticos, e a gente veio tomar a decisão de mexer com frutas, mas antes mexia somente com café (Gerson Rodrigues, 32 anos – produtor e Gestor da APROCOR).

Percebemos, nos relatos dos entrevistados nessa pesquisa que a pequena propriedade rural de Corumbataí é caracterizada pela gestão familiar. A família trabalha e administra individualmente a pequena área de terra, própria ou de terceiros empregando, basicamente, mão-de-obra familiar, cuja produção é parcial ou totalmente orientada para o mercado.

A APROCOR iniciou a diversificação na pequena propriedade do município de Corumbataí do Sul com a cultura do maracujá, impulsionando assim o espírito associativista, uma vez que com a união dos produtores, trabalhando de forma conjunta e organizada, possibilitou escala de produção, passando a comercializar seus produtos de forma conjunta. Assim, conseguiram atingir mercados como das Centrais de Abastecimentos (CEASAS).

Os dados do Quadro 9 mostram a evolução da comercialização apoiada pelo associativismo. Em 2001, antes da associação iniciar a comercialização do maracujá, a produção era apenas de 3.000 kg. Em 2008, chegou a 899.063 quilos. Esse aumento se deve ao incentivo à diversificação. Os resultados significativos obtidos pela cultura do maracujá incentivaram a inserção de novos produtores na Associação que perceberam os benefícios proporcionados pela prática associativa.

Associar-se ou filiar-se a uma cooperativa era, para eles, uma opção de melhorar sua condição de vida, aumentar seus rendimentos e permanecer no campo.

Ano	Vendas à Indústria		Vendas à Mesa	
	Kg	Preço Médio/Kg	Kg	Preço Médio/caixa
2001	3.000	0,41	-	-
2002	30.000	0,43	-	-
2003	275.007	0,42	5.149	6,18
2004	613.068	0,37	7.988	7,22
2005	261.621	0,56	8.907	10,11
2006	416.724	0,57	30.159	10,35
2007	849.901	0,40	51.679	9,26
2008	899.063	0,44	46.857	10,51

Quadro 9 – Comercialização de maracujá pela APROCOR, 2001 a 2008

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2008.

[...] o sucesso da APROCOR eu atribuo a união dos produtores.

imagina nós da linha familiar trabalhar sozinho, competir nesse mercado aí que é gigantesco, talvez selvagem, então o produtor se une para ter volume por exemplo da produção, ele tem escala também, isso ajuda muito também, porque se você pegar o produtor isolado, isso nunca poderia ter acontecido (Gerson Rodrigues, 32 anos – associado/produtor e atual Presidente da COOPROCOR – Cooperativa dos Produtores de Corumbataí do Sul-PR).

Para permanecer no campo, os produtores de Corumbataí do Sul buscaram alternativas de renda diversificando sua produção e, com o apoio da Associação, inseriram a fruticultura em suas propriedades. A produção de frutas adaptadas às condições climáticas da região é uma alternativa viável devido ao baixo investimento inicial, disponibilidade de mão de obra familiar e rápido retorno do investimento. Além do maracujá, laranja comum, poncã, caqui, figo e uva, produzem batata-doce, abóbora e folhas, conforme quadro 10.

Diversificação	Caixa comercializada	R\$ valor recebido
Laranja comum	436	2.384,00
Poncã	1.134	6.804,00
Batata Doce	467	5.137,00
Caqui	521	6.252,00
Abóbora	1.150	460,00
Figo	70	105,00
Uva	23.464	10.522,80
Folha	14.930	11.944,00
TOTAL		43.608,80

Quadro 10 – Diversificação e comercialização, 2009

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2010 (registros gerenciais).

A diversificação da pequena propriedade hoje é uma realidade no município de Corumbataí do Sul. Grande parcela do sucesso com a diversificação deve ser estendida a APROCOR, como entidade que congrega os pequenos produtores engajados nas atividades produtivas e que encabeçou a bandeira do associativismo.

O pequeno produtor rural só consegue sobreviver na propriedade se trabalhar com diversificação de culturas e se receber apoio na comercialização. A política da APROCOR está voltada em auxiliar os produtores na comercialização de seus produtos com maior lucro, e uma gama de informações de mercado e treinamentos (Rinaldo, Chefe do Escritório Local da EMATER-PR).

Alguns depoimentos obtidos na pesquisa reforçam a contribuição da APROCOR na melhoria da qualidade de vida da população pela diversificação:

[...] eu acredito que a APROCOR trouxe a diversificação para o município, e o nosso município que é de solo acidentado e que concentra uma grande parcela da população na área rural, é de fundamental importância a diversificação porque vai reter o agricultor, porque o agricultor ao invés de sair, seus filhos saírem, eles vão ficar na propriedade gerando renda para a família (Cleber Aparecido, Comerciante do ramo de móveis e eletrodomésticos em Corumbataí do Sul-PR).

[...] o trabalho da APROCOR valorizou muito o pequeno produtor. A pequena propriedade estaria condenada a acabar, chegar um maior e comprar. Com a diversificação, que eles incentivam, inclusive tem uma engenheira agrônoma que está no campo direto incentivando o plantio maracujá, uva, caqui, abóbora e laranja, isso está incentivando o produtor a permanecer no campo, inclusive os filhos dos produtores estão permanecendo na propriedade, o que é muito bom (Anderson, Gerente da Cooperativa de Crédito)

[...] o resultado da diversificação com o maracujá é sentido no comércio. Durante os seis meses de colheita do maracujá, o comércio é um. Acaba a colheita, é outro. Por exemplo, no ano passado, não tivemos colheita de café, aí o comércio ficou mais fraco, fica uma lacuna de uns seis meses. O café é como uma poupança para o produtor e o maracujá é o dia a dia dele! Se não fosse o maracujá o comércio estaria falido. Hoje, vemos o contrário: com a introdução do maracujá, a cidade vem melhorando dia a dia. Até as lojas estão embelezando a cidade (Rinaldo, Chefe do Escritório Local da EMATER-PR).

Nome do Produtor	Valor em R\$	Média /Mês/Produtor
Claudemir Almeida Nascimento	8.080,24	1.010,03
Denílson Ferreira da Costa	5.842,57	730,32
Olavo Aparecido Luciano	5.491,66	686,46
Silverio F. Paglia	5.240,55	655,07
Total	24.655,02	

Quadro 11 – Receitas com Maracujá por ano/produtor- 2008

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2010.
Observação: média considerada nos 08 meses de produção/ano – Leonello, 2010.

No quadro 11 e figura 20, está demonstrada a título de ilustração a receita com a cultura do maracujá, que está na pauta da diversificação, obtida por três produtores escolhidos aleatoriamente junto aos controles internos da APROCOR, onde constatamos, por exemplo: o produtor Claudemir Almeida Nascimento gerou uma receita bruta com a cultura do maracujá de R\$ 8.080,24 (oito mil, oitenta reais, vinte e quatro centavos). Dividindo esse valor por 08 meses, período de duração da safra, temos um receita média de R\$ 1.010,03 (hum mil e deis reais e três centavos).

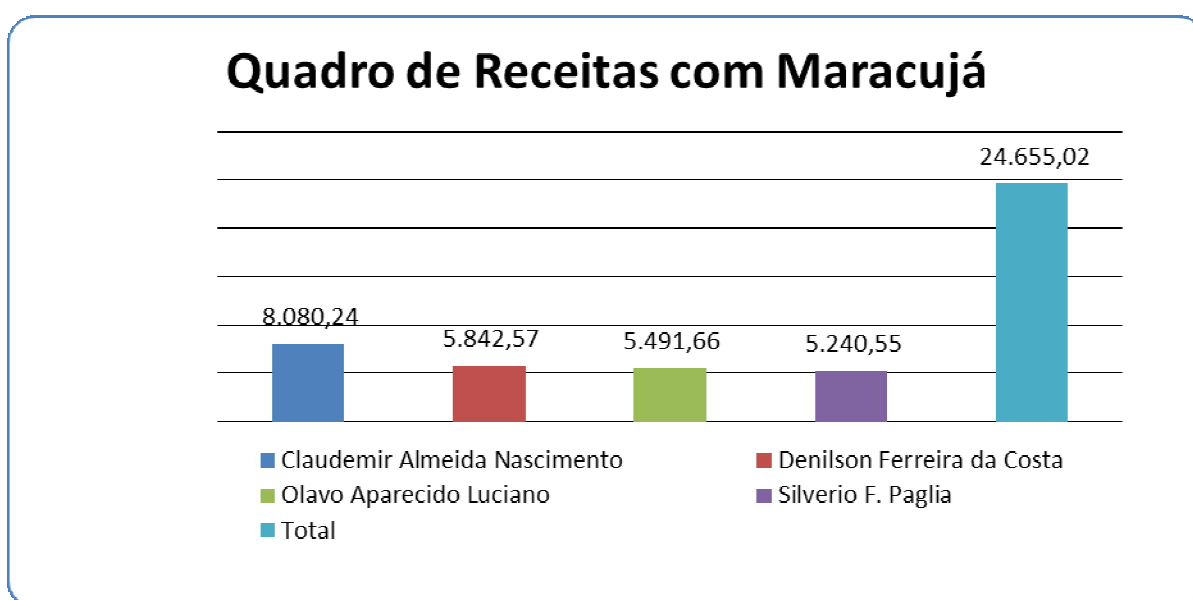


Figura 20 – Receitas com Maracujá – R\$/Produtor/Ano – 2008

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL - Leonello, 2010.

Cabe observar que essa renda é somente com a cultura do maracujá, não estando incluso neste valor receitas com café e leite, que são outros dois produtos da base de diversificação da pequena propriedade em Corumbataí do Sul, renda esta de fundamental importância para a atividade econômica do município.

A diversificação rural beneficia o produtor, fazendo com que ele fique menos vulnerável às intempéries climáticas como também às oscilações dos mercados de produtos. Com a monocultura o seu leque de opções se restringe a uma única cultura que, em certos momentos, pode não ser viável. Dessa forma, a diversificação valoriza o espaço das pequenas propriedades rurais e ajuda na maximização do lucro, já que esta pode utilizar a mão de obra, quase em sua totalidade, de pessoas que integram a família.

Importante também esta questão da diversificação para o comércio local, pois em um município onde o setor dinâmico da economia local é a agricultura, é importante que este seja gerador de produção e renda aos proprietários. O depoimento de um comerciante local confirma essa colocação:

Eu convivo aqui com a APROCOR desde que foi iniciada. A gente também trabalha no comércio, mas a formação e o conhecimento, primeiro vêm da agricultura. A gente veio da agricultura aqui de Corumbataí mesmo, meu pai também é agricultor [...], eu acredito que a APROCOR é de fundamental importância para todos nós, além de unir os produtores, ela oferece alguns benefícios, como por exemplo, agora vai ser construído um barracão, então a tendência dela é só fortalecer, a importância dela é para fortalecer a renda do agricultor, quer dizer fortalecendo o agricultor, nós do comércio também vamos ser fortalecidos, é uma corrente disso (Cleber Aparecido, comerciante do ramo de móveis e eletrodomésticos).

Pelo fato de estar organizado e quando a gente fala em diversificar fora de grandes centros, a gente não pode nunca esquecer da logística, não adianta, uma andorinha só não faz verão, a organização favorece isso, em ter um grupo maior facilita o acesso a tecnologia, demanda, logística, conhecimento favorece essa busca e ter um volume maior para colocar no mercado, porque a nível regional qualquer produção um pouco a mais encharca o mercado e o preço cai, por isso da importância da logística para colocar essa produção em outros mercados, e isso a APROCOR tem feito muito bem, inclusive colocando na CEAGESP em São Paulo (Rinaldo, Chefe do Escritório Local da Emater-PR).

Cidade	Kg prod.	Qtde Cx prod.	Receita Total (R\$)
Godoy Moreira	138.623	7.250,00	233.362,10
Quinta do Sol	7.321	22,50	5.966,66
Nova Tebas	52.883	2.141,50	82.651,60
Barbosa Ferraz	115.034	5.477,00	193.053,26
Peabiru	3.754	128,50	5.323,07
Fênix	2.238	104,00	3.482,23
Roncador	668	-	507,65
Iretama	60	16,00	408,45
Corumbataí do Sul	561.660	21.704,00	951.955,78
Total			1.476.710,80

Quadro 12 – Produção de maracujá por cidades da região, safra 2009
 Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2010.

O associativismo, iniciado pela APROCOR em Corumbataí do Sul conta atualmente, com aproximadamente 200 associados e está sendo expandido para outros municípios, onde conta com mais de 250 associados, nas cidades de Nova Tebas, Godoy Moreira, Quinta do Sol, Barbosa Ferraz, Peabiru, Fênix, Roncador e Iretama, que, acreditando no potencial de colocação da produção em mercados potenciais no estado do Paraná e fora dele, tem proporcionado volumes de produção, levando à

economia de escala, com resultados favoráveis nos preços praticados nestes mercados, melhorando o retorno sobre a produção de cada associado.

[...] a atuação da APROCOR é muito importante, porque valoriza o trabalho do pequeno produtor, essa unidade que existe através da associação, eles possam vender seu produto de forma mais valorizada, porque a produção dele sozinha é muito pouca, e não alcança um preço que vale...foi a associação que levantou os pequenos produtores do município e da região, porque ela atende pessoas de outros municípios (Pároco da cidade de Corumbataí do Su).

[...] o que levou é a própria comercialização, porque uma pessoa sozinha não consegue nada e juntando todo mundo você consegue comercializar e se é uma pessoa só não consegue nada (João Batista, Produtor e associado da APROCOR).

Nestes municípios, como condição de organização para trabalharem juntos, observamos que a APROCOR tem possibilitado o surgimento de novos grupos associativos, disseminando o espírito associativista nestas comunidades, como forma de enfrentamento ao êxodo rural¹³ e na busca da inclusão social dos produtores rurais, vislumbrando a melhoria das condições de vida das famílias envolvidas no processo, através da obtenção de melhores preços dos produtos comercializados em conjunto.

A exigência da busca pelo desenvolvimento do associativismo está diretamente ligada às necessidades de enfrentamento aos principais motivos que fazem com que grandes quantidades de habitantes saiam da zona rural para as grandes cidades, quais sejam: mecanização da agricultura que reduziu drasticamente o número de postos de trabalho no meio rural, busca de empregos com boa remuneração, qualidade de ensino, transporte, hospitais, entre outros.

Além do desemprego, o êxodo rural descontrolado causa outros problemas nas grandes cidades. Aumentando em grandes proporções a população nos bairros da periferia e, como são bairros carentes em hospitais e escolas, a população desses locais acaba sofrendo com o mal atendimento desses serviços. Outro problema enfrentado pelos municípios rurais em consequência do êxodo rural é a diminuição

¹³ O desencadeamento do êxodo rural é consequência, entre outros fatores, da implantação de relações capitalistas modernas na produção agropecuária, onde o modelo econômico privilegia os grandes latifundiários e a intensa mecanização das atividades rurais expulsa os pequenos produtores do campo, substituindo a mão-de-obra humana.

da arrecadação de impostos e dos repasses governamentais que, em muitos casos, estão atrelados ao número de habitantes e ao volume da produção agrícola.

O quadro 13 evidencia essa realidade, quando num período de sete anos, nestes municípios que hoje são parceiros da APROCOR nas práticas associativistas, houve reduções significativas da população rural, sendo esta parceria condição necessária ao enfrentamento desta problemática do êxodo rural.

Município	2000			2007			Variação (%) 2007/2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Araruna	9.134	3.947	13.081	9.538	3.112	12.650	4,42	-21,16	-3,29
Barbosa Ferraz	9.735	4.375	14.110	10.106	3.549	13.655	3,81	-18,88	-3,22
Campo Mourão	74.757	5.722	80.479	77.796	4.734	82.530	4,07	-17,27	2,55
Corumbataí do Sul	1.998	2.948	4.946	2.151	2.111	4.262	7,66	-28,39	-13,83
Engenheiro Beltrão	11.129	2.953	14.082	11.451	2.416	13.867	2,89	-18,18	-1,53
Farol	1.944	2.019	3.963	2.070	1.324	3.394	6,48	-34,42	-14,36
Fênix	3.836	1.106	4.942	3.965	906	4.871	3,36	-18,08	-1,44
Iretama	6.156	5.179	11.335	5.795	5.379	11.174	-5,86	3,86	-1,42
Luiziana	4.138	3.402	7.540	4.350	2.854	7.204	5,12	-16,11	-4,46
Mamborê	9.014	6.142	15.156	8.990	5.142	14.132	-0,27	-16,28	-6,76
Peabiru	10.491	2.991	13.482	10.773	2.256	13.029	2,69	-24,57	-3,36
Quinta do Sol	3.454	2.305	5.759	3.712	1.461	5.173	7,47	-36,62	-10,18
Roncador	6.826	6.806	13.632	7.159	5.106	12.265	4,88	-24,98	-10,03
Terra Boa	11.177	3.463	14.640	12.042	2.546	14.588	7,74	-26,48	-0,36
Sub-total	163.789	53.358	217.147	169.898	42.896	212.794	3,73	-19,61	-2,00
Total Mesorregião	251.528	95.118	346.646	257.508	73.712	331.220	2,38	-22,50	-4,45

Quadro 13 – Comparativo da População – Microrregião de Campo Mourão-PR
Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007.

O mapa representado na figura 21 contém as cidades integrantes da Mesorregião Centro Ocidental e dentre elas, as que por proximidade e problemas comuns, como no caso do êxodo rural, estão integradas ao associativismo desenvolvido pelos produtores rurais de Corumbataí do Sul, diminuindo o êxodo rural e melhorando as condições de vida dos produtores engajados neste processo, não estando representados neste mapa os municípios de Nova Tebas e Godoy Moreira, por pertencerem a outra Mesorregião. A respeito da expansão para outros municípios o prefeito de Corumbataí esclarece

[...] como é um grupo e organizado, os municípios próximos de Corumbataí do Sul incorporaram essa idéia e hoje vemos parcerias com produtores de outros municípios como de Nova Tebas, Barbosa Ferraz, Iretama, Fênix, Godoy Moreira, Peabiru entre outros, isso é fruto dessa organização e da seriedade que este grupo de produtores tem, com isso as coisas tem fluído positivamente para o município e para os produtores, inclusive de outras cidades próximas (Osney Picanço – Prefeito de Corumbataí do Sul-Pr).

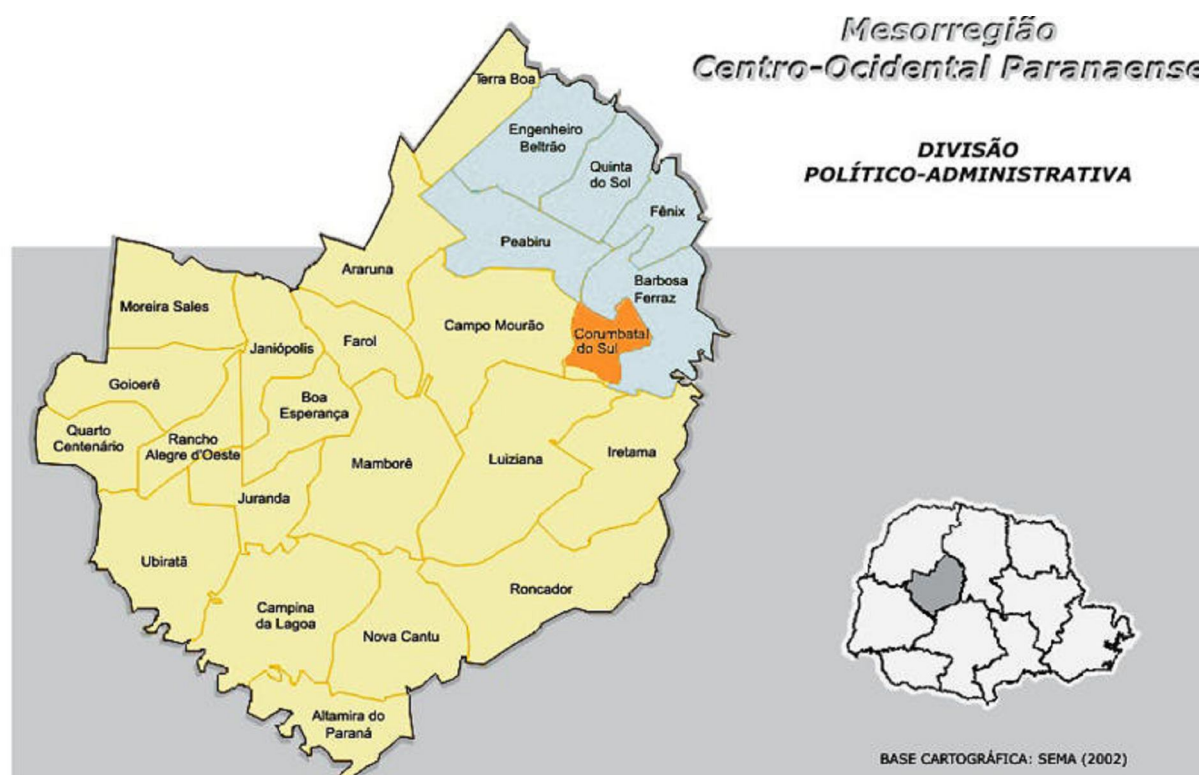


Figura 21 – Cidades da Meso Região Centro Ocidental e cidades atendidas pela APROCOR: Iretama, Fênix, Quinta do Sol, Peabiru, Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul

Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2004.

Os dados apresentados possibilitam inferir que a permanência extremamente duradoura desses produtores de pequeno porte no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. O associativismo, no caso específico de Corumbataí do Sul, promovido pela APROCOR, oferece aos produtores destes municípios apoio necessário que os ajuda a concentrar esforços para se desenvolverem no mercado onde atuam. Dessa forma, pode-se afirmar que o associativismo é uma alternativa de combate à exclusão social, uma vez que busca promover a melhoria de vida da população rural e, como consequência, torna-se um instrumento de desenvolvimento local, fortalecendo a economia por meio de geração de trabalho e renda.

Esse trabalho da APROCOR, podemos afirmar, é de inclusão social, porque muitos desses produtores poderiam estar inchando essas favelas dos grandes centros, eles estão conseguindo melhorar com a diversificação as condições da agricultura familiar no município, melhorou o padrão de vida dos associados e trouxe ele para uma sociedade mais capitalistas, para ele

poder comprar e vender melhor, isso está incluindo o associado. O que leva a pessoa a ir embora é o salário, por isso muitos vão embora, e até alguns anos atrás quando não tínhamos a diversificação, o produtor só via dinheiro uma vez por ano com a colheita do café e em anos de frustração de safra ele não tinha renda nenhuma, isso frustra o pequeno produtor, já com a diversificação ela trouxe mais renda, animou mais o pequeno produtor pois melhorou o padrão de vida dele, isso está incluindo ele com certeza (Rinaldo, Chefe do Escritório Local da Emater).

Porque aqui eu me sinto mais gente, uma pessoa conversa com um e com outro, um passa pro outro como trabalha, talvez uma saiba de um jeito, você não sabe, aí ela passa pra você e você passa fazer do jeito daquele um, e a gente passa pro outro na troca de conversa e um passa pro outro (João Batista – associado/produtor).

Portanto, as associações cooperativas e o trabalho coletivo, como é o exemplo da Associação de Produtores de Corumbataí do Sul, fazem parte do espectro relacionado ao universo da economia solidária, visto que nessas formas associativas há uma visível e presente solidariedade interna e não existe apropriação individual do lucro. Nesse enfoque socioeconômico, acreditamos que o associativismo tem uma ligação direta com a classe social e o meio onde o indivíduo vive, corroborando com a idéia de inclusão social por meio de projetos como este, relacionado ao cooperativismo associativo.

Observamos, pelos depoimentos obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa, que a APROCOR vem contribuindo para o aumento de renda e melhores condições de sobrevivência no meio rural, desenvolvendo ações que envolvem a diversificação de culturas no município.

O maracujá tem sido a principal fonte de diversificação no município há mais de 6 anos, atingindo aproximadamente 120 hectares de área plantada, produzindo aproximadamente cerca de mais de 1000 toneladas por ano, sendo 96% desta produção comercializados através da APROCOR.

4.4.1 Associativismo, Economia Solidária, Participação e Inclusão Social: a APROCOR enquanto Indutora desse Processo

As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, assim como os conselhos municipais de desenvolvimento rural, mostram-se como novas formas de agregação social que coexistem com outras categorias, como os grupos de interesse e os sindicatos, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Prevalece o entendimento de que se trata de organizações voluntárias, surgidas, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade.

As condições de competitividade que prevalecem hoje na economia colocam em dúvida as possibilidades econômicas e de inserção da agricultura familiar nos moldes tradicionais, sendo necessário, por conseguinte, levar em consideração os fatores internos e externos que afetam o funcionamento da unidade de produção.

Como fatores internos, devem ser mencionados o tamanho da propriedade, as relações familiares e os custos de produção e como externos, a política governamental, a tecnologia, as relações com órgãos representativos, a agroindústria e o mercado. Em razão das influências exercidas por tais fatores é que o produtor necessita estar preparado para agir em um ambiente de turbulência, que exige preparo, iniciativa, flexibilidade e criatividade.

Nesse sentido, Viegas (2004) coloca que as razões que levam um grupo de empresários, produtores rurais e outros segmentos a se unirem em uma associação estão relacionados ao fato de que a união e a organização são indispensáveis para o sucesso de qualquer grupo social.

No sentido de reverter esse quadro a APROCOR tem apoiado a implantação da diversificação de culturas e também a sua comercialização. O pequeno produtor rural só consegue sobreviver na propriedade se trabalhar com diversificação de culturas e receber apoio na comercialização. Por isso, a APROCOR auxilia os

produtores na comercialização de seus produtos com maior lucro, e uma gama de informações de mercado e treinamentos, estando inserida nas discussões da economia solidária, pois, reunindo a produção de vários produtores estão conseguindo formar um maior volume de escala com o qual está tendo maior condição de transporte e facilidade na comercialização.

A APROCOR vem contribuindo para o aumento de renda e melhores condições de sobrevivência no meio rural, desenvolvendo ações que envolvem a diversificação de culturas no município. Os diversos relatos revelam que a Associação promove o desenvolvimento rural, gera renda, melhora o relacionamento entre o agricultor e a terra e, conseqüentemente, melhora as condições de vida dos produtores rurais.

O associativismo tem sido uma alternativa de apoio ao desenvolvimento local, auxiliando no desenvolvimento socioeconômico de Corumbataí do Sul. Esse fato ficou explícito nos relatos:

Minha experiência se não fosse hoje a APROCOR aqui em Corumbataí, os produtores a maioria já tinha ido embora, porque se dependesse de outro órgão para ajudar o povo não tinha (João Batista, associado/produtor)

É porque você vê, sendo associado você vem aqui, tem agrônomo, tem insumos, se eles não têm, eles pedem em algum lugar, você fica mais a vontade, você conta com isso, vou passar na APROCOR, agora com esse negócio do leite, tem veterinário, tem tudo isso, isso é uma vantagem muito grande (João Gomes – associado/produtor).

Com certeza, o associativismo que a APROCOR pratica no município é divisor de águas, aqui só tem uma cooperativa privada, diferente, que é maior e não tem o intuito de trazer ações para melhorar a cidade como a APROCOR tem, além dela ser nata aqui, ela tem grande chance de se desenvolver tanto ela como o produtor e a cidade, é um divisor de águas ela trouxe algo diferente, trouxe o que a cidade estava precisando. Em números não vou saber precisar, mas eu acredito que ela tem uma importância econômica muito grande porque esses produtos nem eram produzidos aqui, hoje são produzidos aqui, tem uma parte saindo in natura, mas já sabemos que tem uma parte que vai sair processada, quer dizer é de suma importância porque além de agregar renda, uma boa parte dessa renda fica retida na cidade (Cleber Aparecido – comerciante do ramo de móveis e eletrodomésticos)

Os relatos também possibilitaram verificar que a APROCOR contribuiu para resgatar a cidadania,

E uma contribuição muito grande, se eu tivesse começado antes, eu teria feito menos coisa errada na minha vida. O conhecimento que ela traz para gente é muito importante e, se a gente consegue melhorar alguma coisa na casa da gente, a família inteira resgata a cidadania, isso é muito importante, hoje a gente tem uma condição de vida melhor e, é graças às condições que nós tivemos de comercialização daquilo que produzimos que isso foi possível (Jair Elias – associado/produtor e Vice Presidente da APROCOR)

Enfim, entre medidas, ações e estratégias tomadas pelos produtores e gestores da Associação fica nítido que a organização, a união e a parceria são fatores relevantes de uma vida associativa, refletindo diretamente na economia local. Como observamos no Quadro 14, a importância do setor agrícola na geração do Valor Adicional Fiscal, em que para o ano de 2008, este setor contribui com 76% da composição do mesmo, em torno deste é que gira a economia local, por isso a importância do fortalecimento deste segmento.

VAF – Valor Adicionado Fiscal	2005	(%)	2006	(%)	2007	(%)	2008	(%)
Total	10.078.269	100%	13.633.309	100%	10.896.842	100%	14.848.349	100%
Primária	8.230.067	82%	11.093.856	81%	8.646.827	79%	11.339.545	76%
Indústria	691.693	7%	741.473	5%	709.622	7%	760.108	5%
Comércio e serviços	1.156.509	11%	1.797.980	13%	1.540.393	14%	2.748.696	19%

Quadro 14 – Valor Adicionado Fiscal – em R\$ 1,00

Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2010.

Nesse sentido, um comerciante que foi entrevistado nesta pesquisa declara:

A APROCOR para nós aqui de Corumbataí do Sul, não só para nós do comércio, mas de uma forma geral para os agricultores também, gerou aumento de renda e o movimento na cidade desde o pequeno da roça, o caminhoneiro com o frete. Sem dúvida, vemos que o comércio, no período da colheita do maracujá, movimenta, melhora a arrecadação, só pelo número de cheques emitidos pela Associação. O pessoal vem pagar as contas ou fazer novas compras, pagando com o cheque da APROCOR, e isso mostra a importância dela, porque ela tirou de cena vários atravessadores, isso agrega valor aos nossos produtos.

A dinâmica da economia e a divisão internacional do trabalho estimularam o segmento empresarial aplicado à agricultura, objetivando maior participação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional, assim como a implantação e desenvolvimento do capital industrial no Brasil. Esse processo alterou as relações

sociais de produção, reduzindo o trabalho no campo a partir da utilização de tecnologias destinadas ao aumento da produtividade da terra e do trabalho.

Apesar dessa realidade, Corumbataí do Sul ainda convive com um processo diferenciado, que pelas características geográficas já mencionadas, ainda convive com aproximadamente 50% da sua população na zona rural, sendo esta a grande empregadora da mão-de-obra local, conforme podemos observar no quadro 10.

Segundo um gerente de uma cooperativa de crédito local explica:

A APROCOR na verdade é uma parceira mesmo, porque ela ta incentivando a produção, com sua atuação esta possibilitando que o setor primário no município de Corumbataí do Sul, seja o que mais absorve a mão de obra local, que na sua grande maioria é desqualificada, e nós sentimos bastante aqui na época dos pagamentos, por exemplo nos vivemos muito em função do pagamento dos aposentados e dos funcionários da prefeitura, temos quinze dias do mês que pagamos aposentados todos os dias e no último dia do mês paga-se os funcionários da prefeitura, nos outros quinze dias são parados, bem como todo o comércio da cidade, na época da colheita do maracujá, quando a APROCOR paga os associados duas vezes na semana, movimenta a cidade de novo, isso para o município é excelente, e a gente percebe quanto esta pagando o maracujá gira o dinheiro mais pessoas sendo absorvidas pela atividade (Anderson – Gerente da Sicredi).

O quadro 15, abaixo, vem confirmar o que o Gerente da Cooperativa de Crédito declara quanto à absorção da mão-de-obra e quanto este participa com 67,35%. Por isso a importância da união de esforços entre os parceiros em busca do fortalecimento deste segmento organizado, ficando em segundo lugar o setor de serviços, com 30,52% cabendo, aqui, uma observação importante: neste segmento, estão registrados os empregos gerados pela administração pública municipal que, em municípios com características rurais e pouco expressivo no setor industrial, este segmento é um dos que mais empregam na cidade.

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	(%)
Setor Primário – agricultura/pecuária.	1.459	67,35
Setor Secundário – Indústria	46	2,13
Setor Terciário – comércio e serviços	661	30,52
Total	2.166	100,00

Quadro 15 - População Ocupada segundo Atividades Econômicas 2000
Fonte: IBGE, 2000.

Segundo dados do censo demográfico do IBGE (2000), a população ocupada segundo ramo de atividade econômica evidencia a grande importância do setor primário na utilização da mão-de-obra ocupada, o que equivale a dizer que a importância política da APROCOR, no sentido de desenvolver atividades produtivas, via diversificação, procurando gerar renda aos produtores rurais, é de suma importância.

Todos os programas de inclusão do governo, por maiores e melhor elaborados que sejam, são insuficientes para um País de dimensões continentais como o Brasil. É importante o apoio da estrutura governamental, mas não pode ser encarada como a muleta de sustentação para o resto da vida, pois todo ser humano é dotado de capacidade de sobrevivência; uns com maiores potenciais e outros com menores, porém ninguém é totalmente desprovido dessa virtude. É dentro desse contexto, que o homem busca suas próprias alternativas de vida.

Foi pensando dessa forma, que os gestores da APROCOR, numa atitude empreendedora, estão partindo para a verticalização das atividades da associação, com a construção da primeira agroindústria no município de Corumbataí do Sul, buscando agregar valor à produção de maracujá, com a implantação de uma agroindústria de processamento de polpa de frutas.

Atribuo o sucesso da APROCOR a força de vontade do produtor teve e a necessidade de diversificação, o produtor tava dentro da dificuldade que era a monocultura do café e ele busca a diversificação e faz com muito carinho em cima da tecnologia bastante forte da agricultura familiar desde o plantio até a colheita, o produtor fez esse aprendizado e buscou a essa alternativa diversificação, eu atribuo o sucesso da Associação a maneira como o produtor vem trabalhando nesses últimos anos, e agora com a instalação da agroindústria, onde vamos processar toda a produção aqui mesmo em Corumbataí do Sul, vamos poder pagar melhor o matéria prima que vem do produtor (Olavo Aparecido – associado/produtor e Presidente da APROCOR).

[...] ..principalmente Corumbataí do Sul que era especialmente cafeeiro e com a decadência do café, havia a necessidade da diversificação, sendo o maracujá que é o carro chefe, hoje estamos implantando outras atividades conjuntamente com a APROCOR, como o leite, uva, laranja, tomate e estamos colaborando também na implantação de uma agroindústria para processamento do maracujá, transformando em polpa de fruta e com o apoio das parcerias que eu já havia comentado nosso município só tem a ganhar e é claro com essa diversificação a qualidade de vida dos produtores e seus familiares será melhor, pois a diversificação está gerando renda aos produtores (Osney Picanço – Prefeito de Corumbataí do Sul-PR).

Por empreendedorismo, entendemos a propensão e habilidade apresentadas pelos gestores da APROCOR para tomarem iniciativas e agirem considerando a inovação e o risco; a capacidade de adotar novas idéias e, com base nelas, utilizar, de modo criativo e eficiente, os recursos disponíveis e acessíveis; a aptidão para visualizar antes dos demais as oportunidades que surgem com as mudanças ocorridas na realidade em que vivem.

Segundo Schumpeter (1950), o empreendedorismo torna mais intensa a destruição criativa através dos mercados e indústrias, criando, simultaneamente, novos produtos e modelos de negócios. Assim a destruição criativa é a grande responsável pelo dinamismo das indústrias e pelo crescimento econômico de longo prazo.

É nesse ponto que o cooperativismo alia-se ao empreendedorismo, já que uma associação tem por objetivos estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas e sociais de seus associados, por meio da ajuda mútua. O empreendedorismo dinamiza e abre novas perspectivas dentro do mercado competitivo.

Diante desse contexto, a APROCOR pretende, através da agregação de valor ao produto in natura, maximizar os lucros dos produtores, empreendendo com uma agroindústria de processamento de polpa de frutas, ampliando as margens de lucro dos produtores.

A polpa de maracujá será o principal produto objeto do processo industrial, tomando-se por base a quantidade comercializada na safra 2008 de produto in natura destinada às indústrias processadoras, que somou 882.441 kg. Comercializado a uma média de R\$ 1,20/kg, importou numa receita global de R\$ 1.058.929,20.

Num processo comparativo, essa mesma quantidade de 882.441 kg, industrializada resultaria em 405.923 kgs de polpa de maracujá. Para um rendimento de 46%, comercializado a um preço médio de R\$ 8,20/kg, resultaria numa receita de R\$ 3.328.568,80, demonstrando o valor agregado ao produto in natura.

Outro fato importante é o aproveitamento dos resíduos gerados pela agroindústria, como sementes e casca, sendo comercializados pela associação, com as sementes representando 7% dos resíduos gerados pela agroindústria, e o demais resíduos, 39%, referem-se à casca do maracujá.

Para assessorar a APROCOR na implantação da agroindústria de processamento de polpa de frutas, a mesma conta com o apoio do projeto de implantação e desenvolvimento de tecnologia para a produção de polpa de frutas em escala comercial, projeto este que faz parte do Sub-Programa Extensão Tecnológica Empresarial do Programa de Extensão Universitária mantido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) em parceria com a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus de Campo Mourão (UTFPR).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos uma geração que tem enfrentado uma série de mudanças em relação a conceitos como: tecnologia, educação, informação, trabalho, geração de renda, saúde entre outros. Os objetivos humanos, independente de onde residimos, se na área urbana ou rural, têm se distanciado, um do outro, a cada dia numa série de expectativas voltadas a satisfazer as insaciáveis e diferentes necessidades de consumo das camadas sociais.

Tais anseios, não estão pura e simplesmente, ligados aos bens materiais, mas também, às prioridades inerentes da própria época em que vivemos tais como, trabalho, segurança, saúde, educação e diversão entre outros, que são primordiais para todo indivíduo e, portanto, para toda sociedade. Nenhum homem é uma ilha. Todo ser humano tem necessidades e objetivos individuais e imediatistas, porém, muitos deles são comuns, e é neste raciocínio, que este trabalho está voltado para uma reflexão sobre a importância do associativismo para se alcançar alvos comuns.

Neste sentido, este estudo, teve como denominador comum o fato de que o associativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, viabilizando maior participação social e estreitando os laços entre a sociedade organizada e o poder público, sob todas as suas dimensões, sendo assim, consideramos que o mesmo se insere como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social.

As discussões sobre políticas públicas, oportunidades e limites voltados ao fortalecimento da economia solidária em Corumbataí do Sul-PR, como espaço de desenvolvimento do associativismo foram sendo construídas durante todo desenvolvimento da pesquisa realizada no período de 2007 a 2010.

As articulações entre o arcabouço teórico e a realidade cotidiana foram construídas tomando por base o debate político e sócio-econômico que envolve a temática sobre a economia solidária.

Nesta perspectiva, refletimos num primeiro momento, sobre a inserção do associativismo no contexto da economia solidária, apresentando-o como alternativa viável de desenvolvimento local e sustentabilidade social.

Em Corumbataí do Sul e tendo a APROCOR como espaço da economia solidária identificamos que a combinação de desenvolvimento e sustentabilidade pode, neste sentido, ser alcançada e potencializada a partir dos propósitos da economia solidária, de gerar renda de forma sustentável, por meio da cooperação dos trabalhadores, com processos autogestionários entre os integrantes da associação e os demais trabalhadores na sociedade

Diante da abrangência do assunto, optamos por avaliar a real situação dos produtores rurais de Corumbataí do Sul, no Estado do Paraná, em relação ao processo de fragilização das relações no campo, principalmente quando falamos em agricultura familiar, que durante o processo de modernização da agricultura, intensivo em capital (mecanização, aquisição de máquinas e implementos, fertilizantes e defensivos) foi relegado a segundo plano nas políticas agrícolas do Governo Federal, cujos reflexos ainda são sentidos no meio rural.

As dificuldades e situações problemas enfrentadas pelos produtores de Corumbataí do Sul impuseram a estes, escolhas muitas vezes radicais entre sair de seu lugar de origem e ficar nele, foram decisivas para fazer com que um pequeno grupo de produtores refletisse sobre as possibilidades de não sair de uma região que tem toda uma história, construída por relações afetivas e culturais, entre indivíduos e a terra e apostar no direito de ficar e intervir sobre este espaço de vida, criando mecanismos de participação para adquirir qualidade de vida melhor para si e para sua família com extensão a comunidade local.

Constatamos que em geral houve melhoria na qualidade de vida dos agricultores após a formalização da APROCOR, da diversificação da agricultura e da disseminação do associativismo entre eles, independentemente da sua participação na entidade; no entanto, evidencia-se que é de fundamental importância à participação dos agricultores em sua associação, para opinar sobre as escolhas dos

projetos de desenvolvimento comunitário a serem implantados, tendo em vista a importância da história de vida dos mesmos para o bom desempenho dos projetos.

Identificamos a construção de vínculos sociais (construção da cidadania, organização social e participação social) na formação de identidade coletiva, quando observamos a atuação da APROCOR na busca por traçar ações que viessem contribuir para que o meio rural de Corumbataí do Sul alcance o desenvolvimento local. Neste sentido, atribuímos à Associação os méritos dessa façanha.

Podemos constatar que empreendimentos de economia solidária de agricultores, organizados como a APROCOR em Corumbataí do Sul-Pr, possuem um potencial emancipatório que deve ser incentivado, pois possibilitam maior autonomia destes frente ao mercado, que não tem preocupações com setores de menor inserção econômica, e também frente ao estado, na medida em que deixam de ser vistos apenas na condição de “clientes” das benesses públicas e passam a ser construtores de políticas públicas, contribuindo de maneira geral para a democratização do estado e universalização de ações de desenvolvimento mais inclusivas.

Sabemos que os problemas em nosso país são crescentes, sejam eles de ordem política, econômica ou social, cujos impactos sobre a população são percebidos claramente, agravando as diferenças sociais, num cenário de desemprego, exclusão, precariedades e individualismo, onde as práticas capitalistas de mercado, só reafirmam as desigualdades. Essas questões nos remetem a diferentes formas e práticas de sobrevivência, e uma delas é o associativismo como forma de garantia de direitos sociais mínimos e de extrema relevância no mundo contemporâneo.

O associativismo, assim como outras formas de movimentos sociais, possui suas especificidades e características, pois existem diferenças regionais, no grau de seu desenvolvimento onde ações como estas, surgem e se desenvolvem compatibilizando com as necessidades sociais contemporâneas de um desenvolvimento multicultural e solidário.

A pesquisa tomou como princípio as diversas contribuições teóricas sobre associativismo, para destacar, num cenário mais amplo a realidade em que se inscreve o caso do município de Corumbataí do Sul. Os caminhos percorridos até o momento permitiram perceber que a adesão dos produtores rurais ao associativismo, embora consistente, ainda se mostra insuficiente para conter desigualdades sociais e econômicas, e, em maior instância, as desigualdades políticas.

Percebemos que há necessidade de persistirem nesse caminho soerguendo uma cultura de jeitos próprios de solucionar problemas, desenvolvendo ações de enfrentamento às dificuldades, à apatia e exclusão social, visto ser na intensificação da resistência dos agentes humanos que está à possibilidade de superar enfoques assistencialistas e construir-se o poder propositivo de ação, estratégico da vida associativa para a melhoria da produtividade social.

Observamos que a força social está na capacidade de, num processo de diálogo construtivo, ampliar o conhecimento, daí a capacidade de ação do grupo se estabelece e as atividades realizadas de forma comunitária e, em essência, coletiva determinam um processo de cidadania emancipada, fortalecem e estendem as discussões, induzindo e assentando o processo de desenvolvimento, originalmente local. Nesse sentido, é elucidativo lembrar que o conjunto da literatura pertinente ao tema mostra que esse ainda é carregado de muitas transições e idéias. Vislumbra-se aí a oportunidade de dar unicidade à vida social e política desses trabalhadores.

Resgatamos o conceito de economia solidária, e vimos que o mesmo designa, antes de tudo, inúmeras experiências, e que configura um imenso campo que possui uma grande diversidade. Porém, é preciso realçar que uma das originalidades da economia solidária é ela estar no mercado sem se subordinar à busca do lucro máximo, como se evidencia pelos seus empreendimentos se guiarem pela prática do preço justo.

O campo das economias solidárias também permite ver bem claramente: a preocupação com a rentabilidade econômica não se exclui, mas suas operações se pautam pelo respeito a valores éticos e humanistas. Quando um empreendimento

econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função de uma perspectiva social, então esta empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Esta é a novidade da economia solidária.

É característico das atividades econômicas que estamos tipificando como solidárias o fato da acumulação material que aportam estar submetida a limites, porém sem deixar de possibilitar a reprodução ampliada da vida (a melhoria das condições de vida), ou seja: não estamos falando da reprodução simples de mercadorias, de atividades meramente de subsistência, de uma economia pobre para pobres. Trata-se de uma economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder; que tanto está a contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas de forma sustentável no longo prazo, pois traduz-se em economias internas (eliminam-se os atravessadores), menores custos de produção e, conseqüentemente, em maior capacidade de acumulação; quanto já se impõe enquanto um novo padrão de relacionamento humano.

Finalmente, reforçamos, que nosso trabalho de pesquisa, por seus limites e complexidade, não se esgota, mas instiga a procurar outras explicações, novos contextos, pois a construção do conhecimento adquirido nesta investigação exige partilha além de novos olhares.

O conteúdo será disponibilizado como mais uma tese concluída pela Universidade Estadual Paulista e, certamente, gerará artigos científicos. Por esse motivo, se faz necessário que a divulgação dos dados apresentados seja partilhada em encontros no espaço das associações de produtores rurais em diversos municípios, para que gestores e produtores, enfim, a sociedade como um todo, se beneficie dessa estratégia de desenvolvimento local que oportuniza aos cidadãos e cidadãs melhoria nas condições de vida.

A forte presença de empreendimentos econômicos solidários, como este, é encontrado sob variadas denominações e em várias regiões de nosso Brasil, exigindo desta forma que políticas públicas sejam reproduzidas pelos poderes públicos nos três níveis, federal, estadual e municipal, para um melhor ajuste das medidas e ações de fomento e apoio a esse cada vez mais expressivo segmento.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp. 2007.
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA : FAEPE, 1997.
- ALMEIDA, Bernadete de L. Figueirêdo de As expressões da pobreza segundo os atuais usuários dos programas de proteção social: a predominância dos “novos pobres”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., 2000, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: UnB, 2000. p. 43-48.
- ANDRADE, Áurea Andrade Viana. **Vila rural da microrregião geográfica de Campo Mourão**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. (Brasil urgente).
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL. **Registros gerenciais**. Corumbataí do Sul, 2005.
- _____. _____. Corumbataí do Sul, 2008.
- _____. _____. Corumbataí do Sul, 2010.
- BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: BALSÁ, Casimiro M.; BONETTI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Org.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006. (Método e teorias).
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Políticas e Programas na Educação Superior: PROEXT**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=442&Itemid=303>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento. IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v. 2.

_____. **Censo agropecuário Paraná: 1970, 1980, 1996**. Rio de Janeiro, 1970 -1996.

_____. **Censo agropecuário: taxa de analfabetismo**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de referência em economia solidária: plano de qualificação nacional**. Brasília, DF: SENAES, 2005. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2002.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUNCHAFT, Alexandra Flávio. **A identidade do trabalhador cooperado em uma organização popular e solidária de trabalho: o caso da Cooperativa de Mulheres do Parque São Bartolomeu**. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.pospsi.ufba.br/Alexandra_Bunchaft.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CAMPOS, Márcia Maria da Cruz e. **Processo de desenvolvimento local: uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente**. 2003. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CANTERLE, Nilsa Maria G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares no desenvolvimento rural**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000.

CARVALHO, Horacio Martins de. **A participação e a organização consensuadas como uma das dimensões da cidadania**. Brasília, DF: SEPLAN-PR, 1994. (Projeto Áridas, GT VII – Integração com a sociedade).

CARVALHO, Sonia Marise Salles. Desafios dos vínculos sociais na sociedade do trabalho contemporâneo. In: FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 18 mar. 2009. Disponível em: <<http://btdt.bce.unb.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lúcia. (Org.). **Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELÕES, Liliane. **Agricultura familiar ocupa maior parte da área rural brasileira.** 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLOMONOS, Ariel. Emergence d'un objet et perspectives internationalistes. In: _____. (Dir.). **Sociologie des reseaux transnationaux: communaute, entreprises e individus: lien social e systeme international.** Paris: L'Harnattan, 1995.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Business research methods.** 8th ed. Boston: Irwin : McGraw-Hill, 2003.

DEMO, Pedro. **O Charme da exclusão social.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Polêmicas do nosso tempo, 61).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE. **Principais vias de acesso à Corumbataí do Sul.** Paraná, 2002. (mapa).

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996: Revisitando o problema da participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.14, n. 41, p. 90-102, out. 1999.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Zenaido Lima. **Formas de intervenção institucional: percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizados em associações comunitárias.** Viçosa: Ed. UFV, 1998.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da economia solidária.** In: PLENÁRIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: ago. 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análises & Dados**, Salvador, v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2002.

_____. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: _____ et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

_____.; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dádiva. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 14, p.153-183, jan./abr. 1999.

FRANCO, Augusto de. **Além da renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Brasília, DF: Millennium, 2002.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jul. 2007.

_____. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 242-264, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf>>. Acesso em: fev. 2010.

FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.11-19, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/.../0>>. Acesso em: fev. 2010.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago. 1995.

GONÇALVES, José Sidnei; SOUZA, Sueli Alves Moreira. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. Instituto de Economia Agrícola. 16 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

INOJOSA, Rose Marie; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Práticas e saberes: desafios e inovações em gestão social. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 171-180, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php?id=449&article>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Mesorregião centro ocidental paranaense**. 2004. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: jan. 2010.

_____. **Cadernos municipais**. 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: jan. 2010.

_____. **município de Corumbataí do Sul**: localização. 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: jan. 2010.

_____. **município de Corumbataí do Sul**: VAF. 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: jan. 2010.

_____. **IDH-M**: Corumbataí do Sul. 2007. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: jan. 2010.

_____. **Pobreza do estado do Paraná**. 2000. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: jan. 2010.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNSEP-FHDSS, 2006.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Metodologia e conhecimento científico**: horizontes virtuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a.

_____. **Metodologia de avaliação qualitativa de programas sociais**. Ribeirão Preto: Ed. UNAERP, 2007b.

_____. Introdução. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2004.

LIMA, Sandra Maria Faleiros. **ONGs**: uma investigação sobre sua natureza. Campina, SP: [s.n], 2002.

LISBOA, Armando Melo de. **A economia popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: censo agropecuário. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 maio 2010.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: censo agropecuário: população de Corumbataí do Sul-PR. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 maio 2010.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: censo agropecuário: taxa de urbanização. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 maio 2010.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: censo agropecuário: divisão territorial de Corumbataí do Sul-PR. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 maio 2010.

MIRANDA, Denise de. **Associativismo rural, agroindústria e intervenção**: estudo de caso em uma associação de produtores familiares. 1998. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1998.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 1991. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 1991.

MUENCHEN, José Valdemir. **O planejamento e o controle da produção em associações de pequenos agricultores**. 1996. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1996.

NASCIMENTO, Aline Fátima do. Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do serviço social. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, dez., 2007. Disponível em: <http://www.marsol.ufba.br/wiki/pub/MarSol/ItemAcervo11/Economia_Popular_Solid%e1ria_artigo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Programa Universidade Sem Fronteiras**. 2009. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Novos movimentos sociais e econômicos: economia solidária e comércio justo. **Otra Economía**: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 74-92, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia/picolotto3.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Boletim Mercado de Trabalho**, Brasília, DF, n. 24, p. 23-34, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

PORTILHO, Fátima. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Dossiê: Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 199-204, out. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/.../11043>>. Acesso em: fev. 2010.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Vera Lucia. **O associativismo em questão: os empresários dos complexos sucro-alcooleiro e citrícola**. 1998. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/arquivoLista>>. Acesso em: jun. 2007.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Tomo**, São Cristóvão, v. 7. p. 75-104, 2004. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Ed. USP, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos. (Coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, socialism, and democracy**. New York: Harper and Row, 1950.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. (Economia & planejamento. Teses e pesquisas).

SILVA, Ricardo Oliveira da. Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães um debate interpretativo sobre a questão agrária nos anos 1960. **Cadernos de História**, ano 2, v. 4, n. 2, p. 120-129, 2007. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>>. Acesso em: maio 2010.

SILVER, Hilary. Exclusión social y solidaridad social: tres paradigmas. **Revista Internacional del Trabajo**, Ginebra, v. 113, n. 5-6, p. 607-662, 1994.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Herbert. **Acervo IBASE Memória**. Rio de Janeiro, nov. 1993.

SOUZA, Maria de Lourdes Oliveira. **Participação em associação de pequenos produtores: dilemas de administração coletiva**. 1995. Dissertação (Mestrado em Administração Agrícola) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1995.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 107-122, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEGAS, Flávio C. Pinto. Editorial. **Informativo Associtrus**, Bebedouro, ano 1, n. 1, p. 2, fev. 2004.

VILLASANTE, Tomás R. Estado, sociedade e programações alternativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 97-106, jan./abr. 1999.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAPATA, Tânia et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE ATUAL DA APROCOR DE
CORUMBATAÍ DO SUL-PR**

APROCOR NA VISÃO DOS GESTORES	
1 IDENTIFICAÇÃO	2 ROTEIRO DE ENTREVISTA
<ul style="list-style-type: none"> – Nome – Idade – Escolaridade – Naturalidade – Tempo de atuação na Associação 	<ul style="list-style-type: none"> – Considerando que Corumbataí do Sul teve uma redução de mais de 50% na sua população nos últimos 20 anos, (dado comprovado pelas informações estatísticas do IBGE), a que fator(res) o Sr. atribui essa redução? – No sentido de reverter esse quadro, a APROCOR tem apoiado a implantação da diversificação de culturas no município e também a sua comercialização? – Quais ações ou programas foram e estão sendo implementados pela Associação em benefício dos produtores? – A que você atribui o sucesso da Associação? – Em sua opinião, o associativismo tem sido uma alternativa de apoio ao desenvolvimento local? Tem auxiliado no desenvolvimento socioeconômico de Corumbataí do Sul? – Fale sobre sua experiência junto à APROCOR: Há quanto tempo está na presidência, se você participou do processo de formação da Associação e de que forma. – Poderia sintetizar a representação/importância da APROCOR para os produtores/associados, para a sociedade, para o comércio local e para o município?

Obs.: Estas perguntas serviram como instrumento norteador da entrevista. À medida que houve necessidade, outras questões foram sendo efetuadas.

**APÊNDICE B – ENTREVISTA COM PRODUTORES ASSOCIADOS DE
CORUMBATAÍ DO SUL-PR**

APROCOR NA VISÃO DOS ASSOCIADOS	
1 IDENTIFICAÇÃO	2 ROTEIRO DE ENTREVISTA
<ul style="list-style-type: none"> – Nome – Idade – Escolaridade – Naturalidade – Tempo de atuação na Associação 	<ul style="list-style-type: none"> – Fale sobre sua experiência junto à APROCOR. – Fale sobre o processo de formação da Associação. – Quais ações ou programas que foram e que estão sendo implementados na Associação são considerados benéficos aos produtores? – O que levou a associar-se? – Que atividade realiza junto à Associação? – Estar inserido na Associação proporciona algumas facilidades em relação ao desenvolvimento de sua propriedade? Comente. – Fale sobre as dificuldades da Associação para com os produtores. – A que você atribui o sucesso da APROCOR? – Para você, o que é associativismo? O que essa forma de economia solidária representa para você?

Obs.: Estas perguntas serviram como instrumento norteador da entrevista. À medida que houve necessidade, outras questões foram sendo efetuadas.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM COMERCIANTES DE CORUMBATAÍ DO SUL-PR

APROCOR NA VISÃO DOS COMERCIANTES	
1 IDENTIFICAÇÃO	2 ROTEIRO DE ENTREVISTA
<ul style="list-style-type: none"> – Nome – Idade – Escolaridade – Naturalidade – Ramo de atividade 	<ul style="list-style-type: none"> – Em sua opinião, qual a importância da APROCOR para o município de Corumbataí do Sul? – O que tem a dizer sobre o fato de a APROCOR ser apontada como um divisor de águas para o setor agrícola de Corumbataí do Sul? Por quê? – Em termos econômicos, qual a contribuição da APROCOR para o município de Corumbataí do Sul? – Você acredita que o sucesso da diversificação da agricultura no município deve-se em grande parte, à atuação da APROCOR? Por quê?

Obs.: Estas perguntas serviram como instrumento norteador da entrevista. À medida que houve necessidade, outras questões foram sendo efetuadas.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM POLÍTICOS DE CORUMBATAÍ DO SUL-PR

APROCOR NA VISÃO DO PODER PÚBLICO	
1 IDENTIFICAÇÃO	2 ROTEIRO DE ENTREVISTA
<ul style="list-style-type: none"> – Nome – Idade – Escolaridade – Naturalidade – Setor de trabalho na área pública 	<ul style="list-style-type: none"> – Em sua opinião, qual a importância da APROCOR para o município de Corumbataí do Sul? – O que tem a dizer sobre o fato de a APROCOR ser apontada como um divisor de águas para o setor agrícola de Corumbataí do Sul? Por quê? – Em termos econômicos, qual a contribuição da APROCOR para o município de Corumbataí do Sul? – Você acredita que o sucesso da diversificação da agricultura no município deve-se em grande parte, à atuação da APROCOR? Por quê?

Obs.: Estas perguntas serviram como instrumento norteador da entrevista. À medida que houve necessidade, outras questões foram sendo efetuadas.